

Dos riscos de amar e viver



Anivaldo Padilha

Caio Rosenthal

César Benjamim

Emir Sader

Gabriela Silva Leite

Ivone Gebara

Jelson Oliveira

Mário Scheffer

Yara Nogueira Monteiro

Zwinglio M. Dias

KOINONIA

Patentes e a hipocrisia americana

6

DOS RISCOS DE AMAR E VIVER

ESPERANÇAS

As igrejas e os desafios da Aids

7

Yara Nogueira Monteiro

ESTIGMA

Comunidade terapêutica: uma proposta

10

Zwinglio M. Dias

CONIVÊNCIA

Um continente em perigo

15

Anivaldo Padilha

PARADOXO

O novo paciente terminal

18

Caio Rosenthal e Mário Scheffer

REBELDIA

Evolução histórica na rebeldia

20

Gabriela Silva Leite

TEOLOGIA

Natalina

25

Ivone Gebara

SISTEMA-MUNDO

Geopolítica da vingança

27

César Benjamin

"POLICIALISMO"

Terrorismo e reforma agrária no Brasil

30

Jelson Oliveira

VINGANÇA

O goleiro Serjão

32

Emir Sader

RUBEM ALVES

**Todo cadáver é semente, todo
túmulo é canteiro**

33

Em meio a eventos que apontam

para um futuro incerto, assistimos com orgulho a uma vitória brasileira, no que se refere a um tema da mais alta relevância: a produção e a distribuição acessível de medicamentos para os portadores do HIV. Esse orgulho é ainda maior por sabermos que a posição defendida pelo governo brasileiro no clávele internacional foi resultante do empenho de movimentos, organizações e instituições da sociedade civil nacional que, uma vez organizados e mobilizados, conseguiram sensibilizar as instâncias estatais, fazendo com que o problema da Aids não tivesse o mesmo tratamento dispensado a outras endemias em nosso País. No entanto, no plano interno, o problema persiste diminuindo a expansão da doença, ou seja, verifica-se uma diminuição no número de infectados.

Nesta edição, pretendemos exibir um panorama histórico que apresente o estado da questão nos últimos vinte anos, ocasião na qual foram detectados os primeiros casos no Brasil. A natureza ecumônica de Koinonia levou-a a desenvolver um projeto e manter uma equipe dedicada à temática da Aids, no âmbito das igrejas e dos movimentos religiosos. A partir dessa experiência e desse lugar social é que esse panorama será apresentado.

É importante repisar que, como nunca, a ética de solidariedade faz-se necessária, na proporção que a epidemia se alastrá entre populações pobres pelo mundo afora, e que a questão passa também a fazer parte da lógica dos negócios, posto que a produção, a distribuição e a venda de medicamentos vai-se mostrando mais e mais lucrativa. Portanto, a discussão sobre patentes, bem como a trágica situação africana não podem ser descuradas. Os lucros não podem se sobrepor à Vida, e a comunidade internacional não pode assistir passivamente à desintegração humana de todo um Continente, em virtude da pobreza ali instalada há séculos, por força de um perverso decurso de colonização. Por outro lado, não se pode pensar que o problema da produção e da distribuição de medicamentos para os pacientes com Aids possa ser equacionado apenas por meio de critérios mercadológicos.

Vale a pena reiterar que as igrejas, pela respeitabilidade que inspiram e a capilaridade social que possuem, desempenham papel estratégico na prevenção da enfermidade, assim como na luta contra os preconceitos e contra as várias modalidades de discriminação, muitas vezes justificadas por um moralismo pseudo-religioso. As estratégias de prevenção; o devido trata aos pacientes, a participação em redes mundiais em prol da qualidade de vida dos soropositivos; o apoio moral e espiritual para as famílias, grupos e comunidades a que pertencem é, indubitavelmente, um dos mais importantes desafios ecumênicos deste tempo que nos coube viver.

Faça bom proveito!

CARTAS

Sou assinante desta revista há 6 anos. Dentre as que assino TEMPO E PRESENÇA é uma das mais trabalhadas pelas pessoas que as acompanho na educação. Nela encontramos tudo para nos ajudar na nossa reflexão pedagógica a respeito da leitura de mundo, e bastante atualizada para os nossos dias.

Mas o que me refiro no momento, é a última revista nº 318, sobre o artigo da Ir. Ivone Gebara que foi muito importante para o nosso trabalho no estudo da construção do meio ambiente, 'Cuidando do Planeta Terra'.

A escritora fez um referencial histórico belíssimo com a sua criatividade e a capacidade lingüística de quem sabe compreender o humano nessa cadeia de discriminação social onde "os sonhos de amor e de justiça nunca morreram". É um subsídio para se trabalhar a interdisciplinaridade, porque tem um embasamento não só histórico mas de educação na vida, que nos ajuda a assumir a luta com a consciência de que somos o "resto de Israel", sustentando este sonho de justiça e de amor que nunca irá morrer, porque somos marcados(as) pelo SANGUE do povo primitivo da nossa Mãe Terra.

Ir. Lindalva Assis

Recife/PE

Por meio desta desejo solicitar a possibilidade de uma assinatura da respectiva revista. Sou aluna do 3º ano do Mestrado em Teologia Prática do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação (IEPG) e me sinto provocada aacom-

panhar e aprofundar os temas em reflexão do momento presente. Outrossim, sinto necessidade de ler e acompanhar produções mais atualizadas de política, sociologia, educação popular, etc. Desejo saber como poderia e deveria proceder para que a assinatura fosse efetuada e como efetuar o pagamento da mesma.

Desde já agradeço, expresso os sentimentos de reconhecimento e quero continuar a divulgar os trabalhos maravilhosos de vocês.

Irmã Nelcy Terezinha Zwirtes

Canoas/RS

A existência de periódicos críticos, comprometidos com a justiça e com a formação política dos leitores, fundamentados em princípios éticos e construtores de uma sociedade com respaldo na justiça social e na solidariedade, tem sido cada vez mais escassa em nosso país.

Por esta razão renovar a assinatura da revista TEMPO E PRESENÇA se faz necessário, principalmente porque quando se conclui a leitura de cada uma das suas páginas se tem a certeza do compromisso dessa revista com a construção de um Brasil decente para todos os brasileiros.

Parabéns, que a equipe de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço continue auxiliando os brasileiros, sobretudo a juventude a refletir acerca da nossa realidade, capacitando-a para a construção do novo milênio.

Waldeci Ferreira Chagas

João Pessoa/PB

Patentes e a hipocrisia americana



Beneficiários não previstos da guerra dos Estados Unidos contra o terrorismo podem ter sido os milhões de pessoas soropositivas e doentes de Aids nos países pobres do hemisfério Sul. Durante anos, vários países, entre os quais o Brasil, lutaram com pouco sucesso pelo direito de produzir ou importar medicamentos genéricos de drogas patenteadas por grandes empresas farmacêuticas americanas e européias.

Drogas retrovirais amplamente disponíveis na Europa e nos Estados Unidos poderiam ter aliviado o sofrimento e ampliado as perspectivas e a qualidade de vida de milhões de doentes de Aids. Entretanto, os pobres da África, da Ásia e da América Latina não tinham condições de adquiri-las. E quando os governos procuraram meios de importar ou fabricar versões genéricas dessas drogas, foram bloqueados pelos gigantes da indústria farmacêutica e pelo governo dos Estados Unidos com suas ameaças de denúncia à Organização Mundial do Comércio. A reação americana não era surpresa. Os Estados Unidos simplesmente agiam de forma coerente com sua política imperial e violenta de promoção e defesa da ordem econômica mundial, cuja consequência principal sempre foi o aumento da diferença entre os países ricos e pobres.

No ano passado, só na África, 2,4 milhões de pessoas morreram de Aids. Em outubro de 2001, na sequência dos ataques terroristas aos Estados Unidos no mês anterior, cerca de uma dezena de americanos foram infectados por antraz. Somente quatro morreram. O presidente Bush agiu rápido. Jogou no

lixo a ‘teologia’ do livre mercado e os princípios de proteção da ‘sagrada’ propriedade usados pelo governo americano na defesa da indústria farmacêutica. **Ansioso para armazenar grande quantidade do antibiótico Cipro a fim de proteger seus cidadãos, o governo americano ameaçou quebrar a patente do medicamento caso a Bayer não baixasse o preço drasticamente. A estratégia funcionou e a Bayer vendeu a droga por um quarto do preço de mercado.**

Apesar de ter sido o resultado de uma tragédia condenável sob todos os aspectos, esse episódio desvelou a hipocrisia do governo americano. O lucro como valor absoluto vale somente quando está em jogo a vida de milhões de pessoas nos países pobres. Quando se trata de proteger cidadãos americanos, o lucro, a propriedade e a apropriação privada do conhecimento passam a subordinar-se a princípios éticos mais elevados, ou seja, proteção e promoção da vida.

Esse episódio, aliado à necessidade de “agradar” os “aliados” de guerra, retirou dos Estados Unidos qualquer autoridade moral para endurecer o jogo durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio realizada em Doha, no Qatar, no mês de novembro. Liderados pelo Brasil e Índia, os países participantes da Conferência tornaram o tratado sobre os aspectos da propriedade intelectual relacionados ao comércio mais flexível. A nova versão possibilita a suspensão de patentes por qualquer governo quando se tratar de situações emergenciais re-

lacionadas com a saúde pública, como a pandemia de Aids ou surtos epidêmicos de qualquer natureza.

É importante assinalar que a vitória relativa alcançada em Doha não surgiu apenas desse episódio. Foi resultado de vários anos de luta e pressão internacional desenvolvidas por centenas de organizações em todo o mundo, incluindo movimentos sociais, ONGs, sindicatos e igrejas. Esse movimento colocou como bandeira uma questão ética importante: a vida não pode estar subordinada ao lucro abusivo. O movimento ganhou força com o crescimento da Aids nos países pobres e pela primeira vez colocou a indústria farmacêutica na defensiva. Um sinal de que o movimento ganhava força junto à opinião pública internacional, veio no primeiro semestre de 2001 quando os grandes laboratórios desistiram de uma ação judicial que moviam contra o governo da África do Sul.

Foi uma vitória, e é necessário celebrá-la. Entretanto, não podemos nos esquecer que a mesma lógica e os mesmos princípios que motivaram o governo americano a agir (defesa de seus interesses) não foram abolidos e continuam fortes. Quando se inicia, no mundo ecumônico, a Década pela Superação da Violência, vitórias como essa são importantes e devem nos estimular em nossa luta para vencer todas as formas de violência. Talvez, na conjuntura atual, por meio de vitórias parciais e pequenas dessa natureza é que conseguiremos criar condições para o surgimento de uma sociedade mais justa e democrática.

As igrejas e os desafios da Aids

Yara Nogueira Monteiro

Os avanços terapêuticos conquistados na luta contra a Aids têm resultado em descuidos na prevenção, por diminuírem o medo entre os grupos de risco. Há, porém, que destacar os extraordinários avanços científicos, econômicos e sociais nos planos interno e externo; neste e naquele estão presentes a liderança da pressão brasileira e a influência das igrejas, da Oikumene.

Há treze anos a Organização Mundial de Saúde criou o Dia Mundial de Luta contra a Aids (1 de dezembro) e o fato de a epidemia continuar crescente no Brasil nos instiga a refletir sobre a trajetória dessa doença e qual o papel que o governo e a sociedade estão desempenhando diante desse desafio. Num quadro tão complexo podemos destacar três importantes vertentes de análise: o estágio atual da doença em nosso país; o comportamento da sociedade ante o problema; e o papel do Brasil na batalha contra as multinacionais farmacêuticas.

Quando analisamos a situação da Aids no Brasil, podemos constatar importantes vitórias já alcançadas, tais como: diminuição dos óbitos, melhoria da vida dos pacientes, garantia de atendimento médico e medicação gratuita para todos os pacientes. Entretanto, e apesar de todos os esforços, a epidemia continua crescente. Esse fato é atribuído, em grande parte, a fatores como carência de mais projetos educativos que realmente cheguem à população e a necessidade de a mesma população modificar comportamentos que possam resultar em risco de contágio. Por outro lado, notícias de esperança publicadas pela mídia – tais como o avanço das pesquisas direcionadas para uma vacina contra Aids, os êxitos conseguidos pelas novas terapêuticas, a melhoria nas condições físicas dos pacientes, a probabilidade de que, no futuro, a Aids se transforme em doença crônica – estão sendo entendidas como fato concreto. Assim, muitos têm deixado de lado medidas de proteção como sexo seguro, verificando-se, em decorrência, aumento visível do número de casos entre grupos da população nos quais a doença apresentava declínio, por exemplo grupos de homossexuais e bissexuais.

Até março deste ano, o Brasil já apresentava mais de 210 mil casos de Aids notificados (210.447 segundo o Ministério da Saúde). Estes números, analisados, indicam tendências cada vez mais evidentes. A primeira é o

alastramento da doença por todo o território nacional, de modo especial em cidades com menos de 50 mil habitantes. Ou seja, há muito que a doença deixou de ser um fenômeno típico das grandes cidades ao longo do litoral para estar presente cada vez mais no interior do território, grassando até em locais com pouca infra-estrutura médica e com a população pouco preparada para enfrentar o problema social decorrente. A segunda tendência é a continuidade do crescimento do número de mulheres infectadas, dos casos notificados no primeiro trimestre deste ano, 26% são femininos. Isto significa, dentre outras coisas, o aumento do número de casos de transmissão perinatal (de mãe para filho). Outra tendência é o crescimento da doença em grupos cada vez mais jovens da população; e, por último, temos o aumento do número de casos entre a população mais pobre. Em suma, ao analisarmos os dados do crescimento da Aids no Brasil podemos verificar um fato preocupante: a epidemia está aumentando rapidamente entre mulheres, e se direcionando para a população jovem, de baixo nível educacional, pertencente às camadas sociais menos favorecidas e de pequenas cidades do País.

Ao se analisar a luta contra a Aids neste ano, cabe destacar o importante papel que o Brasil vem desempenhando no meio dos organismos internacionais no sentido de defesa dos direitos

Até março deste ano, o Brasil já apresentava mais de 210 mil casos de Aids notificados... há muito que a doença deixou de ser um fenômeno típico das grandes cidades ao longo do litoral, para estar cada vez mais presente no interior

dos pacientes, cujo tratamento adequado só se faz possível mediante a diminuição dos custos dos medicamentos necessários. Isto significa se contrapor aos interesses das indústrias farmacêuticas que envolvem somas bilionárias. Esse fato é duplamente merecedor de nossa atenção, primeiro por termos uma atuação de ponta nesse importante setor, e segundo por serem raras as menções sobre o Brasil nos noticiários internacionais e, quando ocorrem, o tema em geral é corrupção, violência ou futebol.

Nas últimas duas décadas houve grande evolução na experiência brasileira na luta contra a Aids. O alto nível técnico, a abrangência e as especificidades das ações desenvolvidas pelo Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids fez com que este alcançasse lugar de destaque no cenário internacional e que a comunidade científica olhasse com interesse nossa forma de trabalho. O fato de o Ministério da Saúde garantir a distribuição gratuita universal de medicamentos para Aids tem sido visto como ação modelar a ser seguida. O trabalho desenvolvido em parceria com a sociedade civil organizada, a eficiência alcançada com projetos de baixo custo direcionados às populações carentes, são vistos como expe-



Painel colocado no Edifício Acaíaca, no centro de Belo Horizonte, como parte das manifestações pelo Dia Mundial de Combate à Aids, em 1/12/2000

riência a ser adquirida. Nos últimos meses, entretanto, a atuação do Brasil no plano internacional extrapolou a área essencialmente técnica para assumir um papel de liderança entre os organismos internacionais no sentido de defesa dos direitos dos pacientes.

A proposta brasileira de vincular prevenção e tratamento como os pilares para um controle da epidemia de Aids foi levada à Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU em HIV e Aids e, apesar das fortes pressões sofridas, foi incorporada à declaração de compromissos, assinada por 189 países. Durante a reunião da ONU, graças à pressão pública internacional, os Estados Unidos anunciaram a retirada de um painel aberto na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o Brasil. Nele contestava-se a lei brasileira de propriedade intelectual que abria brechas à quebra de patentes e disso decorre a possibilidade de fabricação dos medicamentos necessários.

Essa decisão foi um reconhecimen-

to da legitimidade das ações brasileiras no sentido de garantir preços acessíveis aos medicamentos essenciais e à continuidade do programa brasileiro de distribuição gratuita de medicamentos. A discussão havida na OMC em Genebra foi também histórica, visto que, pela primeira vez, essa organização se reuniu para tratar de um tema não exclusivamente comercial, e nela foram discutidos os possíveis obstáculos que acordos internacionais estariam acarretando às políticas nacionais de saúde. A proposta brasileira recebeu o apoio de inúmeros países, mesmo da União Européia; apenas Estados Unidos e Suíça, grandes produtores de medicamentos, mantiveram suas posturas iniciais. A posição da OMC abriu espaço de negociação acerca da flexibilização das patentes de medicamentos para Aids.

Por iniciativa da ONU, foi criado um grupo de trabalho para formação de um fundo global para o controle da epidemia no mundo. Essa idéia já vi-

A Comissão de Direitos Humanos da ONU aprovou uma proposta brasileira afirmando que o acesso aos medicamentos essenciais deve ser considerado como um dos Direitos Fundamentais do Homem. Essa proposta foi aprovada por todos os países que compõem a Comissão, exceção dos Estados Unidos que se abstiveram de votar

nha sendo defendida pelo Brasil com o objetivo de possibilitar as nações menos abastadas a desenvolverem políticas de prevenção e tratamento. Em reuniões já ocorridas foi proposto que esse fundo seja independente, faça parte da estrutura das Nações Unidas, tenha sede em Bruxelas, e seja ampliado de forma a atender também à tuberculose e à malária, importantes doenças endêmicas que incidem principalmente nas regiões pobres do planeta. No grupo de trabalho para criação do Fundo participam 16 países 'doadores', 13 representantes de países em desenvolvimento, a Unaids (órgão da ONU de combate à Aids), a Organização Mundial de Saúde, e 3 ONGs. O Brasil vai participar desse fundo como 'doador' uma vez que contribuirá com transferência de tecnologia e experiências.

Cabe destacar que a Comissão de Direitos Humanos da ONU, aprovou uma proposta brasileira afirmando que o acesso aos medicamentos essenciais deve ser considerado como um dos Direitos Fundamentais do Homem. Essa proposta foi aprovada por todos os países que compõem a Comissão, exceção dos Estados Unidos que se abstiveram de votar.

Das propostas que o Brasil apóia entre os organismos internacionais destacam-se: (a) assegurar que os governos tenham o direito de produzir medicamentos localmente, se for do interesse da saúde pública; (b) permitir aos países em desenvolvimento a opção de excluir medicamentos do patenteamento por motivos humanitários ou de saúde pública; (c) não se exercerem pressões bilaterais ou regionais sobre países em desenvolvimento que adotem as medidas acima citadas. Além disso, já há mais de um ano, o Brasil vem colocando sua experiência e tecnologia à disposição dos países africanos oferecendo treinamento gratuito, até nos laboratórios brasileiros (aptos a produzir os medicamentos específicos).

Esses avanços são significativos para o Brasil, uma vez que viabilizam a continuidade da política adotada de oferecer tratamento e medicação gratuitos a todos os pacientes. Em decorrência dessa luta, os laboratórios já reduziram significativamente os preços em função da possibilidade de quebra de patente e do Brasil dispor de tecnologia e capacidade industrial para fabricar seus próprios medicamentos para a Aids. Estes fatos são significativos para os soropositivos de todo o mundo, em especial dos países que não dispõem de possibilidades financeiras para arcar com os custos do tratamento, como é o caso da maior parte das nações africanas, e para as ONGs que desenvolvem programas nessa área. Entretanto, em especial por ser uma

batalha que envolve fortes interesses econômicos, não se pode ainda ter a vitória como fato consumado. Cada vez fica patente a importância da participação dos organismos representativos da sociedade civil para a continuidade da mobilização nacional e internacional que já permitiu tais avanços.

Ao refletirmos sobre a problemática da Aids em geral – tanto do ponto de vista nacional (alastramento da epidemia, suas características, reflexos na sociedade); quanto internacional (a luta dos mais fracos e a do direito dos doentes contra os grandes interesses econômicos) – verifica-se a importância da somatória do empenho de todos os setores envolvidos. Cabe destacar a relevância do envolvimento das igrejas por diferentes razões, dentre elas: já participarem oficialmente das ações governamentais, tendo voz e voto na Comissão Nacional de Aids; representarem importante parcela da população brasileira; estarem presentes em todo o território nacional; terem credibilidade diante dos mais diferentes segmentos da população e possuírem relacionamento internacional.

Neste ano, vemos que importantes passos foram dados, mas ainda há muitos desafios a serem enfrentados. Em meio a estes acreditamos que as igrejas podem se tornar voz profética em defesa dos mais necessitados. ■

Yara Monteiro, pesquisadora científica do Instituto de Saúde de São Paulo e coordenadora do Projeto Mulheres e Aids: Ações Preventivas entre as igrejas, em conjunto com KOINONIA.

Comunidade terapêutica:

Zwinglio M. Dias

Parece que um dos grandes desafios às igrejas é a pandemia da Aids. Elas mutuamente se confrontam. O Autor considera os fatos e os números da tragédia; mergulha nos moralismos que proscrevem os afetados; recupera a extensão afetiva e política da "imagem e semelhança" que faz de Jesus de Nazaré "uma pessoa para as outras pessoas", e que informa o núcleo central da mensagem do Reino de Deus; e aponta a Igreja como "comunidade terapêutica"

A pele tocando outra pele faz renascer a humanidade perdida.

(Leonardo Boff)

Amarás a mais insignificante das criaturas como a ti mesmo. Quem não fizer isto jamais verá Deus face a face.

(Mahatma Gandhi)

Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento. Este é o primeiro e grande mandamento. E o segundo semelhante a este é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo.

(Jesus)

O FLAGELO

Trabalhando com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) o Documento do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) – *Enfrentando a Aids: O desafio e a resposta das Igrejas* (Conselho Latino-Americano de Igrejas, CLAI, 1999) – assinala que em 1994 a OMS calculou em mais de 4 milhões o número de casos de Aids no mundo. Destes aproximadamente 80% se registram nos países mais empobrecidos: cerca de 60% na África subsahariana; 15% na América Latina e Caribe e 6% na Ásia. Neste continente observou-se o maior aumento de casos, onde o número de infectados se multiplicou por 8 em apenas 12 meses. Com relação ao HIV a OMS calculou em 17 milhões o número de pessoas infectadas, das quais 10 milhões na África, 2 milhões na América Lati-

na e Caribe e 2,5 milhões na Ásia. Desde então a propagação da infecção continuou em ritmo alarmante. Em meados de 1996 se calculava em 28 milhões o número de pessoas infectadas com um crescimento de 7.000 novos casos por dia, sendo 1.400 destes, casos de infecção neonatal.

Os estudos da OMS também indicam que 70% das infecções do HIV em todo o mundo foram produzidas pelo contato heterossexual; 15% por meio das relações homossexuais; 7% por injeções de drogas; e 5% por transfusões de sangue. Mas os modos de transmissão não são uniformes nas diferentes regiões do mundo. Assim a transmissão por via heterossexual é responsável por 90% das infecções na África e por menos de 10% das infecções na América do Norte e na Europa. Por outro lado, a transmissão por via homossexual é muito mais frequente no hemisfério Norte e na Austrália do que no hemisfério Sul. Cabe observar ainda que uma análise do processo de expansão da Aids, do ponto de vista socioeconômico, demonstra que, embora atinja todas as camadas sociais, a grande maioria dos doentes é composta de pobres e miseráveis, os que não são alcançados pelas medidas de prevenção. O fato de dois terços das pessoas infectadas pelo HIV no mundo viverem na África constitui a maior evidência disso.

À medida que a pandemia da Aids começou a alastrar-se pelo mundo, nas duas últimas décadas, afetando, em maior ou menor grau, todos os seg-

uma proposta

mentos sociais, as igrejas começaram a se voltar para esse problema, procurando oferecer, ainda que timidamente, na maioria dos casos, sua contribuição para o combate da doença. Por todo o mundo começaram a surgir, entre as mais variadas tradições religiosas, diferenciadas formas de resposta à crise pessoal e social gerada pela Aids. São programas, projetos e iniciativas que abrangem um amplo leque de atividades, desde cursos de informação/formação visando à prevenção da doença até serviços de atenção e cuidado pessoal de pessoas infectadas, passando por encontros nacionais e internacionais, de caráter ecumônico, objetivando a articulação de ações concertadas para a criação de um ambiente de aceitação e acolhida aos portadores do HIV.

Entretanto, estas iniciativas, que se multiplicam pelo mundo, estão muito longe de representar a potencialidade que o conjunto das entidades eclesiásticas e organismos ecumênicos podem oferecer para colaborar de forma efetiva e pertinente para o controle da disseminação da Aids e ajudar na superação de preconceitos e discriminações que cercam os portadores do HIV.

Mais numerosas nas instituições eclesiásticas e organismos ecumênicos dos países do hemisfério Norte tais iniciativas ainda não empolgaram de forma significativa a maioria das igrejas e organismos eclesiásticos do hemisfério Sul. Serviços assistenciais e caritativos, destinados à acolhida de pessoas soropositivas têm aumentado,

assim como programas sobre prevenção, por meio de cursos, ciclos de palestras, projeções de vídeos, etc. Infelizmente, no entanto, é preciso reconhecer que no âmbito mais geral do mundo eclesiástico a Aids ainda não foi devidamente assumida como um desafio ético decisivo a ser enfrentado e seus portadores, as mais das vezes, continuam sendo objeto de discriminação e preconceitos. Razões teológicas, culturais e sociais de variado tipo, mas todas relativas ao (des)entendimento da sexualidade humana, têm sido responsáveis por esta atitude de silêncio diante da doença e de estigmatização em relação aos portadores.

Como se trata de uma enfermidade que expõe a intimidade das pessoas, também coloca em risco a intimidade dos que a cercam, na medida em que a sua revelação assinala a vulnerabilidade das racionalizações ideológicas, religiosas e comportamentais (moralistas muitas vezes) com que se procura ocultar a própria intimidade. Neste particular são esclarecedoras as afirmações do arcebispo anglicano de York, Rev. John Habgood: *O vírus da Aids é frágil. Para sua transmissão é necessário o contato íntimo. E existe uma interessante relação entre intimidade e vulnerabilidade. Cada contato íntimo nos faz vulneráveis das mais diversas maneiras, não apenas pela transmissão de infecções mas também psicologicamente, em nossa identidade pessoal. Por este motivo todas as civilizações cercaram as relações ín-*

timas com regras, estruturas, cerimônias e tabus que, de certo modo, procuram proteger essas relações. Creio que a epidemia da Aids nos ensina que já não podemos tratar com superficialidade as relações íntimas das pessoas. O mundo atual perdeu de vista o fato de que os contatos íntimos entre os seres humanos precisam ser situados num marco de normatividade... Parece-me que esta concepção moral e teológica pode ser expressa de modo a ser aceitável não apenas para os que fizeram uma opção cristã, mas para todos os que reflexionam seriamente sobre nossa natureza humana e nossos contatos pessoais.

A PROSCRIÇÃO DOS SOROPOSITIVOS NOS AMBIENTES ECLESIÁSTICOS

A presença de pessoas soropositivas incomoda as comunidades eclesiásticas. Há alguns anos tivemos notícias de pessoas que foram excluídas de suas comunidades por se terem revelado portadoras do HIV. Parece que atualmente esta atitude intolerante e descaridosa tem-se atenuado sensivelmente. Parece que há mais abertura e compreensão. Mas o dado fundamental ainda permanece decisivo: grande número de igrejas e de cristãos não se sentem à vontade com a presença de portadores dessa enfermidade em seu meio. É claro que existem numerosas exceções. Muitas igrejas têm organizado programas especiais para o atendimento solidário e acolhedor de tais enfermos. Outras se têm associado a

No âmbito mais geral do mundo eclesiástico, a Aids ainda não foi devidamente assumida como um desafio ético decisivo a ser enfrentado, e seus portadores, as mais das vezes, continuam sendo objeto de discriminação e preconceitos

coirmãs, em iniciativas ecumênicas, para a articulação de programas mais amplos, em várias partes do mundo, mesmo no Brasil. Isso vale tanto para católicos-romanos como para os evangélicos em geral. Há motivações bíblicas e ético-teológicas que fundamentam e sustentam tais iniciativas.

Nos ambientes ditos evangélicos, por causa de seu rigorismo puritano-moralista, no entanto, a Aids quase sempre é vista como uma enfermidade que afeta apenas os que não fazem parte da comunidade de fé, ou seja, os não-convertidos, aqueles que têm vida sexual desregrada, promiscua e aos quais as igrejas devem atender. Na maioria dos casos esse atendimento é considerado como uma oportunidade de evangelização (proselitismo). Esta atitude, mais comum do que se pode supor, é derivada da moral sexual vigente no mundo dito cristão-evangélico, no contexto do qual se torna impensável e existência de formas comportamentais capazes de favorecer a contaminação pelo HIV (homossexualismo, sexo fora do matrimônio, drogadicção).

A não ser em caso de infecção provocada por transfusão de sangue, a existência de pessoas soropositivas, em grande parte dessas comunidades eclesiásticas, é entendida como uma

confissão pública de pecados até então encobertos, o que as coloca na humilhante condição de culpadas e as expõe a todo tipo de preconceito e discriminação. Já que a conduta sexual está normatizada de forma rígida e indiscutível, a quebra de padrões impostos acarreta, de imediato, não a compaixão pelo sofrimento que a enfermidade provoca nas pessoas afetadas, mas a repulsa ao transgressor das normas consagradas. Uma das práticas que se têm observado em muitas igrejas é o ocultamento do ‘delito sexual’ e, em consequência, da existência da enfermidade. Há muitos casos de padres, pastores e fiéis que, infectados pelo HIV são obrigados a manter segredo de sua situação, com todas as consequências dramáticas e dolorosas, para não dizer profundamente desumanas, que a situação de repressão sexual em nome da fé acarreta. Quando vêm a falecer a *causa mortis* é sempre enocbera!

Esta atitude revela um dos aspectos mais negativos da moral sexual repressora que tem acompanhado a história da Igreja Cristã e que uma enfermidade como a Aids forçosamente tende a desvelar. Como alguns cristãos soropositivos têm expressado, ao se descobrirem infectados, experimentam uma morte em vida, em função do círculo de horror criado pelos preconceitos e pelas discriminações de que são vítimas em suas comunidades.

SOLIDARIEDADE, COMPAIXÃO E ACOLHIDA

A mensagem bíblica, razão de ser e eixo estruturante da vida cristã, fala da vida, em todas as suas dimensões, como um feixe de relações, fora do qual nada existe. O ser humano, como expressão da manifestação criadora de Deus foi chamado à vida, segundo a tradição do Antigo Testamento, como

um ser de relações. O próprio Deus é apresentado, no relato bíblico, como um ser relacional que, mais tarde, vai ser expresso pela tradição cristã por meio da doutrina da Trindade. Segundo esta concepção Deus é em si mesmo comunidade, comunicação perene. A criação é entendida como parte dessa ação relacional. Nada nem ninguém, tanto no mundo físico quanto na esfera humana está separado, abandonado ou posto à margem por Deus que interage, permanentemente, com suas criaturas.

Criados “à imagem e semelhança de Deus” os humanos foram marcados com o carisma de só poderem existir em plenitude na relação e na comunhão de uns com os outros. A quebra dessa vital interdependência, por meio da auto-affirmação egoísta é que gera o mal e os desencontros que levam os humanos à angústia mortal, à falta de sentido e à destruição da vida em suas mais diferentes formas de expressão. Criados com a destinação de serem permanentemente referidos uns aos outros, marcados com o destino da solidariedade, encontrando cada um o sentido de sua existência na vida do outro, os humanos só alcançam a plenitude de sua humanidade no exercício da acolhida e da ‘com-paixão’ para com todas as criaturas de Deus.

Isto quer dizer que não pode haver relações humanamente legítimas na base da força, da dominação e do desrespeito à condição de igualdade entre todos. Respeito e recíproca aceitação constituem fundamento para a verdadeira humanização. Deus não estabeleceu relações de força e de poder com e sobre sua criação, pois isso implicaria impedir a esta toda possibilidade de livre resposta. Em lugar de obrigar a humanidade a obedecer-lhe, manipulando-a como se fosse um títere, o Deus bíblico preferiu correr ris-

ALIANÇA ECUMÊNICA DE AÇÃO MUNDIAL

O silêncio não é uma opção para os cristãos. Muito menos a falta de ação. As injustiças e o sofrimento nos impelem a desenvolver ações de solidariedade em um mundo que desesperadamente necessita que as pessoas de boa vontade trabalhem juntas por mudanças.

Este chamado à ação não poderia ser mais urgente em vista da devastação causada pela pandemia de Aids a indivíduos, famílias, comunidades e países, e das injustiças geradas pelas práticas do comércio internacional que leva em conta somente o lucro em detrimento do ser humano e dos recursos naturais criados por Deus.

O novo século exige novas formas de ação conjunta e a superação dos receios de uma colaboração genuína por meio de redes ativas e dinâmicas, tanto no âmbito internacional como local.

Foi com essas preocupações em mente que a *Aliança Ecumênica de Ação Mundial*, uma ampla rede ecumênica internacional, com sede em Genebra, Suíça, foi fundada em dezembro de 2000 com o compromisso inicial de enfrentar as questões relacionadas à Aids e ao comércio mundial. Para cada um desses temas, a *Ecumenical Advocacy Alliance*, nome em Inglês da

nova articulação internacional, se propõe a desenvolver ampla atividade educacional e estratégias específicas de ação com o objetivo de influenciar a opinião pública, governos nacionais e instituições internacionais.

A Aliança foi organizada para fortalecer a voz profética e o impacto do testemunho ecumênico em relação aos temas sociais, econômicos, políticos e culturais da conjuntura. Para atingir esse objetivo, a Aliança baseará seu trabalho na experiência e recursos de seus membros em vez de criar sua própria estrutura institucional. A intenção também é distanciar-se dos modelos ecumênicos institucionais baseados na associação de igrejas ou denominações. Ao contrário, a Aliança está aberta à participação voluntária, com base no compromisso com temas específicos de qualquer organização que aceite seus princípios fundantes.

Em sua assembléia de fundação, a Aliança decidiu centrar seu trabalho nos próximos quatro anos nos seguintes temas:

- Ética da vida, com ênfase na pandemia HIV/Aids.
- Justiça econômica global, com ênfase no comércio internacional.

Entre 170 temas sugeridos, a assembléia de fundação identificou HIV/

Aids como "um dos mais graves desafios não somente à saúde humana, mas também para as possibilidades de desenvolvimento econômico e segurança mundiais". O impacto do HIV/Aids é um sintoma de "problemas sistêmicos tais como sub-investimentos em saúde pública e acesso desigual a tratamentos efetivos". Por isso, "faz-se urgente que comunidades, igrejas e outras organizações congêneres se envolvam em ações de educação, prevenção, tratamento e de superação dos preconceitos e do estigma que envolvem a Aids".

A *Aliança Ecumênica de Ação Mundial* foi lançada oficialmente no dia 1º de dezembro de 2001 em celebrações públicas realizadas em vários países de todos os continentes. Suas atividades deverão ter início em 2002.

A Aliança foi inicialmente formada por 51 organizações relacionadas a igrejas em todos os continentes, entre elas o Conselho Mundial de Igrejas, Federação Mundial Luterana, *Franciscans International*, YMCA e YWCA, Conselho Pan-Africano de Igrejas, além de organizações nacionais e igrejas locais. No Brasil fazem parte da nova rede a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) e KOINONIA.

cos e outorgou-lhe liberdade para que pudesse fazer suas escolhas. Assim homens e mulheres podem fazer uso desse dom divino da liberdade para estabelecerem uma verdadeira relação com Deus, assim como para recusá-la e também a qualquer outro tipo de relação. É possível preferir a cômoda afirmação de si mesmo, ou de seu "eu" pessoal, ou ainda de seu "eu" mais amplo, como o é a família, o clã ou a etnia, em lugar das possibilidades de uma relação. O contrário de uma vida relacional plena, de aceitação sem reservas nem condições do outro, é uma vida de concentração em si mesma, uma vida no pecado, pois, segundo a

Bíblia, "pecado" (esta desgastada e sempre mal interpretada palavra!) é a negação da própria humanidade na medida em que se nega a humanidade do outro, quem quer que ele seja.

Jesus de Nazaré assumiu com coragem e firmeza esta concepção de vida que marcou a experiência dos israelitas. Ele foi, no dizer de Bonhoeffer "um homem para os demais", ou, como expressa outra formulação "uma pessoa para as outras pessoas". É esta perspectiva que informa o núcleo fontal de sua concepção do Reino de Deus. A Igreja, comunidade que se constitui a partir de sua mensagem, como expressão da continuidade de

seu testemunho entre os humanos só subsiste se se articula a partir desse horizonte. Para continuar sendo Igreja precisa cada dia tornar-se uma comunidade-para-os-outros. Um lugar de refúgio e proteção, ou seja, um espaço seguro, verdadeiramente um espaço de salvação. Neste sentido, enquanto comunidade aberta para os outros, deve procurar sempre favorecer um ambiente de abertura e aceitação plena de todos, especialmente os mais fragilizados e marginalizados por qualquer razão no entorno social em que se encontra.

Ao converter-se nesse espaço que privilegia a solidariedade como mar-

A existência de pessoas soropositivas, em grande parte das comunidades eclesiásticas, é entendida como uma confissão pública de pecados até então encobertos, o que as coloca na humilhante condição de culpadas e as expõe a todo tipo de preconceito e discriminação

ca da conduta humana, onde todos vivem ‘com-paixão’ pelos demais e acolhem todos os atribulados, a Igreja, fundamentada na história exemplar dos evangelhos, transforma-se verdadeiramente numa comunidade terapêutica.

DESAFIOS

Embora o Brasil apresente, com relação à Aids, uma política pública exemplar que tem sido objeto de elogios internacionais, graças ao esforço conjunto do Ministério da Saúde e à articulação de mais de seiscentas organizações não-governamentais dedicadas à prevenção e combate da doença, a situação ainda está muito longe de apresentar um quadro tranqüilizador. E isto tanto pela quantidade de doentes notificados (mais de duzentos mil) como por suas características. Dados epidemiológicos dos últimos anos apontam importantes tendências: a interiorização da doença – que se está disseminando por todo o território nacional, crescendo em cidades menores –; o alastramento cada vez maior entre as camadas mais pobres; o crescimento do número de doentes entre os jovens; o crescimento do índice de mulheres infectadas, que foi de 75%

entre os anos 1994-98. Além disso se detecta grande crescimento do número de casos decorrentes da transmissão heterossexual, o que tem contribuído ainda mais para o aumento do número de mulheres infectadas com o HIV.

Diante deste quadro as igrejas brasileiras estão convidadas a assumir o desafio que a pandemia da Aids significa para nosso povo. O estudo do CMI, publicado em espanhol pelo Clai, e que nos serviu de referência, finaliza suas considerações fazendo um apelo a uma participação mais consistente e direta nos esforços de prevenção da doença e de apoio e sustentação aos enfermos de Aids. Há muito a ser feito ainda e a participação decidida das igrejas teria uma enorme relevância no processo de educação para a prevenção e na assistência às pessoas já infectadas. Dentre os muitos pedidos de colaboração dirigidos à igrejas, nesse importante e significativo documento do CMI, destacamos os seguintes:

- *Pedimos às Igrejas que proporcionem um clima de amor, aceitação e apoio às pessoas vulneráveis ou afetadas pela Aids.*
- *Pedimos às Igrejas que reflitam juntas sobre a base teológica de sua resposta aos problemas criados pela Aids.*
- *Pedimos às Igrejas que reflitam juntas sobre as questões éticas suscitadas pela pandemia e que ofereçam orientação aos que se sentem confrontados com difíceis opções.*
- *Pedimos às Igrejas que participem do debate no plano da sociedade em geral sobre as questões éticas levantadas pela Aids, e que apóiem aqueles, dentre os seus membros que, como profissionais da saúde, se vêem ante opções éticas difíceis em matéria de prevenção e atenção sanitária.*
- *Pedimos às Igrejas que se esforcem*

em prestar melhor assistência às pessoas afetadas pela Aids.

- *Pedimos às Igrejas que ajudem a salvaguardar os seus direitos das pessoas afetadas pela Aids e que estudem, definam e promovam esses direitos mediante dispositivos tanto no plano nacional quanto no internacional.*
- *Pedimos às Igrejas que prestem uma atenção especial à situação das crianças de todas as idades afetadas pela Aids e que tratem de criar para elas um ambiente que as apóie.*
- *Pedimos às Igrejas que favoreçam a difusão de informação correta sobre a Aids, que promovam um clima de debate franco e que se oponham à difusão de informações errôneas e baseadas no medo.*
- *Pedimos às Igrejas que reconheçam o vínculo que existe entre a Aids e a pobreza, e que promovam medidas em favor de um desenvolvimento justo e sustentável.*
- *Pedimos às Igrejas que apóiem as mulheres que reivindiquem sua dignidade e a possibilidade de expressar todos os seus diversos dons.*
- *Pedimos às Igrejas que se esforcem por compreender melhor o dom da sexualidade humana, situando-o no contexto da responsabilidade pessoal, das relações, da família e a da fé cristã.*
- *Pedimos às Igrejas que façam frente ao problema da drogadicção e ao papel que desempenha na propagação da Aids, e que tomem medidas no plano local no que se refere à assistência, à desintoxicação, à reinserção e à prevenção.*

Zwinglio M. Dias, doutor em Teologia e integrante da equipe de KOINONIA.

Um continente em perigo

Anivaldo Padilha

Números absurdos e iníquos. Em vinte anos de Aids, vinte milhões de vítimas, sendo quinze milhões na África. Menores de pouco mais de dez anos, são "chefes de família." Por ignorância, pais e mães estupram filhas e filhos. Governos não consideram a pandemia um problema e o FMI agradece os pagamentos em dia. Um crime do qual todos somos réus

Um dos indicadores mais visíveis da total exclusão do continente africano dos supostos benefícios do processo de globalização situa-se nos índices de crescimento da Aids. Vinte anos depois da identificação dos primeiros casos, é possível constatar que a pandemia do HIV/AIDS tem tido um efeito mais devastador do que as guerras e catástrofes que têm vitimado os povos africanos.

NÚMEROS DRAMÁTICOS

Os relatórios da Unaids, órgão das Nações Unidas responsável pela promoção e implementação de estratégias de combate à Aids, apontam para números assustadores: até o final de 2000, haviam sido registrados 23,3 milhões de portadores do HIV e doentes com Aids na região subsahariana do continente. Esse número representa 70% dos adultos e 80% das crianças infectados em todo o mundo.

Três quartos dos vinte milhões de óbitos ocorridos no mundo, desde o surgimento da Aids há vinte anos, ocorreram na África. Em 1999 foram registrados 2,2 milhões de óbitos e em 2000, 2,4 milhões. De acordo com o Unicef, esses números representam onze vezes mais mortes que as causadas pelas guerras e conflitos ocorridos durante o ano 2000 nos diversos países africanos.

São dramáticos os números. Entretanto, as projeções indicam que a situação deverá piorar ainda mais. Já são doze milhões de órfãos, e só na Áfri-

ca do Sul (o país mais afetado do mundo) nascem 70 mil crianças soropositivas por ano. Isso significa que a África deverá enfrentar cada vez mais números assustadores de óbitos por tempo ainda indeterminado e sofrer as consequências do impacto socioeconômico da pandemia.

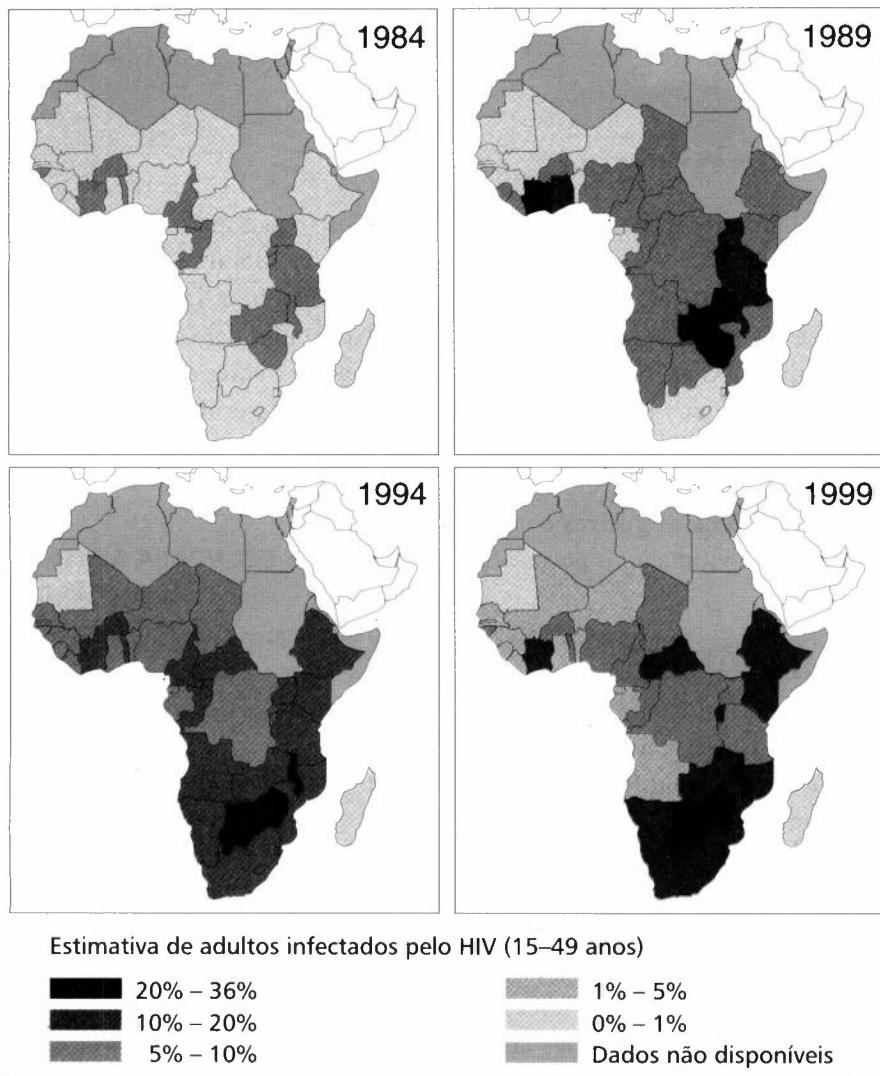
FAMÍLIAS E ECONOMIA AVILTADAS

O desastre social da Aids na África já se mostra quase que insuportável. Em muitos lugares, tanto em áreas urbanas quanto rurais, é comum encontrar numerosos lares cujos 'chefes de família' têm pouco mais de dez anos de idade. Os pais morreram de Aids, e também os tios, a quem, de acordo com a tradição, caberia cuidar dos sobrinhos órfãos. As crianças estão nas ruas, vulneráveis à violência, à droga e à criminalidade.

Além da destruição da base econômica das famílias, as relações familiares são afetadas também de outra forma ainda mais nefasta e preocupante: apesar de não haver dados estatísticos, as organizações envolvidas na luta contra a Aids têm observado um crescimento assustador do número de estupros praticados pelos pais contra suas filhas e filhos, pois há uma crença generalizada de que as relações sexuais com os filhos são imunes à transmissão do HIV.

Também setores importantes da economia já sentem o impacto, e as perspectivas são sombrias. A previsão da FAO, órgão das Nações Unidas para

DISSEMINAÇÃO DO HIV NA ÁFRICA SUBSAHARIANA, 1984–1999



Fonte: Unaid

A pandemia do HIV/Aids tem tido um efeito mais devastador do que as guerras e catástrofes que têm vitimado os povos africanos... De acordo com o Unicef esses números representam onze vezes mais mortes que as causadas pelas guerras e conflitos ocorridos durante o ano 2000

a agricultura e alimentação, é de que só na agricultura, os 24 países africanos mais afetados pela Aids perderão dezesseis milhões de trabalhadores nos próximos vinte anos em decorrência da pandemia.

Vários fatores têm contribuído para a rápida disseminação da Aids na África. Um deles, a demora com que os governos nacionais perceberam o potencial destrutivo da Aids. Não houve nenhuma preocupação, por exemplo, em estabelecer controle sobre os ban-

cos de sangue ou em esclarecer a população sobre as formas de transmissão do HIV e os riscos que certos comportamentos apresentavam. E as poucas vozes vindas de organizações da sociedade civil não foram ouvidas. Quando acordaram, o HIV já havia se alastrado por todas as faixas etárias, segmentos sociais e regiões geográficas colocando em risco a própria sobrevivência de alguns países, como Zimbabwe, Moçambique, Namíbia e outros nos quais os números de pessoas infectadas pelo HIV chegam a 40% da população adulta.

GOVERNANTES INDIFERENTES

Mesmo com o rápido agravamento da crise, ainda há governos que agem como se a Aids fosse apenas uma questão de saúde pública e de menor importância. É o caso, por exemplo, do presidente da África do Sul, país com a mais alta incidência de Aids em termos absolutos. No ano passado, à véspera da conferência mundial sobre Aids em Durban, o presidente Thabo Mbeki publicamente criticou o movimento de luta contra a Aids e afirmou que a Aids não é causada pelo HIV. E, em outubro de 2001, voltou à carga ao diminuir o orçamento do Ministério da Saúde alegando que as drogas retrovirais que compõem o coquetel anti-Aids são ineficientes e mais perigosas para o doente do que a própria Aids.

Outro fator é, sem dúvida, o cultural como ocorre também em outras regiões do mundo. Na maioria das culturas africanas, a sexualidade é considerada assunto totalmente íntimo e privado, sobre o qual não se fala nem na intimidade de conversas entre amigos e, muito menos, com estranhos ou em público. Isso faz com que os profissionais da saúde encontrem sérios obstáculos para conversar com seus pacientes. A linguagem científica que

Há um crescimento assustador do número de estupros praticados pelos pais contra filhas e filhos, pois há uma crença generalizada de que as relações sexuais com os filhos são imunes à transmissão do HIV

faz parte das línguas européias faladas na África não é compreendida e não há palavras ‘cultas’ nas línguas locais para designar os órgãos性uais. Para abordar o tema, os profissionais da saúde são obrigados a usar palavras nos idiomas originais o que sempre leva a um bloqueio na comunicação, pois são consideradas palavras chulas e de baixo calão. A alternativa é usar metáforas que, em geral, não são compreendidas pelo paciente.

MAS... O SERVIÇO DA DÍVIDA VAI BEM

No entanto, há um consenso entre especialistas e organizações da sociedade civil de que o principal fator é a situação econômico-social caracterizada por extrema pobreza, situação essa agravada pelas políticas de ajuste estrutural neoliberal levadas a cabo pelos governos africanos. E o cerne do problema, da mesma forma que no Brasil e noutros países do hemisfério Sul, é a dívida externa.

Os países africanos têm sido forçados pelo FMI a produzir superávits orçamentários a fim de garantir os pagamentos da dívida externa, atualmente estimada em 300 bilhões de dólares na África subsahariana. Para isso, são obrigados a transferir grande parte de seus parcos recursos, que poderiam ser destinados à área social, para a banca internacional. O caso de Zâmbia é

exemplar: em 1999, o governo investiu 37 milhões de dólares na educação fundamental. Ao mesmo tempo pagou 1,3 bilhão de dólares para cobrir os serviços de sua dívida externa.

O PIB per cápita dos países da África subsahariana é de 308 dólares anuais. A dívida per capita é maior: 365 dólares. Ou seja, a dívida externa é maior do que toda a riqueza, representada pela produção de bens e serviços, produzida anualmente na África.

Várias organizações africanas e internacionais têm procurado sensibilizar as organizações multilaterais e governos dos países ricos sobre a gravidade da situação africana e a necessidade de se estabelecerem políticas específicas no plano econômico, social, educacional e de saúde voltadas para a África. O objetivo é contribuir para que os países africanos possam desenvolver ou recuperar, a médio prazo, a capacidade de ação perdida nos últimos anos em decorrência de conflitos internos, guerras e políticas econômicas neoliberais.

A resposta dos países ricos tem sido dúbia, para dizer o menos. Apesar de terem cedido às pressões internacionais dos movimentos sociais e igrejas e cancelado parte ou o total da dívida de alguns dos países mais pobres, os países ricos se recusam a apoiar políticas de desenvolvimento que se distanciem das receitas do FMI e reforcem a capacidade de o Estado criar e implementar políticas públicas de acordo com prioridades nacionais e não segundo interesses externos. O máximo que têm feito é apoiar programas compensatórios por meio do envio de recursos para apoiar programas que visam conter a disseminação da Aids e, em alguns casos, enviado retrovirais. No entanto, essa ajuda não é suficiente. As necessidades da África vão muito além de recursos finan-

ceiros e remédios. Na maioria dos países não há infra-estrutura instalada nem pessoal treinado para a aplicação de testes ou distribuição de medicamentos, muito menos para desenvolver programas de educação e prevenção fora dos centros urbanos.

A situação seria muito mais desencorajadora caso já não existissem iniciativas importantes e bem sucedidas que mostram ser possível, mesmo em situação tão adversa, desenvolver programas paradigmáticos de contenção, prevenção e prolongamento da vida das pessoas infectadas e afetadas pelo HIV. É caso de Senegal e de Uganda, cujos programas, implementados em parceria com organizações da sociedade civil, conseguiram reduzir, em poucos anos, o crescimento dos índices de infecção.

Sem recursos financeiros e humanos disponíveis, com infra-estrutura precária, a África pode caminhar rumo a uma catástrofe jamais vista na história da humanidade. E a comunidade internacional será testemunha e ré ao mesmo tempo, a não ser que se mobilize de forma efetiva e eficaz no apoio às diversas iniciativas africanas, tanto governamentais como da sociedade civil, de educação, prevenção, proteção e atendimento às pessoas infectadas e doentes de Aids. A África vive, atualmente, o conflito entre sucumbir numa tragédia sem precedentes ou renascer e recuperar sua auto-estima. Qualquer que seja a direção que tome, a consciência da comunidade internacional irá acompanhá-la.

Anivaldo Padilha, é secretário de planejamento e cooperação em KOINONIA.

O novo paciente terminal

Caio Rosenthal e Mário Scheffer

Sem dúvida, "os modernos recursos e as mais potentes drogas" estão à disposição de muitos. Mas, as outras necessidades como teto, alimentação, emprego? E a orfandade, filha do parricídio e do matricídio provocado pela Aids? O novo "paciente terminal" está entre os filhos da "Aids dos pobres"

A Conferência Internacional sobre Aids, em Durban (África do Sul), chamou a atenção por mostrar um continente dizimado pela doença. Dois em cada três infectados pelo HIV no mundo vivem na África, o que fará diminuir, em breve, para 45 anos a expectativa de vida de sua população. É o abismo que separa a Aids dos pobres da Aids dos ricos.

O Brasil tem infinitamente menos doentes de Aids do que a África e dispõe de um programa de combate à epidemia considerado modelo por garantir acesso gratuito e universal ao tratamento. Mas, para alguns estratos da

população, o drama da Aids reproduz, em parte, a realidade africana. Durante a conferência, a imprensa exibiu imagens chocantes: centenas de homens, mulheres e crianças morrendo de Aids ao deus-dará. Eram pacientes terminais miseráveis, em processo de morte inevitável, sem condições de cura ou de sobrevivência.

Quem assiste pacientes de Aids no Brasil sabe que há muita gente no andar mais baixo da escala social para quem o drama da doença revela-se igualmente desesperador. Só que, ao contrário da África, temos à disposição os mais modernos recursos e as mais potentes drogas. Apesar disso, ainda vemos no Brasil a doença transformar pessoas em mortos-vivos à margem da cidadania. Ainda vivemos com o sentimento de impotência diante do desespero, do cansaço, da busca exasperante de alívio da dor, da degradação física, do sofrimento e da humilhação de pacientes que muitas vezes não têm mais condições de controlar minimamente suas funções vitais. Trata-se do novo paciente terminal de Aids, cujo prognóstico pouco depende do acesso a serviços de qualidade e tratamento de ponta. Ninguém sabe exatamente quantos são eles nas estimativas do governo, no universo de 90 mil doentes atendidos pela rede pública ou na projeção de 530 mil infectados pelo HIV. Não aparecem nos dados do Ministério da Saúde, que apenas apontam a baixa escolaridade

dos doentes, como indício da "paupeirização" da epidemia.

Sabemos, no entanto, que os *novos pacientes terminais* com Aids aumentam a cada dia em um país que assiste ao recrudescimento da pobreza e da exclusão social. Muitos desses doentes nem sequer existem oficialmente, pois não têm registro de nascimento ou não são contabilizados pelos censos. Eles vêm da leva dos desempregados sem renda, sem comida e sem teto. São também adolescentes de rua, viciados em crack, usuários de drogas injetáveis. São crianças órfãs, que viram pai e mãe desaparecerem por causa da Aids. São milhares de presidiários ou ex-detentos, pois o HIV movimenta-se com facilidade para fora das grades. São cada vez mais mulheres oprimidas ou violentadas. Minorias discriminadas sujeitas a toda a forma de opressão e exploração.

O drama da Aids reproduz, nas camadas mais baixas do Brasil, a realidade da tragédia do continente africano. Em comum, além da vulnerabilidade à infecção pelo HIV, são pobres e miseráveis, cidadãos de segunda linha, que integram os pelo menos 45 milhões de brasileiros que sobrevivem em condições subumanas, para os quais a Aids é mera coadjuvante do destino imposto pela perversa lógica social. Geralmente são acolhidos por grupos e casas de apoio, que desenvolvem abnegado trabalho com doentes de Aids. Quando encaminhados a

Ainda vemos no Brasil a doença transformar as pessoas
em mortos-vivos à margem da cidadania. Ainda
vivemos com o sentimento de impotência diante do
desespero, do cansaço, da busca exasperante do alívio
da dor, da degradação física, do sofrimento e da
humilhação de pacientes

serviços de saúde, recebem a atenção integral a que todos os pacientes de Aids têm direito no Brasil. Mas não conseguem se beneficiar dos progressos da medicina e das conquistas do ativismo. Da mesma forma, não são atingidos pelas campanhas de prevenção. Não aderem ao tratamento complexo. Não compreendem as recomendações médicas. Não sabem ler. Não têm relógio nem noção de tempo para tomar as doses de remédio na hora certa. Com o estômago vazio, seus organismos não absorvem a medicação. Não têm lugar para ir após a alta hospitalar. Sofrem com sucessivas internações, cada vez mais debilitados. Sem parentes nem amigos, definharam e morrem. Exatamente como morrem os doentes de Aids na África.

A resposta brasileira à epidemia ostenta dados positivos, resultado em boa parte da pressão de movimentos comunitários. O maior mérito: medicamentos gratuitos para todos, o que fez cair pela metade os óbitos e diminuiu em 80% as internações. É um paradoxo diante da péssima qualidade de outros indicadores sociais no País, incluindo o baixo financiamento em saúde. Vale lembrar que o recente ranking da Organização Mundial da Saúde colocou o Brasil na vergonhosa 125ª posição, atrás de Tonga, Albânia e Senegal. Diante do alastramento da Aids em direção aos pobres, as ações oficiais têm sido tímidas, centralizadas, esporádicas e burocráticas,

**CASOS DE AIDS EM INDIVÍDUOS COM 19 ANOS DE IDADE OU MAIS,
SEGUNDO ESCOLARIDADE* E ANO DE DIAGNÓSTICO.**

BRASIL, 1980 A 2001, EM PERCENTAGEM**

SEXO MASCULINO

Escolaridade	1980-1990	1994	1998	2001	Total 1980-2001
Analfabeto	1,6	2,8	3,6	3,5	3,0
1º grau	31,5	45,7	53,5	58,3	46,0
2º grau	14,4	17,0	15,5	18,5	15,8
Superior	16,2	9,5	7,6	6,5	9,9
Ignorada	36,2	25,0	19,7	13,3	25,2
Total	13,3	8,8	10,2	1,3	100,0

SEXO FEMININO

Escolaridade	1983-1990	1994	1998	2001	Total 1983-2001
Analfabeto	2,9	5,1	5,8	5,8	5,2
1º grau	44,8	51,3	59,1	62,2	55,2
2º grau	10,5	12,1	11,9	15,0	12,3
Superior	6,5	4,6	3,6	2,8	4,1
Ignorada	35,3	26,8	19,6	14,3	23,3
Total	5,5	7,5	14,2	1,9	100,0

* Nestas tabelas não se faz distinção entre grau de escolaridade completo ou incompleto. **Dados preliminares até 30/06/01, sujeitos a revisão.

Fonte: Coordenação Nacional de DST e Aids.

afinadas com a opção neoliberal do governo federal, que tende a banalizar, com boa dose de *marketing* e cinismo, o que está por trás dos principais problemas de saúde do povo brasileiro.

Ao rezar pela cartilha do Banco Mundial e do FMI, ao privilegiar o ajuste macroeconômico e o pagamento das dívidas, o governo não quer saber de reverter o déficit social do País. A Aids não é uma fatalidade. Pode ser prevenida e tem tratamento. E hoje é possível viver dignamente com o HIV.

Mas, no Brasil, a epidemia jamais será vencida apenas com os esforços da medicina, da ciência e dos técnicos de gabinete. Depende da mobilização da sociedade, da vontade política dos governantes de implementar políticas públicas includentes, do esforço conjunto para a eliminação das desigualdades e injustiças sociais.

Caio Rosenthal, médico e integrante do Conselho Regional de Medicina (SP). **Mário Scheffer**, integrante do Conselho Nacional de Saúde.

Evolução histórica

Gabriela Silva Leite

Esta é uma narrativa quase épica; as frases quase versos narram/cantam um processo que nem de pássaros bicando gaiolas, porque sabem que seu lugar não é aí. Nasceram a fim de amar, com as asas, a liberdade sagrada de conviver com os iguais que se pretendem não-iguais. A Autora refaz uma história de proscritas e proscritos que, em suas evoluções/revoluções nutritas da rebeldia neles inoculada pela proscrição gratuita

A historiografia antiga determina que toda abordagem histórica se origina de um acontecimento que determina o rumo da própria história. A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nasce do fato de que o homem se sente como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir não se pode reduzir a um pálido reflexo dos jogos de poder, ou da maneira de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento. Fazer uma “nova história”, na expressão usada por Lucien Fèvre, é menos redescobrir o homem do que, enfim, descobri-lo na plenitude de suas virtualidades, que se inscrevem concretamente em suas realizações históricas.

A evolução histórica das ações de prevenção em Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids (DST/Aids) desenvolvidas no Brasil no que se refere às profissionais do sexo, é complexa. Envolve muitos atores, muitas parcerias feitas e desfeitas, muitos erros e acertos e coroando tudo, como não poderia deixar de ser, o estigma da prostituição permeando os discursos e as ações dos atores envolvidos. O acontecimento histórico é a Aids que também inicia como uma doença estigmatizante (“câncer gay”) e os atores são o movimento de profissionais do sexo, técnicos envolvidos com profissionais do sexo, governo, e organizações não-governamentais. São treze anos de trabalho – pouco tempo, diria um historiador – que, no entanto, já nos dão uma visão dos acertos e dos erros, dos avanços e, quem sabe, um aprendizado para ações futuras.

Tudo começou em meados da década de 1980, quando surge o HIV. Um vírus que atacava primordialmente, segundo os especialistas, gays, prostitutas e pessoas de vida sexual *promíscua*. Para as prostitutas não havia novidade. Mais uma vez eram elas chamadas para ‘pagar a conta’. Historicamente sempre foram responsabilizadas por transmissão de doenças. Assim foi com a peste, com a tuberculose, com a sífilis. O movimento de profissionais do sexo se recusa a aceitar mais essa responsabilidade e não aceita participar dos esforços de lutar contra a doença. Existe em todo o discurso construído um esforço de tentar acabar com a prostituição. Já que a transmissão do vírus tem a ver com a promiscuidade, já que se considera que a prostituta é, na sua essência, promíscua, os esforços de prevenção devem se centrar na luta pela erradicação da prostituição. Felizmente, como ninguém (mesmo os especialistas) ainda tinha certezas absolutas e as pesquisas sobre a origem do vírus eram desencontradas, logo ficou patente que seria importante conversar e tentar trabalhar com essas mulheres. Importante lembrar que a história da medicina no Brasil sempre se pautou no curativo e muito raramente no preventivo, portanto, não havia naquele momento políticas públicas de prevenção a Aids.

Nesse ínterim, o movimento de profissionais do sexo começa a participar de reuniões do recém-criado movimento de Ongs-Aids. Como coordenadora da Rede Nacional de Profissionais do Sexo fui convidada a participar

na rebeldia

de um encontro Nacional dos Grupos de Apoio e Prevenção à Aids (Gapa) realizado em Salvador, Bahia. Naquele momento são lançadas as bases da metodologia que iriam permear as ações de prevenção em DST/Aids entre profissionais do sexo até os dias atuais.

Primeiramente, como a atividade da prostituta se refere a relação sexual discutiu-se que a questão principal não era a promiscuidade, e sim as fantasias sexuais. Como o mundo das fantasias sexuais é imenso, deveríamos antes fazer uma relação das mais recorrentes na cultura sexual brasileira, sempre pensando no uso do preservativo em todas as relações sexuais. Em segundo lugar, a prostituta ocupa o lugar de protagonista da prevenção. Visto ter como atividade profissional a relação sexual com o homem, munida de informações, poderia se tornar uma agente da prevenção. Em terceiro lugar, a participação das prostitutas na elaboração de políticas de prevenção ligadas a ela.

Começa assim um novo momento histórico. Não mais a transmissora em potencial de doenças e sim a protagonista da prevenção. Esse se torna o discurso ideológico do movimento nacional de profissionais do sexo, numa tentativa de elevar sua dignidade e lutar contra o estigma.

Em dezembro de 1988, fui convidada pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) a participar de uma teleconferência, numa mesa sobre transmissão sexual. O discurso de todos os palestrantes foi o tradicional: "O problema é a promiscuidade e, nes-

se sentido, as mais promíscuas são as prostitutas. Temos que lutar pelo fim da prostituição." Fiz o discurso oposto, falei da proposta do movimento sobre o protagonismo da prostituta e assim criei uma grande polêmica. Ficou patente, que os técnicos dos vários órgãos ali presentes, ainda não contavam com uma política de prevenção formulada, a não ser a noção de "grupo de risco". Ao final da conferência, a Rede Brasileira de Profissionais do Sexo foi convidada a participar de reunião em Brasília para iniciar um trabalho de prevenção.

PREVINA I E O II ENCONTRO NACIONAL DE PROFISSIONAIS DO SEXO

O Previna I foi o primeiro projeto específico de prevenção para profissionais do sexo formulado pela Coordenação Nacional de DST/AIDS em parceria com a sociedade civil. Antecipavam-se ações de prevenção entre profissionais do sexo (prostitutas, travestis e michês), homossexuais, presidiários e usuários de droga.

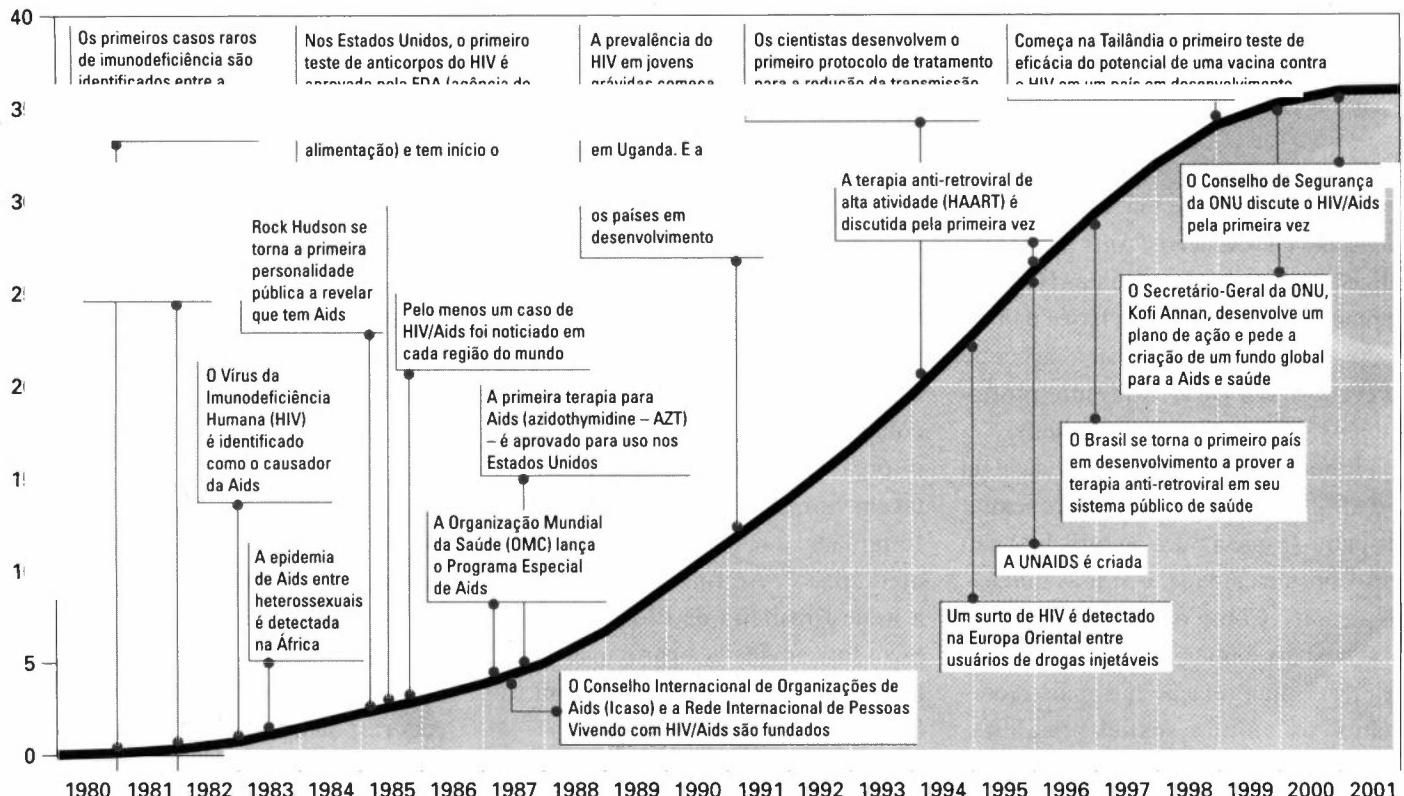
O grupo que participou da primeira reunião específica para profissionais do sexo contava com representantes de coordenações estaduais de DST/Aids (Sergipe, Santa Catarina e Amazonas) Ongs-Aids (Gapa São Paulo e Gapa Minas Gerais), Associações de Profissionais do Sexo (Rio de Janeiro e Belém do Pará) e uma instituição francesa (Essor) que trabalhava com prostitutas no Ceará. Esse grupo permaneceu até o fim das atividades do Previna I.

Convém lembrar que a primeira reunião foi para apresentar o projeto. Ele já estava pronto e as modificações feitas, naquele momento, foram pequenas. A modificação estrutural acontecida, diz respeito ao protagonismo das prostitutas. Tanto o movimento de profissionais do sexo como as Ongs-Aids lutaram para que as profissionais do sexo fossem capacitadas e elas mesmas informarem suas colegas sobre formas de prevenção. Surge nesse momento, no Brasil, a metodologia da educação pelos pares ou multiplicadoras, ou agentes de saúde na prostituição, que perdura até agora nas ações de prevenção. Inicia-se também, uma parceria entre governo e sociedade civil que sempre foi difícil e polêmica e ao mesmo tempo muito rica e proveitosa.

O projeto Previna I iniciava uma série de ações que iam desde a capacitação de Ongs, associações de classe e coordenações estaduais e municipais de DST/Aids, elaboração de material informativo e distribuição gratuita de preservativos masculinos.

A primeira tarefa foi a elaboração dos materiais informativos. Decidiu-se que iriam ser editadas três cartilhas (profissionais do sexo feminino, travestis e michês). Foram elaboradas as cartilhas, *Fala, Mulher da Vida* (para prostitutas), *Estrela da Noite* (para travestis) e *Rapaz da Noite* (para michês). O caminho da elaboração até a edição final e consequente distribuição aos profissionais do sexo foi difícil e polêmico. Todo material foi elaborado dando ênfase à linguagem e à cultura

20 ANOS DE HIV/AIDS



Fonte: Unaids

do público-alvo. A Coordenação Nacional de DST/Aids, num primeiro momento não aceitou a metodologia proposta. Pretendiam que as cartilhas deveriam ter informações científicas sobre o vírus e não estar centradas na cultura e na vida de prostitutas, michês e travestis, surgindo aí o primeiro grande impasse entre sociedade civil e governo, no que se refere ao trabalho com profissionais do sexo.

A Rede Nacional de Profissionais do Sexo, diante do empasse criado, resolve organizar um Encontro Nacional para discutir e validar ou não o material. Participaram desse encontro não somente prostitutas e travestis, mas também Ongs-Aids, e coordenações estaduais e municipais do Brasil interessados na questão. A discussão

Um dos processos cíclicos verificados pela História informa que os rebeldes de hoje serão os estabelecidos de amanhã, transformando-se, por sua vez, no alvo dos novos rebeldes. Mesmo assim, algumas de suas preocupações básicas permanecem

foi extremamente difícil, mas finalmente o material foi validado e a Coordenação Nacional de DST/Aids assumiu o risco de publicá-lo. Era 1989, governo José Sarney, e, em 1990, após treinamentos nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, as cartilhas co-

meçaram a ser distribuídas entre o público-alvo.

A grande importância do Previna I diz respeito ao fato de que todas as ações entre profissionais do sexo desenvolvidas até hoje têm em sua base metodológica esse momento histórico. Resta saber se, passados os anos, a determinação de se ter a prostituta como protagonista de sua história, a tentativa de resgatar-lhe a linguagem, as parcerias sociedade civil/governo/Ongs-Aids/movimento de profissionais de sexo realmente aconteceram em sua plenitude.

Um dos processos cíclicos verificados pela história informa que os rebeldes de hoje serão os estabelecidos de amanhã, transformando-se, por sua vez, no alvo dos novos rebeldes. Mesmo

Questões tão caras ao movimento como organização, cidadania, direitos humanos e autodeterminação, ficaram relegadas a segundo plano em nome da efetividade das ações de prevenção

assim, algumas de suas preocupações básicas permanecem. Então vamos lá.

O Projeto Previna I foi revolucionário. Combinou todas as questões que até o momento são preocupações para todos os que trabalham com prostituição e Aids no Brasil. Questões caras até hoje como parcerias entre sociedade civil e governo, Ongs-Aids e associações de prostitutas, sustentabilidade (entendida aqui na sua definição ampla), descentralização das ações, protagonismo do público-alvo, classificações epidemiológicas, e fundamentalmente, a noção de estigma foram discutidas e entendidas como fundamentais para um trabalho realmente sério.

Fazendo aqui o papel do *novo rebelde* tentamos entender como ficaram, com o passar dos anos, as associações tão caras para aquele momento, como são para o agora.

PARCERIA ENTRE SOCIEDADE CIVIL E GOVERNO

O Projeto Previna I parou com o governo Collor. Passado o período de trévas, reiniciamos do ponto onde estávamos. Houve um empréstimo do Banco Mundial e iniciou-se o Aids I e com ele a retomada do processo do Projeto Previna, agora Previna II, que, com muitas dificuldades, conseguiu editar o *Manual do Multiplicador*, para profissionais do sexo (1996). Paralelamente, começa também um novo tempo de parcerias, por meio das concorrências públicas dirigidas a Ongs-Aids. Surgem muitos projetos dirigidos a profissionais do sexo. Todos, com raras exceções, tendo como metodologia a educação pelos pares, a formação de multiplicadoras. Termina

o Aids I, inicia-se o Aids II e outra vez muitos projetos de Ongs-Aids e de associações de prostitutas são financiados. Novamente a metodologia principal é a da educação pelos pares e com materiais instrutivos na linguagem da prostituta.

Nesse meio tempo é criado o Comitê Assessor para Ações de Prevenção entre Profissionais do Sexo numa tentativa de se discutir, avaliar e principalmente ser um espaço consultivo para ações a serem desenvolvidas. Interessante notar que os projetos financiados não foram avaliados dentro de uma proposta global. Houve casos de projetos que privilegiavam todas as questões metodológicas caras a todos. No papel, porque na prática, utilizavam testes compulsórios do vírus HIV, extremamente técnicos, e consideravam a prostituta como objeto de estudo. Não havia uma avaliação metodológica e uma parceria em seu sentido mais amplo. Por parte da Coordenação de DST/Aids do Ministério da Saúde uma grande preocupação avaliativa nos dados quantitativos e financeiros e no lado da sociedade civil, incluindo associações de prostitutas, buscava oferecer ao governo dados quantitativos e financeiros confiáveis, sempre pensando no próximo financiamento. Claro que existem exceções, mas exceções são o que são – somente confirmam a regra.

ONGS-AIDS E ASSOCIAÇÕES DE PROSTITUTAS

Houve um primeiro momento em que as Ongs-Aids foram de fundamental importância na parceria com as associações de prostitutas e com a Rede Nacional de Profissionais do Sexo. Pode-se dizer que caminhavam juntas, em vista de um bem comum, ou seja, a luta contra o HIV e pela cidadania e organização. Para o movimento de prostitutas essa aliança era de extrema importância. Enquanto a maioria dos movimentos sociais tinha dificuldades em assumir as prostitutas e seu movimento como um movimento social, as Ongs-Aids assumiam e estavam juntas. Com a mudança da fase de ativismo para a fase de projetismo ambas se distanciaram. Houve casos de Ongs que acreditavam no teste compulsório de HIV, para prostitutas como houve casos de associações de prostitutas que em nome do projetismo esqueceram que eram movimento social e passaram a considerar suas associações números a serem computados no resultado final do projeto. Com o tão almejado profissionalismo das Ongs-Aids e das Associações de Profissionais do Sexo, entramos na fase do público-alvo e nos distanciamos de nós mesmos.

A partir do dito profissionalismo das Ongs-Aids e das associações de prostitutas não existia mais ativismo. É sintomático que o Encontro Nacional de Ongs-Aids (Enong), depois das primeiras reuniões históricas, nunca mais teve uma mesa redonda ou fórum para discutir politicamente uma das pernas do seu movimento, ou seja, o movimento de prostitutas, e, quando

teve, foi na forma de apresentação de trabalhos em que se apresentavam os resultados alcançados em determinado projeto ou então em oficinas pontuais de sexo seguro. Como sempre há uma grande distância entre a prática e a teoria: nesta a grande maioria das Ongs-Aids continua a fazer o discurso do protagonismo e a prática é exatamente o oposto.

Por outro lado, as várias associações de prostitutas deixaram de lado seu discurso político em nome do profissionalismo dos projetos. As questões tão caras ao movimento como organização, cidadania, direitos humanos e autodeterminação ficaram relegadas a segundo plano em nome da efetividade das ações em prevenção. Chegou-se ao ponto de, num encontro de prostitutas, em Belém do Pará, na mesa de troca de experiências entre as várias associações que fazem parte da Rede Nacional, o assunto se resumia aos projetos de prevenção em DST/Aids.

PROTAGONISMO E PÚBLICO-ALVO

Para as Associações de Profissionais do Sexo e Ongs-Aids, o protagonismo das prostitutas está, no momento, relegado a segundo plano. O que existe é público-alvo. O que são as multiplicadoras? Prostitutas sim, mas que, a partir de sua capacitação em treinamentos muito bem estruturados, passam a não se considerarem mais prostitutas e sim agentes de saúde. O estigma (do qual todas querem fugir) aparece aí em toda a sua plenitude. As prostitutas deixam de ser companheiras e passam a ser público-alvo do projeto. Deixam de pertencer a uma cate-

Primeiramente convivemos com a noção de *grupo de risco*... Com o decorrer do tempo passamos a conviver com a noção de *comportamento de risco*. Atualmente a noção com a qual trabalhamos é a de *populações mais vulneráveis*, um salto qualitativo

goria profissional e passam a fazer parte de outra.

Já se passaram onze anos desde o Previna I e, no entanto, a metodologia de educação pelos pares, que pressupõe a formação de multiplicadoras ou agentes de saúde nunca foi discutida ou contestada por nenhum dos atores envolvidos na prevenção.

CLASSIFICAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS

Desde o inicio da epidemia de Aids convivemos com várias classificações para tentar entender e, consequentemente, atuar na prevenção da Aids. Primeiramente convivemos com a noção de *grupo de risco*, quando homossexuais e profissionais do sexo eram os principais atingidos. Com o decorrer do tempo, o aumento de pessoas contaminadas pelo vírus e o controle social exercido pela sociedade civil (no nosso caso, o movimento de profissionais do sexo) passamos a conviver com a noção de *comportamento de risco*. Não mais um vírus que atacava primordialmente profissionais do sexo e homossexuais, mas uma noção mais ampla centrada no comportamento sexual. Atualmente a noção com a qual trabalhamos e a de *populações mais vulneráveis*, que proporciona um salto qualitativo, retirando o foco da di-

mensão individual para o contexto sociocultural.

Toda essa trajetória não aconteceu por acaso e tampouco foi obra somente dos cientistas. A parceria entre ciência, governo e sociedade civil foi a grande protagonista dessa evolução histórica. Por conseguinte é importante lembrar que, sem um controle social efetivo, essa evolução não teria acontecido. Como o nosso trabalho diz respeito a uma categoria profundamente estigmatizada e envolvida em preconceitos vários é necessário estar sempre atento, não somente às atitudes e noções dos outros parceiros envolvidos, mas também a cada um de nós, individualmente. Sempre corremos o risco do retrocesso histórico e nossa tendência é, às vezes, sem nos apercebermos, a de voltar a mirar a profissional do sexo como pertencente a um grupo de risco. Entendê-la como pessoa, que por sua condição profissional estigmatizada, tem vulnerabilidades socioculturais e compreender, estudar e trabalhar tais vulnerabilidades é o caminho mais difícil, porém imprescindível.

Queremos lembrar os paralelos entre passado e presente que a história nos oferece e pensar que o engajamento histórico não é uma via de mão única e que buscar o conhecimento do homem integral e total, não deve limitar-se a vê-lo como prisioneiro de estruturas asfixiantes, mas também como um espírito capaz de ser livre por sua criatividade.

Gabriela Silva Leite, integrante da diretoria de KOINONIA, diretora-executiva de DaVida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde, e fundadora da Rede Nacional de Profissionais do Sexo.

Natalina

Ivone Gebara

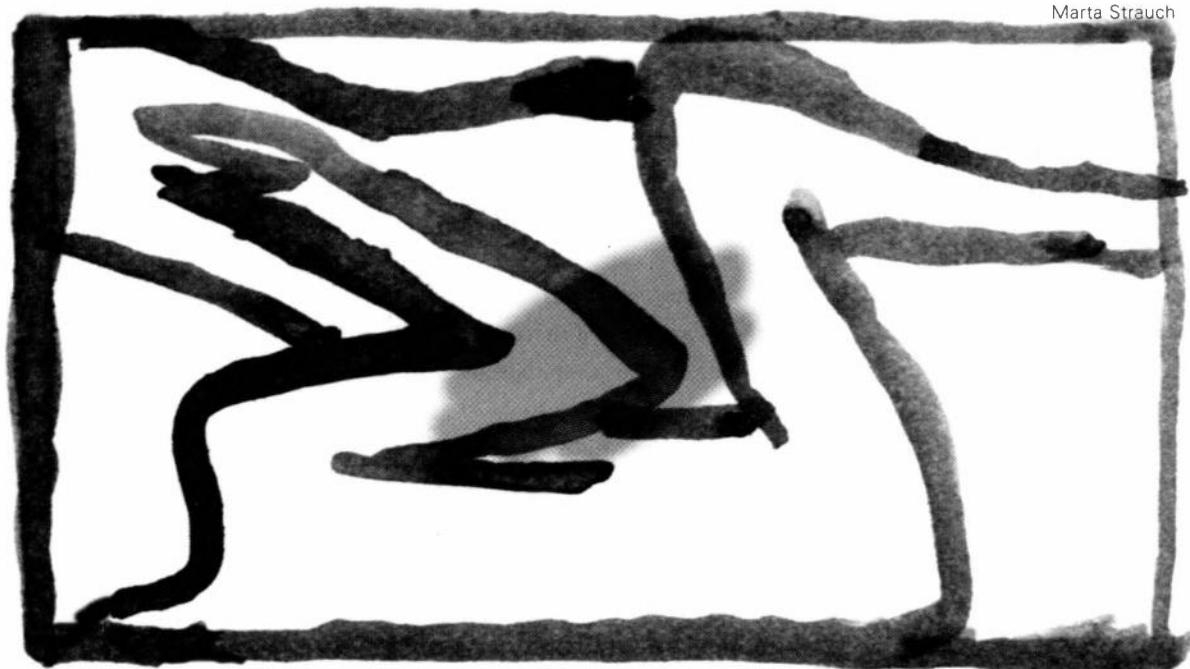
Foi numa noite estrelada, noite de lua cheia que você me convidou a andar pela praia...
Nos conhecíamos pouco...
Mas seu encanto irresistível, seu sorriso rasgado, seu corpo moreno cheirando a banho tomado, me tentavam a aceitar...
E depois daquela cerveja gelada, do forró quente naquele bar, andar era uma coisa boa.
E fomos nós abraçados, sem sandálias, afundando nossos pés na areia até a beira do mar...
Falávamos pouco de nós,
Apenas deixávamos que nossos corpos deixassem passar a estranha energia que tomava as entranhas e a flor da pele...

Caminhávamos depressa, depois devagar, depois nos sentamos a olhar o mar, a nos olhar olhando o mar... e sorrimos um para o outro.

Os raios de lua nos envolviam num encanto único...
A brisa quente do mar nos acariciava docemente...
E aí aconteceu a explosão, o incontido desejo de nossos corpos...
A ânsia da fusão, da fome eterna, da sede insaciável...
A paixão sem nome, a coisa mais forte da vida e da morte.

A lua nos olhava deitados na praia...
As estrelas piscavam de felicidade...
As areias serviam de cama aconchegante...

Marta Strauch



As ondas rumorejavam mais forte
para abafar nossos suspiros...
E nossos corpos cantavam hinos ao
misterioso amor que nos envolvia.

Não havia ninguém por perto, mas
sua presença habitava meu mundo...
Habitava todo o mundo...
E todo o mundo lá estava no gozo de
nossa gozo...
Vivemos uma beleza só,
Éramos um sorriso só, uma dança só,
um abraço só.

Só depois, alguns meses depois, o
encanto se quebrou...
Não dava para acreditar,
Eu não sabia, mas você suspeitava
que uma chaga vivia em você...
E tudo se confirmou ...
Sobre nosso novo amor uma nuvem
escura apareceu...
Estávamos doentes os dois...
Não mais de amor, mas de ameaça
mortal...

Nos detestamos, nos acusamos, nos
revoltamos...
Te odiei porque nada disseste,
Te calaste porque não querias perder-
me.
Num instante, já não eras o mesmo,
Num instante, eu já não era a
mesma.
Como pude te amar?
Tu, meu bem, a fonte de meu mal?

Como pode um amor tão intenso
perder-se no absurdo da morte?

Como pode quebrar-se de repente
qual frágil cristal?
Como pode reter a paixão, esfriar-se
nos corpos, afundar-se na dor
presente?

Como pode deixar de ser hoje o que
ontem ainda era?

Queríamos morrer juntos,
Depois morrer separados...
Queríamos fugir, mas fugir para
onde?
Queríamos apagar o passado...
Mas, passado não se apaga!
A história vivida fica no corpo, na
carne, na memória.
Mesmo se se tenta esquecer, um dia
ela volta como louca lembrança.

Estávamos doentes, os dois!
Tínhamos até medo de dizer o nome
da doença...
Choramos nosso doce amargo amor.
Choramos o fruto da noite de estrelas
e de lua... aquele bebê que já se
movia em meu ventre corria o risco
de estar doente como nós...
Estaríamos doentes os três?

Os meses se passaram entre médicos,
medicamentos e medos...
Espera ansiosa, apavorante,
estonteante!
Era para o Natal...
Justo para o Natal!

Então, o Natal chegou ...
E com ele, ela chegou
Uma linda menina!

Era sua cara, era meus olhos, era sua
boca, era meu sexo.

Era nossa menina.
Menina com *aids*, de pai e mãe com
aids !

Menina inesperada, fruto da atração
da lua,
Fruto do encanto das estrelas,
Fruto da beleza do mar,
Fruto de nossos corpos apaixonados.
Menina com *aids*, seja bem-vinda!

Com você temos que lutar pela vida.
Com você nosso mundo ferido será
talvez mais bonito.
Com você nossa fraqueza se tornará
força.
Criamos o futuro em você e é preciso
cuidar dele por você.

Bem-vinda, *Natalina*, bem-vinda,
nossa menina.
Bem-vindo, fruto do intenso amor
ferido.
Bem-vinda, esperança nova,
Esperança de arriscar o amor, apesar
dos riscos da vida.
Bem-vinda!



Ivone Gebara, religiosa, teóloga e escritora.

Geopolítica da vingança

César Benjamin

A vingança-resposta aos atentados de 11 de setembro está imbricada em questões de fundo gravíssimas: duas dizem respeito à tranquilidade e à abastança do povo norte-americano; as outras, ao controle sobre o mundo. Quando as tropas voltarem, saciada a necessidade de vingança, apenas o poderio do Norte desta América sairá fortalecido, mas o controle sobre o mundo...

O real significado dos atentados do dia 11 de setembro sobre a política mundial dependerá da evolução de, pelo menos, três grandes questões, a ele relacionadas.

A INVIOABILITY DO TERRITÓRIO NACIONAL

Objetivo número um na escala de preocupações do Estado americano, essa inviolabilidade foi quebrada. Invulnerável a ameaças de forças armadas regulares, o país mostrou-se frágil diante dessa outra modalidade de ataque. Pior: trata-se de uma fragilidade estrutural, que atinge todas as sociedades modernas, com populações concentradas em centros urbanos, altamente dependentes de instalações fixas de todo tipo, incluídas as de uso civil, transformadas em possíveis alvos.

Será longa, difícil e cara – e de resultados incertos – a revisão de procedimentos da segurança nacional americana. Mas suas extrapolações para o mundo se anunciam muito preocupantes. No calor dos acontecimentos, o presidente George W. Bush enunciou três conceitos:

- Fim do direito à neutralidade, que foi historicamente respeitado em todas as guerras, como se houvesse apenas duas possibilidades em jogo: “quem não estiver conosco estará com os terroristas”;
- Legitimização da idéia de “ataque preventivo” para responder a ameaças, sejam elas reais, supostas ou simplesmente inventadas (recordemos que os Estados Unidos detêm o controle dos

grandes meios mundiais de comunicação de massas).

- Admissão do uso de “todas as armas”, feita por um país que possui grandes arsenais de armas biológicas, químicas e atômicas. Em um segundo momento, aliás, o sentido da expressão foi ampliado, quando se anunciou a possibilidade de legalizar assassinos e admitir provas obtidas por meios ilegais, mesmo a tortura, “desde que fora do território americano”. Esta última restrição – que faz par com a expressão “vidas americanas”, banalizada na mídia, mas cinicamente reveladora dos limites da “globalização” – mereceria uma reflexão específica. Por enquanto, basta imaginar o significado disso num mundo em que grande número de serviços secretos ou simples esbirros estarão sob pressão para obter informações que interessem ao Império.

Sob todos esses aspectos, a busca de maior segurança no território americano – objetivo legítimo dos Estados Unidos – se faz às custas de disseminar insegurança no mundo, em uma escala nunca antes vista. Os demais Estados não podem aceitar isso. Um ponto de equilíbrio tem de ser buscado, preservando-se os valores fundamentais do processo civilizatório.

ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO

Trata-se de uma conhecida vulnerabilidade americana. Com reservas, em seu território, de 28,6 bilhões de barris e um consumo diário de 19,5 milhões de barris, os Estados Unidos têm

petróleo próprio para abastecer-se durante apenas quatro anos. A evolução do cenário no Oriente Médio tem sido favorável à posição americana: a principal potência regional não subordinada, o Iraque, foi destruída e permanece há dez anos sob bloqueio, remetida a uma posição defensiva, e a maioria dos Estados árabes já reconhece (ou se dispõe a reconhecer) Israel. Nos dez últimos anos, desapareceu o espectro de uma guerra entre Estados na região. O conflito ficou reduzido a uma escala local, de baixa intensidade, envolvendo helicópteros e grupamentos de soldados, de um lado, homens-bomba e atiradores de pedra, de outro, em escaramuças suficientes para alimentar noticiários, mas incapazes de colocar em risco a oferta de petróleo. Se, no contexto dos desdobramentos dos acontecimentos atuais, emergir o espectro de desestabilização "de baixo para cima" de regimes pró-americanos instalados na região, a resposta dos

Estados Unidos será igualmente imediata e violenta. Mas isso, até onde se pode ver, parece improvável.

O ATAQUE, EM MARCHA, AO AFGANISTÃO

É ingênuo imaginar que uma operação de tamanho porte obedeça apenas a impulsos emocionais e seja desenquadrada sem que tenha relação com metas estratégicas muito bem definidas. O Estado americano acumulou extraordinário poder nos dois últimos séculos exatamente por sua capacidade de

A busca de maior segurança no território americano – objetivo legítimo dos Estados Unidos – se faz às custas de disseminar insegurança no mundo, em uma escala nunca vista

nunca perder de vista objetivos de longo prazo, articulados entre si, subordinando a eles cada decisão relevante.

O ataque é um aparente *non sense*. Os Estados Unidos não apresentaram nenhuma evidência de que os afegãos tenham relação com os atentados, e a acusação contra bin Laden foi feita de forma propositalmente vaga e inconsistente, de modo a tornar impossível que o Talebã aceitasse extraditá-lo. A decisão de atacar, claramente, foi tomada à revelia dessas formalidades, o que aliás não causa surpresa: para a opinião pública e as autoridades americanas, dada a gravidade do crime cometido, submeter uma pessoa (ou um grupo) a julgamento, meses a fio, seguindo os procedimentos formais, seria uma resposta civilizada, mas fraca. A legitimação dessa decisão não parece ser um problema: ultrapassado o primeiro momento, a dinâmica da guerra passa a legitimar-se a si mesma.



O mais intrigante, porém, é que à primeira vista o Afeganistão parece ser um péssimo alvo. Chegar a seu território, longe do mar, já é uma encrenca. Combater lá é uma encrenca muito maior. A topografia é montanhosa. As estradas são poucas e péssimas. A população está dispersa no meio rural. Ao contrário do Iraque e da Sérvia, o país não possui infra-estruturas fixas, instalações produtivas e bases militares que mereçam ser bombardeadas com mísseis que custam US\$ 200 milhões. Quanto às anunciadas operações de comando, os generais americanos não são imbecis para acreditar que rapazes recrutados na Califórnia encontram Bin Laden nos grotões de um país hostil em que a metade da população usa barba e turbante, enquanto a outra metade anda com o rosto coberto. Coisas assim só funcionam bem no cinema.

A resposta a esse enredo confuso pode ser rastreada por via indireta. Por seu potencial e suas dificuldades, a Ásia é a grande incógnita do sistema-mundo nas próximas décadas. De um lado, tem a segunda maior economia nacional (o Japão), a potência emergente (a China), potências regionais importantes (como a Índia, o Paquistão e o Irã), grandes massas demográficas, elevado dinamismo tecnológico, experiências de desenvolvimento rápido, empresas e bancos de grande porte, Estados nacionais ciosos de sua independência, capacidade militar (e nuclear) ascendente. Por tudo isso, será uma jogadora de grande peso no século que se inicia. Mas também tem problemas imensos: está longe de criar uma área econômica ou politicamente integrada, abriga grandes populações em estado de pobreza, permanece dividida por um sem-número de contendores de todos os tipos. A ordem mundial americana não foi – e não será

A ordem mundial americana não foi – e não será – capaz de enquadrar esse continente “exótico” (a Ásia), grande demais e forte demais para ser engolido (como a América Latina), marginalizado (como a África), dominado (como o Oriente Médio) ou derrotado (como a ex-União Soviética). Mas pode mantê-lo contido

– capaz de enquadrar esse continente “exótico”, grande demais e forte demais para ser engolido (como a América Latina), marginalizado (como a África), dominado (como o Oriente Médio) ou derrotado (como a ex-União Soviética). Mas, pelo manejo de suas contradições internas, pode mantê-lo contido.

O Departamento de Estado considera que um dos objetivos estratégicos da geopolítica americana é o mais difícil de ser mantido a longo prazo. Ele é assim definido: *Que nenhum poder, ou conjugação de poderes, do hemisfério oriental possa desafiar o domínio norte-americano sobre os oceanos.* Compreende-se a preocupação: o controle simultâneo dos oceanos é, de longe, o elemento central na supremacia militar em escala mundial. Tendo-o conquistado, os Estados Unidos detêm o monopólio da capacidade de deslocar e projetar suas forças em qualquer parte do mundo.

Criar uma poderosa Marinha de guerra exige recursos imensos, incompatíveis com manter grandes exércitos envolvidos com problemas territoriais. Daí o permanente esforço americano

de fazer com que seus competidores potenciais – especialmente os asiáticos – mantenham-se às voltas com ameaças terrestres, que os próprios Estados Unidos, por sua posição geográfica, não enfrentam. Esse tem sido, há muito tempo, o jogo americano na Ásia. Quando a extinta União Soviética começou a desenvolver uma marinha de guerra de alcance mundial, os Estados Unidos, em um lance de gênio, a atraiu para uma prolongada guerra terrestre, exatamente no Afeganistão. O resultado todos conhecem.

Uma tensão duradoura no coração da Ásia – ampliando-se a guerra civil latente na região – se ajusta perfeitamente aos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Eis uma pista para entender o que vai ocorrer quando o Talebã tiver de recuar para as montanhas. O Afeganistão tem fronteiras com Irã, Paquistão, China e ex-repúblicas soviéticas, além de ficar muito perto da Índia e da Rússia. Enquanto a turbulência persistir ali, todos eles precisarão manter-se voltados para dentro, consumindo recursos em desacordos recíprocos.

Depois da incursão, os Estados Unidos se retirarão em suas embarcações, tendo dado uma demonstração de poder, saciado sua necessidade de vingança e, principalmente, semeado uma cizânia que Irã, Paquistão, Rússia, China e Índia precisarão administrar por muitos anos. Enquanto isso, a grande esquadra continuará a navegar pelo mundo.

O poderio do Estado americano sairá fortalecido, mas – como os atentados do dia 11 de setembro mostraram – isso não se aplica, necessariamente, à sua capacidade efetiva de controle sobre um mundo cada vez mais caótico.



César Benjamin, editor, autor e integrante da coordenação do Movimento Consulta Popular. Distribuído pelo *Correio Caros Amigos* (carosamigos@ecomm.com.br).

Terrorismo e reforma agrária no Brasil

Jelson Oliveira

Após os acontecimentos novaiorquinos contra as torres gêmeas, o presidente norte-americano virou "chefe de polícia do mundo" e retomou a face do Estado Policial-Militar. Nesse contexto, o Autor relê Canudos, Contestado, Eldorado dos Carajás, passando pelos menores da Candelária, pelos trabalhadores rurais assassinados no Paraná

O terrorismo é o “modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas, ou de impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror” (dicionário Aurélio). Terror é a geração do medo e do pavor mediante o susto. Na linguagem política, terrorismo é um atentado contra o poder estabelecido, pelo uso da violência. Formas ambíguas de definir a palavra mais pronunciada pelo noticiário internacional desde 11 de setembro. A verdade é que ninguém sabe ao certo o que é o terrorismo. Um avião seqüestrado que é jogado contra um edifício causando a morte de milhares de pessoas? Um míssil atirado contra um campo de refugiados? Uma bomba explodida no subsolo de um *shopping center*? Um homem disparando contra uma escola primária? Uma bomba caseira atirada contra um prédio público?

Confusão conceitual à parte, o que se vê é a população mundial assaltada pela dúvida quanto à reação americana ao atentado às torres e ao Pentágono e Bush, na ofensiva contra o mal (no estilo *cowboy* que lhe cai bem como chefe da polícia do mundo). Enquanto a cruzada contra o terror identifica os seus alvos, o presidente norte-americano intensifica e explicita a face policial-militar do Estado. Aliás, militarização do Estado parece ser o principal resultado daquela terça-feira fatídica que se abateu sobre o mundo. Este, porém, não é um tempo de penitência, mas de culpa.

No Brasil e na América Latina, vimos assistindo a um acelerado processo de crescimento do Estado policial-

militar. Em nosso país, o Estado policial foi visto em ação contra pobres nordestinos de Canudos, em novembro de 1896. Dez anos mais tarde, o Estado policial brasileiro massacrava os colonos que resistiam na terra do Contestado. O Estado policial brasileiro, mais recentemente, reprimiu os índios que queriam participar da festa do descobrimento; massacrou dezenove trabalhadores na curva da história chamada ironicamente de Eldorado, dos Carajás. E esse mesmo Estado — não esqueçamos a farsa — inocentou todos os responsáveis. O Estado policial brasileiro assassinou na madrugada do dia 23 de julho de 1993, oito menores que dormiam sob a proteção da ‘Santa Igreja’ por não terem para onde ir. O Estado policial vem matando indiscriminadamente nas periferias brasileiras, sob a lenda de que miséria e violência são irmãs gêmeas, enquanto os jovens ricos queimam índios e mendigos do outro lado da cidade. O Estado policial, a serviço da propriedade, mata discriminadamente trabalhadores rurais sem terra e suas lideranças. E impune, vai matando mais e mais.

No Paraná o Estado policial do governo Lerner matou dezenas de trabalhadores rurais e deixou suas marcas em centenas de pessoas feridas, presas, torturadas. O Tribunal International dos Crimes do Latifúndio, realizado em Curitiba no ano passado, soube compreender a gravidade desta situação. O acusador, o jurista argentino Raul Zaffaroni, identificou e pediu punição à aliança estabelecida entre o conclamado Estado Democrático de

O Estado policial vem matando indiscriminadamente nas periferias brasileiras, sob a lenda de que miséria e violência são irmãs gêmeas, enquanto jovens ricos queimam índios e mendigos do outro lado da cidade

Carlos de Carvalho



Manifestação de trabalhadores rurais sem terra, um dos principais 'alvos' do Estado policial brasileiro

Direito e o Estado policial, entre o executivo e a polícia. Quando o Estado Democrático se rende ao Estado policial, cria-se o terrorismo do Estado. Sobreposto à criminalidade ordinária, este terrorismo é legitimado pela burocracia estatal. As arbitrariedades se tornam legítimas. Aprendizes de uma das mais avançadas academias policiais do mundo no combate ao terrorismo, localizada em Kap Josef, cidade próxima a Jerusalém, em Israel, os policiais do Paraná estão, há muito tempo e a seu modo próprio, à caça de terroristas. Na sua cartilha, terror e luta social não têm distinção. Os sem-terra, em seus manuais, são confundidos com terroristas. Apoiado na ambigüidade do termo, o Estado policial exe-

cuta suas operações e fareja terrorismo em qualquer entidade ou indivíduo que enfrente o *status quo*.

Aquela terça-feira norte-americana e os acontecimentos subsequentes explicitam a vontade desenfreada de muitos governos do mundo, comandados por Bush, de reforçar o Estado Policial-Militar em nome do combate ao terrorismo. Dada a história de desastres, todos tememos que no Brasil isso signifique um recrudescimento da violência policial e dos crimes contra direitos humanos cometidos pelo Estado contra os cidadãos comuns. Na luta pela Reforma Agrária, isso resultaria na manutenção de aparatos policiais a serviço da propriedade e contra os trabalhadores, mediante a re-

pressão direta, o aumento dos serviços de inteligência e espionagem, as prisões, as torturas, os seqüestros e todos esses índices de truculência herdados da ditadura militar.

Não se trata, em nenhum momento, de desmerecer o perigo das manobras terroristas para o mundo: ele deve ser combatido de forma eficaz e diplomática. Entretanto, a sociedade brasileira não pode aceitar que a luta pela paz e pelos direitos humanos se renda à exacerbação irresponsável de um conceito beligerante de tamanha gravidade, sob o preço de pôr em risco os ideais que todos buscamos.

Jelson Oliveira, pós-graduando em sociologia e secretário executivo da Comissão Pastoral da Terra (PR). Enviado por e-mail pela CPT/PR.

O goleiro Serjão

Emir Sader

Uma história de final (provisório?) dramático a despir duas hipocrisias entre tantas: a de uma Fundação para o Bem-Estar do Menor – onde pessoas cumprem seu papel de acreditar nos jovens –, paralela à “fundação” da “justiça” como serviçal da vingança; outra, a hipocrisia de juízes capazes de rotular um menor como ‘condenado’ definitivíssimo sem procurar saber que ele joga muito bem futebol.

Trabalhei na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) de São Paulo, nos anos 1985 e 1986, quando a presidente era Maria Ignês Bierrembach. Ficamos ali, tentando desarmar a instituição, até que chegaram as eleições municipais – Fernando Henrique era candidato a prefeito – e o governador Montoro mandou o recado de que não poderia haver mais fugas, e isso significava transformar aquilo de vez num presídio – o que aconteceu posteriormente, como se vê ainda hoje. Aí decidimos sair. Lá, a única iniciativa que funcionava para dar uma perspectiva profissional para

os meninos e jovens internados era a escolinha de futebol – das coisas boas de que participei na vida. À falta de várzeas, os clubes se interessam muito em irvê-los e contratá-los, eles jogando muito bem e assumem com a maior responsabilidade seus postos nos times. A necessidade de reconhecimento e de identidade é tanta, que qualquer reserva de lateral esquerdo cuida direitinho da sua camisa, treina de forma muito disciplinada e leva a sério as possibilidades de uma carreira futura.

Um deles se destacava: o Serjão. Era alto, forte, e grande goleiro. Eu consegui, a partir de alguns contatos pessoais, que fosse contratado pelo XV de Novembro de Piracicaba e o levei até lá, onde ele se instalou nos alojamentos do clube para se incorporar ao elenco do time. Para ele, aquilo representava uma redenção. Fez um longo e doloroso tratamento para tirar as tatuagens que tinha pelo corpo, como uma forma de se livrar daquela vida pregressa.

Ele havia assassinado um jovem, em Bauru, numa briga, tinha dezesseste anos, prestes a cumprir dezoito. Nessa idade, se não conseguem sair da Febem, acabam sendo levados para o Carandiru ou para algum outro presídio de adultos. Então, é um momento-chave para tentar resgatá-los desse destino terrível.

O Serjão se casou, planejava tocar a carreira de futebol pra diante, era

muito inteligente, lia, se interessava pelas coisas, tinha a pinta de que era alguém que ia dar certo naquilo que se propusesse. Ficamos muito amigos, tínhamos confiança um no outro.

Mas o juiz de Bauru, acionado permanentemente pela família da vítima, perseguia o rapaz o tempo todo, trataba de fazer impossível aquela tentativa de nova vida. Acabou conseguindo, freando a carreira do Serjão como goleiro.

Perdi contato com ele. Até que há poucos dias me telefonou a Lurdinha, excelente psicóloga da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que se ocupava diretamente dele, e me deixou o recado na secretaria eletrônica: o Serjão era um dos cinco dirigentes do Primeiro Comando da Capital (PCC) na rebelião do Carandiru.

O Serjão ia dar certo, tinha capacidade, energia, vontade. A ‘Justiça’ fechou-lhe os caminhos de integração social. Ele ‘se realizou’, colocou em prática suas capacidades, só que por outro caminho. O futebol perdeu um grande goleiro, a sociedade um bom jovem e o crime ganhou um dirigente.

Um abraço pro Serjão, com quem não perco as esperanças de voltar a conversar, qualquer que seja o presidente em que ele se encontre.

Emir Sader é jornalista e escritor. Adap.: Revista *Caros Amigos*, ano V, n. 50, maio 2001.

Todo cadáver é semente, todo túmulo é canteiro

Palavras são bolsos. Bolsos são vazios. Porque são vazios podemos colocar coisas dentro deles. Quantas coisas diferentes podem caber no mesmo bolso: um lenço, moedas, chaves, uma carta, balas, uma caixa de fósforos, um livrinho, um canivete, uma fotografia, a mão... Vazio, o bolso é um. Mas ele vale por aquilo que está dentro dele.

Assim são as palavras: bolsos. Faz uns dias uma pessoa me perguntou, com uma pitada de ansiedade: *Mas em Deus o senhor acredita, não?* Sua pergunta revelava o medo de que eu fosse ateu. Aí eu disse: Tenho um bolso-palavra com esse nome. Mas acho que o que tenho dentro do meu

bolso não é igual ao que você guarda dentro do seu bolso... Ái eu enfiei a mão no meu bolso-palavra-Deus e comecei a mostrar-lhe as coisas bonitas que eu guardava lá dentro. Ele as achou feias. Enfiou a mão dentro do seu bolso-palavra-Deus e começou a me mostrar coisas lógicas que ele guardava lá dentro. E o seu Deus me pareceu mais um demônio.

É fácil falar o nome. Falando o mesmo nome a gente tem a ilusão de estar falando sobre a mesma coisa. Mas quando a gente começa a tirar de dentro do bolso as coisas que estão lá, aí se comprehende o sentido do mito da Torre de Babel:

William Seewald

falamos as mesmas palavras mas não nos entendemos. Assim, por medida de segurança, prefiro nem procurar o nome sagrado. Talvez essa tinha sido a razão por que, no Antigo Testamento, era blasfêmia punida com apedrejamento falar o nome Deus.

Por causa do bolso resolvi que não usarei mais a palavra Páscoa. Basta dizer o nome Páscoa para dentro dele, como se fosse bolso de mágico, comecem a saltar coelhos e ovos de chocolate. Em vez de Páscoa falarei de Ressurreição.

O homem tem dois olhos.

Um somente vê o que se move no tempo, evanescente. O outro, aquilo que é divino, permanente.

Essa é uma pitada de sabedoria do místico Ângelus Silésius (*1624), que escrevia sua teologia em versos. É assim mesmo: há o mundo de fora, de coisas sólidas, que existem porque existem, e não dependem da nossa vontade para existir. Existem “a despeito de nós”. É o mundo dos “fatos”. Mas há um outro mundo – o mundo da fantasia – onde as coisas existem pelo poder do amor. E o nosso amor é que os mantém em existência.

É fácil dizer: o primeiro mundo é real, verdadeiro; o segundo mundo é irreal, falso. Mas aí cabe a pergunta: o que é real? O grau de realidade de uma coisa se mede pelo seu poder de produzir alterações, mudanças. Os telescópios só detectam a realidade de galáxias a bilhões de anos-luz de distância porque essas supostas galáxias provocam alterações nos sensores dos telescópios. Se não há alterações nos sensores é como se nada existisse.

As fantasias provocam alterações? Pode ser que não provoquem alterações nas pedras, nas montanhas, no mar. Pedras, montanhas e mar não possuem sensores capazes de ser ativados por fantasias. Mas o corpo possui. Os poetas, os amantes, os psicanalistas, os visionários, as crianças, os sonhadores – eles conhecem muito bem o poder das fantasias, que somente o segundo olho pode ver. Na verdade, as fantasias são as

substâncias de que nossos corpos são feitos. Somos feitos da mesma matéria dos nossos sonhos, disse Shakespeare. Vale, para nós, a pergunta de Valéry: Que seria de nós sem o auxílio das coisas que não existem?

Nos dois mundos, dos fatos e das fantasias, há rios. Mas os rios são diferentes. Os rios do primeiro mundo têm todos eles, o nome de “nunca mais”. *Never more*, dizia o corvo de Poe. Aquilo que cai num dos rios o primeiro mundo, “nunca mais”... Está perdido para sempre. Os rios do “nunca mais” andam sempre para a frente, jamais voltam. São os rios sem esperança. Mas os rios do mundo da fantasia, que são os rios da alma, são circulares. As águas passadas voltam às suas origens. O que já foi será de novo. “Lança o teu pão sobre as águas porque depois de muitos dias o encontrarás.” (Eclesiastes 11.1) Mas todo mundo sabe que o pão lançado sobre as águas de um rio não volta. Sim, se o rio for “nunca mais”. Mas se for no mundo da alma, tudo volta. O que foi amado não se perde; fica eterno. Por isso volta sempre. São os rios do “retorno eterno” a que se referia Nietzsche.

Os rios do “nunca mais” são túmulos. Suas águas correm para a frente. As coisas amadas mergulham em suas águas e desaparecem, para sempre. Fica só a saudade. O vazio.

Mas os rios do “retorno eterno” são circulares. O que se perdeu em suas águas voltará: me será devolvido. A saudade se mistura então com a esperança do reencontro.

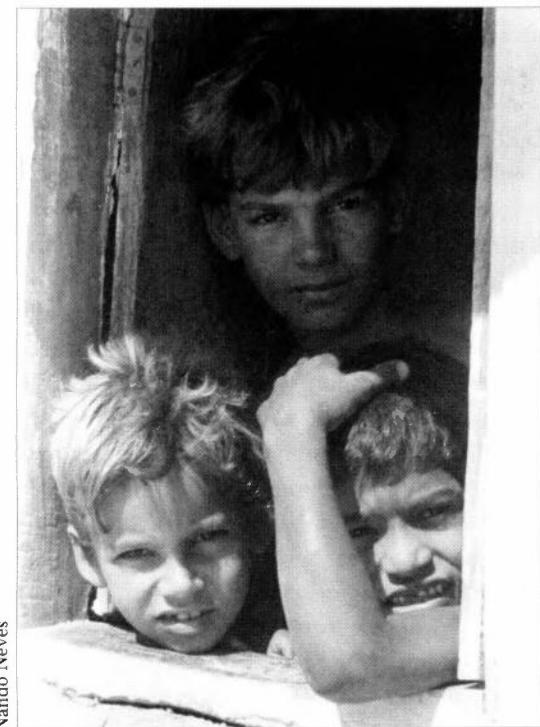
Enfio minha mão no bolso onde o nome desse dia está escrito, e o que encontro lá dentro é isso: “Se o grão de trigo caindo na terra, não morrer, fica ele só. Mas se ele morrer, dá muito fruto.” (João 12.24)

Todos os cadáveres são sementes. Todos os túmulos são canteiros.

Lança as coisas que amas sobre as águas porque depois de muitos dias as encontrarás... Um belo dia para se plantar uma árvore por uma pessoa querida que se foi... ☐

TEMPO E PRESENÇA 320
Novembro/dezembro de 2001
Suplemento organizado pela
equipe do Projeto Cultura e
Desenvolvimento de
KOINONIA

Agradecimentos
Assessoria do deputado federal
Fernando Ferro (PT/PE)
Sra. Creuza Pereira do
Nascimento
Deputado estadual Pedro
Eurico (PSDB/PE)
Povo do Submédio São
Francisco



Nando Neves

SUPLEMENTO ESPECIAL DE TEMPO e PRESENÇA

JUVENTUDE E NARCONEGÓCIO NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

Vivemos um momento tormentoso quando a preocupação em torno de conflitos que envolvem elementos culturais é mais aguda. As generalizações não são boas companheiras. Terror não equivale a Islamismo e envolvimento com o narcotráfico não é o mesmo que ser agente do crime. No Submédio São Francisco se assiste, como em outras partes do País, à face violenta do agronarconegócio. O envolvimento nas pontas dessa atividade (produção e consumo) se constitui de momentos dolorosos e opressivos. Na produção se está submetido à exploração capitalista do agronegócio, e no consumo à compulsão capitalista. Os mais diretamente atingidos nesse processo são os jovens. Os mais ilesos

são os narcocapitalistas. Na região do Submédio São Francisco o narcoplantio é mais um ingrediente a desestimular a permanência de jovens com vistas a apoiar um projeto de desenvolvimento sustentável regional. As ações governamentais, por motivos variados, também levam a isso, haja vista em especial a contra-reforma agrária em Itaparica, maior investimento governamental no interior do Nordeste, a indenizar camponeses que tinham conquistado reassentamento irrigado, tirando-os das próprias terras. Este SUPLEMENTO DE TEMPO E PRESENÇA espera contribuir para o debate público em torno dos efeitos perversos do narcoagronegócio, e procura insistir na necessidade de políticas públicas, relativas à questão, que ultrapassem a exclusividade do tratamento repressivo, avancem para uma verdadeira Reforma Agrária e políticas afirmativas para a juventude. Uma análise das relações da juventude sertaneja com o narconegócio e duas entrevistas constituem um rico painel da violência que sofrem e da resistência que oferecem os jovens daquela área. Assim contamos contribuir para o debate nacional que afete a vida das pessoas envolvidas, em diferentes situações, com a narcoprodução e o narconegócio no País.

JUVENTUDE E NARCONEGÓCIO NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

Jorge Atílio Silva Iulianelli e Paulo Cesar Pontes Fraga

Uma amostragem brasileira que, embora rural é também urbana. Tem, entretanto, um dado distintivo: o ilícito/imoral está mais para os governos, no Submédio; na cidade esse ilícito/imoral é mais social. Os autores enfocam a juventude acossada por um sem-números de fatores-atores desde os traficantes, passando por aliciadores, matadores profissionais, preconceitos sociais, políticos sórdidos, igrejas, religiosos, policiais, até às representações da TV e a outros apelos ao lucro fácil. Uma amostragem dolorosa, mas também cheia de opções pela paz.

Narconegócio e repressão no Polígono da Maconha

Temos denunciado reiteradamente os efeitos perver-sos para os camponeses no Brasil do narconegócio e do combate exclusivamente repressivo que se lhe oferece (Motta e Iulianelli: 2000). A partir de 1997 tornou-se mais pública a questão dos efeitos do Polígono da Maconha para os camponeses do Submédio São Francisco. Dois fatos – uma investigação e um assassinato – tornaram essa questão um agregado ao problema agrário na região.

A investigação da Comissão Parlamentar que gerou o relatório sobre o Polígono da Maconha, identificou-lhe sua abrangência nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Essas denúncias desvelavam ainda uma rede do narcotráfico, em que a cadeia produtiva se estendia da produção até à lavagem de dinheiro. Notava-se, também, que essa rede não era localizada regionalmente, mas apresentava relações interestaduais, apelidando os infratores locais de *Comando Caipira*, aludindo a relações deles com o *Comando Vermelho* do Sudeste.

Outro fato que chamou a atenção do público para o

Polígono da Maconha foi o assassinato de um importante líder sindical conhecido regional e nacionalmente. Entre 1979 e 1986 a população da região se organizou e lutou para que as famílias afetadas pela construção da Barragem de Itaparica, que deslocou milhares de pessoas de catorze municípios do sertão da Bahia e de Pernambuco, fossem reassentadas. Esse movimento provocou uma mudança na política de empréstimos do Banco Mundial, criou a cláusula social que obrigava os países tomadores de empréstimo a destinar recursos para o realocamento dos afetados por barragens. Mais importante que isso, fez com que o governo militar, por meio da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), se comprometesse com o realocamento de 6.000 famílias em reassentamentos irrigados. Uma das lideranças mais importantes dessa luta foi Fulgêncio Manoel da Silva. Essa luta desenvolvida por ele com o Pólo Sindical do Submédio São Francisco gestou, também, a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Fulgêncio, poeta e repentista, foi assassinado por denunciar reiteradamente que o narconegócio estava impedindo por meio de ameaças os camponeses que queriam produzir culturas lícitas.

Essa questão permanece sendo descurada pelas análises pormenorizadas da sociologia rural. Fora pesquisadores de primeira hora como Ana Maria Motta Ribeiro e Argemiro Procópio, há poucas reflexões sobre a face camponesa do narconegócio. Ana Maria Motta foi hábil em apresentar o caráter de *agrobusiness* do narconegócio. O narconegócio, como o seu paralelo lícito, promete a pequena produção familiar, quase a impede. O narconegócio faz isso tornando mais interessante, do ponto de vista da renda da terra, a produção de narcoplanta que a produção de culturas lícitas.

O narcotráfico é capitalismo, embora subterrâneo ou ilícito, como é chamado e com padrões de acumulação imensos e é parte do atual estágio do capitalismo de modalidade flexível, global, sem limites morais, e reproduzidor da exclusão social em larga escala. Mais concretamente é *agrobusiness* (agronegócio) e é comandado por empresários do Terceiro Mundo. É negócio capitalista com lucros

não controlados pelo sistema oficial ou pelo mercado internacional legal. (Motta: 2000, 38)

Outra questão que precisa ser levada em consideração, como bem notou Santiago Villaveces (Motta e Julianelli: 2000), é a construção de redes de poder em torno do narconegócio. O narconegócio, em sua fase produtiva camponesa, em vez de agir principalmente por meio da coação o faz criando redes de amizade (ou se aproveitando delas). Os camponeses são aliciados pelos narcotraficantes como companheiros de produção de um artigo muito mais atraente do ponto de vista da lucratividade. Entretanto, os camponeses que não se comprometem são envolvidos numa sólida e perversa cultura (ou lei) do silêncio. Aqueles que se rebelam contra ela são marcados para morrer ou efetivamente eliminados, como, no extremo, se deu com Fulgêncio.

A sedução que os *narcos* provocam com excêntricos estilos de vida, seu *ethos* (heróico, machista e individualista) e seu ilimitado acesso ao poder, desencadeou profundas mudanças sociais e culturais que atravessam todas as esferas da vida pública e privada, gerando novas arquiteturas de mobilidade social e novos parâmetros para a construção de subjetividade. (Villaveces: 2000, 71)

Análises diversas sobre o narcotráfico, em geral, notam a ausência da ação do Estado como uma das causas da construção de uma rede de serviços comunitários (como segurança, por exemplo) construída pelos agentes do narconegócio, assim como da violência gerada em função da proteção do narconegócio. Sobre a violência produzida em função do narconegócio vale lembrar a distinção sugerida por Rodrigo Uprimny que assinala a violência praticada pelos agentes do narconegócio, a violência consubstanciada pela repressão (estatal ou não) e a violência gerada pela circulação do dinheiro. Essas distintas formas de violência se entrecruzam e tornam a população não envolvida uma vítima do processo.

As ações meramente repressivas ao narconegócio têm amargado um insucesso indiscutível tanto no que tange a eliminação do problema, quanto na criação de um estado de maior segurança para a população. No âmbito do Polígono da Maconha, em 1997, aconteceram as operações *Asa Branca*. Muito embora tenham detido pequenos produtores e eliminado áreas de plantio, o efeito mais direto dela foi, principalmente, o realocamento na mesma região das áreas de plantio. Não implicaram em efeitos mais amplos como mudanças nas políticas de crédito agrícola na região, ou investigações mais profundas sobre a circulação de dinheiro nas agências bancárias.

Entre o final de 1999 e o início de 2001 esteve em execução a Operação Mandacaru. Essa operação foi dirigida pela Secretaria Nacional Anti-Drogas (Senad) e coordenada pelas polícias federal e militar (do estado de Pernambuco). Além de deter pequenos produtores e eliminar áreas de plantio, ampliou a ação para o envolvimento da sociedade civil, promovendo espaços de discussão pública sobre a erradicação das áreas de narcoplantio do ilícito – Narcoplantio sempre e somente se refere neste texto ao narcoplantio do ilícito – e prevenção ao consumo de drogas. Criou fóruns regionais de discussão sobre ações preventivas, projetos especiais de crédito para substituição de plantio, o projeto Moxotó-Pajeú, está investigando as contas bancárias da região e desapropriando áreas que eram de narcoplantio (há 79 processos de expropriação dos quais, em março de 2001, 12 tiveram os trâmites concluídos). A Operação Mandacaru tem um conjunto de medidas muito mais amplo que as operações que a antecederam.

Todavia, há que se destacar apesar desse maior âmbito da ação que o foco principal permanece sendo a repressão – apreensão de narcoplantas e detenção de pequenos produtores. As outras ações obtiveram menor destaque, são necessárias e no nosso entender mais importantes na construção de alternativas eficazes ao envolvimento com o narcoplantio ilícito.

Em março de 2001 a Polícia Federal indicava como resultado da Operação Mandacaru a redução de 50% da área de plantio da erva no ano de 2000, em relação ao ano de 1999. Isso implicou, segundo o *Jornal do Comércio*, um estrondoso aumento no preço da erva que passou de R\$ 30 o quilo prensado em 1999, para R\$ 400 em 2001. Também, como resultado, se avaliava a migração do plantio de maconha para outras regiões do Nordeste como Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão, e a entrada de erva de outros países, como o Paraguai, no Brasil, e se avaliava, também, que houve uma redução da criminalidade na região em função do conjunto de ações repressivas.

A Operação Mandacaru, entretanto, de forma diferente do Relatório Parlamentar, considera como Polígono da Maconha apenas dez municípios do sertão de Pernambuco. Esses resultados da repressão, em especial a migração do plantio para outros estados, ficam abalados com a consideração anterior. Ademais, registremos que o Maranhão é tradicional área de plantio de maconha desde os idos dos anos de 1970. Além disso, o resultado da erradicação de áreas de plantio foi não a eliminação dessas áreas, mas, segundo a própria Polícia Federal, o aumento da produção de maconha, um “ligeiro aumento”, segundo depoimento da Polícia

Houve uma crise econômica que possibilitou o incremento de uma outra atividade econômica, essa ilícita, o narcoplantio. A região do Submédio São Francisco, no sertão dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, já produziu algodão, cebola e mais recentemente fruticultura

Federal em Pernambuco ao *Jornal do Comércio* (Recife, 4 setembro 2001).

O tema da desapropriação de terras tem dois aspectos. Primeiramente, tanto a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco quanto a Comissão de Pastoral da Terra advertem que essa medida era um pleito da sociedade civil há muito tempo. Em segundo lugar, não obstante ser desejo da sociedade civil, as terras desapropriadas ainda são objeto de temor dos camponeses que não se sentem seguros em ocupar terras que estiveram a serviço do narconegócio: quem garante que os narcoempresários não retornarão? Além do mais, em março de 2001 voltava a se perceber o aumento dos assaltos nas estradas do sertão pernambucano. Cresce o número de assaltos nas estradas na razão direta dos efeitos da repressão ao plantio.

Na verdade, esse permanente processo da violência relativa à repressão ao narcoplantio gera uma dupla repercussão. Por um lado, faz perceber a rede do crime organizado. O narcoplantio é parte de uma rede organizada do crime. Se a repressão se dirige a ele impedindo o narcoplantio, dificultando a distribuição e comercialização da erva, a demanda por entrada de recursos advinda do ilícito permanece. Essa demanda pressiona o crime organizado a fazer com que os agentes, envolvidos com a segurança do narcoplantio – porque eles são os agentes militarizados (ou, se se preferir, os agentes ‘dotados de armas de fogo’) – a agirem em outras circunstâncias criminosas. Há uma manutenção dos agentes com a migração de atividade ilegal, uma migração do crime. Assim, diminuem áreas de plantio e aumentam outras atividades criminosas como assaltos a banco, ou a outros bens patrimoniais. Em consequência, incrementa-se a violência às pessoas, o que constitui uma situação generalizada de insegurança e assassinatos.

Por outro lado, se há migração do crime existe também a permanência da antiga atividade ilícita, a do

narcoplantio. Essa permanência se justifica, a nosso ver, entre outras coisas, pela manutenção das rotas de distribuição – porque a sua alteração implicaria custos desnecessários ao processo produtivo do narcoplantio do ilícito. Assim, aceita-se um “plantio de manutenção”, que eventualmente pode crescer em produção mesmo nos períodos repressivos, como está indicado na reportagem de 4 de setembro no *Jornal do Comércio*, de Pernambuco. Isso indica a causa do insucesso da pura repressão: é impossível eliminar a narcoprodução.

Juventude: efeitos da fase produtiva do narconegócio e identidade de resistência

O narconegócio, a ausência de reforma agrária no campo brasileiro e os efeitos da Operação Mandacaru têm suas consequências mais perversas entre o jovem camponês sertanejo. Observa-se nos últimos anos um crescente envolvimento de adolescentes e jovens na teia do narconegócio. Buscaremos nesta parte do texto discutir mais profundadamente a questão. Nossa reflexão parte de uma série de investigações realizadas entre atores locais como religiosos, autoridades religiosas católicas, sindicalistas, políticos da região, deputados envolvidos como as CPIs do Narcotráfico federal e estadual e jovens. As técnicas de coleta utilizadas foram entrevistas semi-estruturadas, e com os jovens optou-se pela realização de um grupo focal. As entrevistas correspondem ao período de 1998-2001.

Complementaram-se as informações com a elaboração de taxas de homicídios dos municípios de floresta e Salgueiro e do Estado de Pernambuco, baseada em dados de mortalidade do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde. Esses dados estão disponíveis até o ano de 1998. Utilizaram-se, também, informações contidas na imprensa regional e nacional.

Juventude: representações e práticas sociais

Duas representações construídas historicamente estão fortemente atreladas à noção de juventude: contestação e delinqüência. A primeira noção nos remete à idéia de que os jovens por sua natureza são contestadores e questionadores do status quo e da ordem vigente, clamando por mudanças e lutando por um mundo melhor. A segunda imagem, de certa maneira vincula-se à primeira, remete à tendência dos jovens de cometarem atos de vandalismo e de práticas ilícitas como forma de afirmação de ‘identidades’. As gangues de jovens americanos e os apaches franceses, do início do

século XX, seriam expressão desta tendência dos jovens para o cometimento de atos violentos e ilícitos. No Brasil, os jovens que perambulavam pelas ruas de grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo cometendo pequenos delitos eram descritos pelas autoridades como perigosos delinqüentes e, embora seus delitos fossem de gravidade menor do que os praticados por adultos havia maior preocupação na repressão aos jovens do que aos adultos infratores (Santos, 1999).

As imagens sobre a juventude buscam produzir a idéia de um grupo etário com características homogêneas. Os jovens, assim como toda os outros grupos, no entanto, são atravessados por questões como as de gênero, religiosas, de raça e de estratos sociais. Foram construídos, portanto, mitos, em torno da juventude compreendendo-a como mais violenta, mais contestadora, como formando um grupo com interesses próprios e definidos, independente desses atravessamentos. Para o jovem e adolescente com conduta desviante foi largamente utilizada a profilaxia do trabalho. A ocupação em atividades laborais representava o tratamento ideal para corrigir o “caráter mal formado”. Na verdade, tais atitudes significavam a disposição de um controle social rígido sobre os jovens das classes populares. Haja vista a pedagogia laboral jamais incidir sobre jovens das classes mais abastadas. Sobre estes, geralmente, recorria-se aos cuidados médicos, caracterizando condutas ilícitas como desvios de personalidade.

O controle sobre a juventude sempre se pautou pela lógica da necessidade da formação do caráter do ser incompleto. No entanto, tais práticas de controle buscavam em primeira instância proteger a sociedade das possíveis mazelas produzidas por esses seres e formar uma juventude apta para o trabalho, sujeitando-a ao disciplinamento da lógica do trabalho capitalista. A pedagogia do trabalho e a ausência de direitos específicos para crianças, jovens e adolescentes foram elementos fundamentais para se criar no País uma legitimidade social em relação à exploração do trabalho. Mesmo em condições indignas, insalubres e perigosas, o trabalho foi utilizado como recurso profilático na prevenção e na correção da delinqüência e de condutas consideradas desviantes. Tais práticas, no início do século XX, redundaram na exploração e na utilização de adolescentes e jovens como mão-de-obra semi-escrava para o trabalho na lavoura e em fábricas (Rizzini, 1999).

O jovem camponês, e sertanejo mais especificamente, é agente de uma discriminação social ainda maior. Crianças e jovens sempre foram agentes importantes na pequena agricultura familiar. Precocemente são inseridos no processo produtivo, e possuir família num-

rosa representa mais braços para a lavoura. A concentração fundiária, a modernização conservadora na estrutura agrária brasileira, o consequente processo de assalariamento do trabalhador rural incorpora a exploração do trabalho infanto-juvenil em proporções mais nefastas. Os braços juvenis também são parte da renda familiar do camponês assalariado, tal como na pequena agricultura familiar. Esse *ethos* do trabalho apresenta-se não somente como prática social, mas como mentalidade (práticas discursivas).

O acesso ao trabalho nunca significou na sociedade brasileira garantia de cidadania ou melhoria das condições de vida. E como apontam alguns autores foi elemento produtor de miséria, pois uma vez inserido no processo produtivo, o jovem não mais dele se retirava, acabando excluído da oportunidade de educação formal e consequentemente de melhor qualificação, restando-lhe apenas ocupações de baixa remuneração.

Os jovens sertanejos do Submédio vivem uma série de dificuldades em relação à sua inserção no processo produtivo. As cidades oferecem pouquíssimas oportunidades de trabalho. Mesmo em cidades com maior potencial produtivo, como Petrolina, devido à utilização de alta tecnologia há uma absorção reduzida de força de trabalho. Neste contexto, permeado de dificuldades, o plantio da maconha, a atuação como vigia das plantações e outras atividades atreladas ao narcotráfico se apresentam como alternativas de renda aos jovens. Embora, seja importante acrescentar, a maioria dos jovens locais não se encontre vinculada a essas atividades ilícitas, entretanto os agentes envolvidos no narcotráfico são jovens na quase totalidade, assim como pertence a este grupo etário a maioria de suas vítimas.

Acredita-se, entretanto, que o envolvimento dos jovens é um fenômeno bastante difundido na região. Conforme pode se observar na fala a seguir de um informante:

Eu vou te contar um fato característico. Quando vou ao interior fazer eucaristia, a juventude se confessa. O envolvimento era generalizado e o questionamento deles é saber se é proibido, se é pecado e como é que se posicionam. Isso mostra que nossos jovens plantam. Nascem as máfias, os grandes que dominam o comércio. Houve essa Operação Mandacaru, o Exército entrou aqui e foi feito todo um trabalho de repressão contra as drogas. Agora se estabeleceu aqui a Polícia Federal, com uma delegacia. O que aconteceu é que nossos jovens foram acuados. O medo é grande porque a polícia faz um trabalho, não só de repressão e o controle é quase que total na área. Por isso nossa juventude se vê agora, sem possibilidade de poder plantar.

Juventude camponesa do Submédio São Francisco e o narcoplantio

A juventude camponesa do sertão pernambucano tem, entre outras experiências, a da construção dos projetos de irrigação do Submédio São Francisco. Muito se tem falado de Petrolina. A região mais desenvolvida no Vale do São Francisco devido à agricultura irrigada, seria uma ‘Nova Califórnia brasileira’. Petrolina teve, com a irrigação, um crescimento econômico inegável. Isso não significou uma melhoria na qualidade de vida dos camponeses. Os caroços da uva são: intoxicação por agrotóxicos, a ‘omilhão’ dos camponeses, transporte precário, ausência de água potável, diversos desrespeitos às leis trabalhistas. Conforme Didier Bloch (1996, 43):

A própria prefeitura admite, num documento publicado em conjunto com o Unicef, que ainda há graves problemas para serem resolvidos: “Na área urbana 19,2% dos jovens, entre 10 e 17 anos, cumprem jornada de trabalho de até oito horas diárias, sem direito às garantias trabalhistas previstas em lei. Apenas 6,6% possuem registro em carteira e 93% ganham menos de um salário mínimo”. A mesma pesquisa indica que, em Petrolina, apenas 39% dos trabalhadores possuem formação profissional. Por outro lado, os últimos dados do censo agropecuário do IBGE (realizado em 1985) atestam a precariedade do emprego agrícola nessa região: em Petrolina, Juazeiro e Casa Nova, cerca de dois terços dos empregos agrícolas são temporários.

Várias pessoas dos interiores do sertão migraram para as áreas irrigadas, ou que viriam a ser irrigadas – como as de Itaparica, e tornaram as cidades muito mais povoadas, sem uma infra-estrutura social correspondente.

Tabela 1 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO EM ALGUMAS CIDADES NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Cidade	População em 1970	População em 2000	Crescimento da população (%)
Afrânia	9.337	15.007	60,72
Cabrobó	19.552	26.733	36,72
Orocó	5.285	10.823	104,78
Petrolina	61.252	218.336	256,45
Santa Maria da Boa Vista	18.837	36.740	95,04
Terra Nova	4.071	7.519	84,69

Fonte: Sudene

Muito embora o Brasil entre os anos de 1970 e 2000 tenha crescido demograficamente mais que essas cida-

des, houve um decréscimo na população rural no mesmo período. São cidades eminentemente rurais. O crescimento delas decorreu, sobretudo, pelo investimento em irrigação. Observe-se que as cidades que tiveram maior crescimento até o ano 2000 foram Petrolina, com investimento em irrigação intensiva para agroindústrias, e Orocó, com o investimento em irrigação intensiva para pequenos produtores reassentados – em 1998 Orocó respondeu por 20% da produção nacional de tomates. Essas cidades se tornaram extremamente atraentes para a população de outros lugares do sertão, como potenciais mercados de oferta de trabalho.

A juventude nessas áreas ficou refém da expansão da população e do encolhimento das já escassas ofertas de emprego. Em Petrolina a alta tecnologia da agroindústria implica em taxas elevadas de desemprego. Na área do reassentamento de Itaparica a inconclusão do projeto reprime a demanda de oferta de emprego que os projetos tenderiam a oferecer. As ações do governo federal, mediadas pelo Grupo Executivo para o Reassentamento de Itaparica (Gerpi, agora “Avança Brasil”) estão impedindo que se implante o projeto autogestionário – desejado pelos reassentados quando da conquista de “terra por terra na beira do lago” – venha propiciar um desenvolvimento regional.

Tanto a expansão populacional, quanto a demora na conclusão de Itaparica agravou os problemas e desafios da população. Para os pequenos produtores familiares que conquistaram “terra por terra na beira do lago”, em Itaparica, e estão em fase de produção, apesar da necessidade de uma infra-estrutura de serviços sociais, como transporte, saúde e educação, o desafio está dado pela ausência de créditos rurais específicos e de mais longo prazo que os beneficie, além da infra-estrutura viária para o escoamento das mercadorias. Para os reassentados que aceitaram trocar a terra conquistada por recursos que já se esgotaram o problema é muito mais grave: sem trabalho e sem terra esses agricultores foram vítimas da contra-reforma agrária impingida pelo Gerpi. Ambas as situações deixam os camponeses, especialmente os camponeses jovens, como “exército social de reserva”, conforme se havia anunciado recentemente (Julianelli: 2000, 55).

Essa construção da precariedade da condição camponesa dos pequenos agricultores familiares e de seus filhos, os jovens, os torna reféns dos reveses da economia regional. Como constata o Relatório da CPI do Narcotráfico do estado de Pernambuco, houve uma crise econômica que possibilitou o incremento de uma outra atividade econômica, essa ilícita, o narcoplantio. A região do Submédio São Francisco, no sertão dos

O narconegócio, em sua fase produtiva camponesa, em vez de agir principalmente por meio da coação o faz criando redes de amizade (ou se aproveitando delas). Os camponeses são aliciados pelos narcotraficantes como companheiros de produção de um artigo muito mais atraente do ponto de vista da lucratividade. Entretanto, os camponeses que não se comprometem são envolvidos numa sólida e perversa cultura (ou lei) do silêncio. Aqueles que se rebelam contra ela são marcados para morrer ou efetivamente eliminados, como, no extremo, se deu com Fulgêncio

estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, já produziu algodão, cebola e mais recentemente fruticultura. Nos anos de 1980 aconteceu o afamado escândalo da maniocaria. Esse escândalo aumentou as exigências para a liberação de crédito agrícola para os pequenos produtores, o que dificultou ainda mais as atividades da agricultura familiar.

Acrescente-se a essa situação dos jovens que vivem nas áreas irrigadas do sertão a dos que estão nas áreas secas desse semi-árido. Quando a estiagem não atinge os níveis atuais a população já se encontra com escassas alternativas de produção e geração de renda. O estado atual fez com que todos os municípios decretassem *estado de emergência*, ou seja, as condições de produção e geração de renda são insustentáveis. Alia-se à insegurança alimentar a insegurança hídrica. Nessas circunstâncias os jovens são os principais candidatos a migrações para as micro-regiões do sertão.

Nessas circunstâncias é que se dá a construção das relações de poder. Antes da construção da Barragem de Itaparica, por exemplo, já estava ocorrendo uma mudança nos padrões do mandonismo local. As relações de poder e representações sociais (Ferraz de Sá: 2000, 69ss) se davam, sobretudo, a partir da propriedade rural. Os fazendeiros de “terra irrigada” tinham uma relação com os camponeses e suas famílias muito

mais diluída. A subordinação dos camponeses era indireta, além dos prepostos dos fazendeiros, como os administradores, por exemplo, encontravam-se, também os vizinhos, os técnicos e os sindicatos. Nas fazendas de “terra de herança” a subordinação era mais direta, com uma sujeição pessoal do camponês, parceiro, e de sua família ao fazendeiro.

A história do Submédio tem duas marcas de construção de *novas eras*. Primeiramente, sempre foi modificada por ‘modernizações’ do processo de irrigação, construindo relações sociais entre ribeirinhos e pessoas das áreas secas muito diferenciadas, e relações entre ribeirinhos fazendeiros e parceiros bastante intrincadas na construção do poder local. O poder do fazendeiro de terra irrigada era indireto. Entretanto, como corporação os fazendeiros mantinham (mantêm?) uma subordinação política que fazia com que os seus candidatos políticos fossem aceitos – talvez uma modernização conservadora do “coronelismo”. Esse poder tinha por suporte a patronagem e o clientelismo.

Em segundo lugar, essa região se fez cenário de um movimento sindical inovador. Sobretudo na segunda metade da década de 1970, esse sindicalismo abre espaço para formas de atuação menos individualizantes e mais coletivizadas. Constrói, assim, uma tensão com o *status quo*, o poder local estabelecido. É importante notar que algumas lideranças desse movimento sindical naqueles idos era constituída por jovens rapazes e moças que tinham entre 17 e 25 anos. Todos camponezes que lutavam pela conquista de “terra por terra na beira do lago”.

Esses camponeses estavam comprometidos com um modo de produção fundamentado em laços de cooperação entre familiares e vizinhos em comunidades – essa condição que era anterior ao reassentamento se manteve posteriormente, e nas áreas de irrigação, como Petrolina, foram mais afetadas devido à implantação do agronegócio, embora se mantivesse nas áreas de cultura de subsistência. Assim, os jovens camponeses dessa região estão envolvidos em relações locais de dependência econômica – relações de patronagem e clientelismo e relações de cooperação com familiares e vizinhos.

Nas fazendas que acompanham a adoção de técnicas de irrigação inovadoras na área e a utilização de insumos industriais, visando a maior inserção no mercado regional e extra-regional, observa-se o uso mais intensivo de mão-de-obra, mantendo-se todavia a parceria enquanto regime de trabalho que explora também a força familiar dos meeiros, e acrescentando-lhes, de forma sistemática

e quase contínua, aquela dos subassalariados diaristas. O fazendeiro, proprietário ou arrendatário, tende usualmente ao absenteísmo; reside com a família em cidade próxima visitando semanalmente a fazenda ou nela passando as temporadas dos principais plantios e colheitas. (Ferraz de Sá: 2000, 71).

Não é o mesmo que se dá nas pequenas propriedades irrigadas dos reassentados de Itaparica. Malgrado não tenham conquistado, ainda, a autogestão dos projetos a produção é do modelo da pequena agricultura familiar, com o envolvimento direto da força de trabalho familiar, incluindo as mulheres, crianças e jovens – donde a dificuldade de conquistar a erradicação do trabalho infantil. Agregam-se ainda, em períodos de colheitas, diaristas subsalariados.

Deve-se acrescentar que os lucros provenientes da atividade agrícola são muito baixos, na maior parte das vezes cobrem pouco mais que os custos de produção. Petrolina e o reassentamento de Itaparica têm investido mais na fruticultura diversificada. Petrolina tem a sua produção dirigida para a exportação; Itaparica encontra para seus produtos os mercados regionais e extra-regionais. Petrolina, pelo modelo intensivo do *agro-business*, emprega cada vez menos pessoas; Itaparica, por não ter ainda os projetos concluídos emprega menos pessoas do que poderia. Nos dois casos o resultado é mais desemprego rural, nos dois casos os jovens são muito afetados. Conforme as pesquisas realizadas indicam – ainda que não se possa generalizar por completo – o imaginário dos jovens da região não está sendo atraído pelo envolvimento com a atividade agrícola. Para os agricultores, chefes de família, os filhos ainda são vistos como força de trabalho familiar: “meus filhos são meus pés e minhas mãos.” (Ferraz de Sá: 2000, 71).

Podemos, então, adiantar aqui três hipóteses interpretativas sobre as relações da juventude camponesa do sertão com o narcotráfico. Duas delas englobam dois motivos de atração dos jovens pelo narcotráfico; a terceira refere-se a uma razão de repúdio. O primeiro é a falta de alternativas de trabalho e renda que deixa os jovens como privilegiado *exército social de reserva do ilícito*. Esses jovens podem tanto cumprir tarefas produtivas, como plantio e colheita, como tarefas militares, como segurança e eliminação de inimigos – ambas compreendidas como “trabalho”. O segundo atrela-se à manutenção do poder local, que envolve políticos, empresários e órgãos de repressão e contenção, manutenção esta que necessita de elementos jovens, componentes da força de trabalho familiar para construir outro tipo de clientelismo, o clientelismo do

ilícito – visto que a ordem de entrada de renda é superior às atividades campesinas lícitas.

O terceiro é um forte motivo que leva a maioria dos jovens campesinos a repudiarem o envolvimento com o narcotráfico: a moralidade. Para os campesinos, em geral, especialmente os campesinos nordestinos, o que é ilegal é imoral. A ordem da legalidade está relacionada com a correção moral. Isso cria uma situação intrincada sobre a apreciação que os jovens têm a respeito do narcotráfico. O narcotráfico, em si, como atividade agrícola, não é bom ou mau. Ele é apenas um meio para garantir a sobrevivência. Entretanto, se descoberto pela polícia, e se detido o pequeno produtor, ele é um mal e a pessoa é má, porque é criminosa, e porque está desmoralizada diante da comunidade.

Narcotráfico e violência contra a juventude

Vamos demonstrar essas hipóteses por meio de alguns dados levantados em nossa investigação. Pretendemos mostrar como a percepção e a vivência da violência provocada pela presença do narcotráfico na região permite aos campesinos jovens identificar causas, estruturas e consequências do narcotráfico para a juventude. Parte desses dados é fruto de grupo focal com jovens dos municípios de Chorochó, Rodelas, ambos do estado da Bahia, Floresta, Orocó, Petrolândia e Santa Maria da Boa Vista, do estado de Pernambuco. Alguns dos jovens que participaram do grupo focal já foram alguma vez aliciados para o plantio de maconha, entre esses, alguns já *experimentaram a erva*.

A percepção da violência é uma discussão muito ampla para a juventude camponesa sertaneja. Ela tem muitas faces. Deveras. Ao falarmos da violência no campo, noutra ocasião (Motta e Iulianelli: 2000) dizíamos que ia desde o latifúndio até a contra-reforma agrária governamental, passando pelo desemprego estrutural do novo rural da modernização conservadora e tendo, entre outras, a face do narcotráfico no campo. Tudo isso compõe um caleidoscópio perverso. Para essa juventude camponesa sertaneja a violência é percebida por agressões à sensibilidade, agressões físicas, situações econômicas de desigualdade – atos cometidos pelas autoridades públicas; assim como pelas agressões, assaltos, roubos, homicídios e infrações – atos cometidos por agentes do crime.

O conhecimento que essa juventude tem da violência é direto e indireto. Diretamente, vários já viveram situações recentes (fevereiro, 2001) de assaltos na balsa que vai de Barra do Tarrachil até Belém do São Francisco, sofreram agressões físicas de embriagados e dro-

gados, e sofreram arbitrariedades policiais. Indiretamente tiveram notícias de vingança pela honra – familiares de pessoas estupradas que cometem vingança contra familiares do estuprador, informações sobre plantadores de maconha que são, também, assassinos. Interessante que a informação sobre a relação entre narcoplantio e violência surgiu espontaneamente, numa rodada de discussões sobre a violência em geral. Aparentemente, é uma associação refletida a partir das circunstâncias regionais. Ao arguir se os dados eram referentes a eventos recentes, do ano de 2001, todos afirmaram que a maioria deles era anterior, exceto o referente aos narcoplantadores.

A presença da *cannabis* na região do Submédio São Francisco foi notada por Donald Pierson nos anos de 1950. Essa presença, entretanto, nem era da *cannabis sativa*, nem tinha relação com o narconegócio. Estava associada às atividades festivas locais. Todavia, a partir da segunda metade da década de 1980 existem informações de que a região ter se tornado a maior produtora da erva no Brasil. Conforme a CPI do Narcotráfico, da Assembléia Legislativa de Pernambuco, as condições hídricas, climáticas e as dificuldades que o relevo e a hidrografia trazem para a ação policial tornam a região muito atraente para o narcoplantio (Relatório Final, 2000).

Como também nota o Relatório Final os caminhos do narcoplantio fizeram com que a rodovia estadual PE/460 se tornasse a principal rota de escoamento da maconha. Assim, a cidade de Salgueiro se tornou um dos principais entrepostos. Um dos efeitos da Operação Mandacaru teria sido, justamente, a redução do número de assaltos e roubos a veículos na estrada. Entretanto, o que se verifica no momento é o aumento desse tipo de ação criminosa. Em março de 2001 a imprensa informava que houvera aumento do número de assaltos nas estradas; em seis dias, oito veículos roubados – nada como no ano anterior em que num mesmo dia se chegou a assaltar dezoito veículos.

A violência provocada pela disputa de poder em torno do narconegócio não foi citada pelos jovens. Entretanto, as investigações da CPI da Assembléia Legislativa de Pernambuco conclui que as tradicionais brigas de família daquela região estão associadas ao narcotráfico. Porém, conforme o Relatório Final, essas famílias não teriam uma coordenação como a do crime organizado. Os parlamentares chegaram a essa conclusão porque não possuem: comando unificado; nem forma empresarial; nem planejamento; nem mecanismos de lavagem de dinheiro e tendência à transnacionalidade.

Vários discursos dos jovens identificavam os benefícios do narcoplantio na alta remuneração que ele propiciava: “Quem planta maconha tem bar, tem que ter dinheiro. Quem planta tem dinheiro e vai gastar na cidade”. “Plantar (maconha) é bom porque pode trazer dinheiro”

Entretanto, há duas questões que intrigam. A primeira, segundo a própria CPI, os “Cláudios” de Cabrobó estariam relacionados com o Comando Vermelho, uma organização criminosa do Rio de Janeiro. Além disso, detectou-se a presença de plantadores pernambucanos no Maranhão e na Paraíba. Em segundo lugar, as investigações da Operação Mandacaru, conforme informações de janeiro de 2001, procuravam sinais de enriquecimento na região por meio de investigações de contas bancárias que tivessem saldos acima de 10.000 reais, e sinais de enriquecimento, para chegar até os financiadores do narconegócio.

Parece haver, por conseguinte, algum grau de planejamento, coordenação e indícios – porque se há uma investigação eles existem – de lavagem de dinheiro. Donde, parecer um pouco apressada a conclusão dessa CPI ao afirmar que não existiria “crime organizado” no Polígono da Maconha. Ao contrário, a própria CPI afirma que essas famílias estão em guerra pelo controle do narconegócio e por fatias de poder local – poder local *legal*. Essa é uma questão que se alia ao problema do aliciamento de jovens para conquistar (ou manter) a adesão política das famílias.

Os jovens descobrem que o narconegócio movimenta recursos que animam o comércio e o entretenimento regional. Bares e lojas se beneficiam do dinheiro movimentado pelos agentes do narconegócio. Ao mesmo tempo, a juventude percebe como efeito da repressão – especialmente essa advinda após a Operação Mandacaru que os negócios caíram. Vários discursos dos jovens identificavam os benefícios do narcoplantio na alta remuneração que ele propiciava: “Quem planta maconha tem bar, tem que ter dinheiro. Quem planta tem dinheiro e vai gastar na cidade”. “Plantar (maconha) é bom porque pode trazer dinheiro”.

Por outro lado, o envolvimento com o narcoplantio

é condenado pelos jovens porque é “imoral”. “Plantar é ruim porque pode viciar”, “Plantar é ruim porque tem repressão violenta da polícia”; “Quem planta maconha é muito covarde porque poderia trabalhar em outra coisa”. A maconha não é vista como algo ruim em si. O que faz o plantio ruim são as consequências. Primeiramente, o plantio pode induzir ao consumo da erva e ao vício – e os vícios são ruins, isso se aplica igualmente ao alcoolismo. Em segundo lugar, por ser ilegal o plantio pode ser objeto da repressão policial. Apenas bandidos são reprimidos pela polícia. Trabalhador não é bandido, então plantador de maconha, quando pego pela polícia, é bandido. Isso pode ser mais bem observado com uma outra fala: “Quem se envolve com o plantio perde a moral na comunidade, se for pego é claro”.

Embora o narcoplantio possa ser uma alternativa econômica é melhor se puder ser evitado, isso é o que podemos concluir como opinião desses jovens. Entretanto, os dados oferecidos sobre os atrativos econômicos mostram que é difícil vencer a tentação:

- O quilograma de maconha prensada estava, em julho de 2001, a R\$ 280,00 – conforme as informações de janeiro do *Jornal do Comércio* teria ocorrido uma queda no preço, mas ainda assim estaria oito vezes maior que em 1999. Outras informações indicam que, em julho de 2001, o preço do quilograma prensado na roça era de R\$ 200,00 e em Recife de R\$ 600,00.
- O transporte de 100 kg de maconha de Floresta a Arcoverde, em Pernambuco, custaria R\$ 1.000,00.
- Um diarista de cultura lícita receberia R\$ 7,00, no narcoplantio o preço seria de R\$ 50,00.
- O aliciamento de jovens para o plantio se dá especialmente entre jovens consumidores da erva e jovens que consomem bebidas alcoólicas e são agricultores da região.
- O envolvimento com o narcoplantio se reflete numa ostentação de poder juvenil: carros, roupas, armas.

É necessário notar que essa situação é também fruto da inoperância do poder público. A ausência de uma séria política agrícola e agrária federal implica na criação dessas circunstâncias lamentáveis do pequeno produtor rural.

Efetivamente, os jovens camponeses, além da própria resistência e desistência dos jovens em relação às atividades agrícolas, não têm nenhuma motivação por um sentimento contrário. Isso é a prova de mais um sucesso da contra-reforma agrária do governo de Fernando Henrique Cardoso.

A situação de violência gerada pelo narconegócio deixa a juventude numa dupla situação: vítima e agen-

te da violência. Vítima porque é afligida pelas consequências da repressão policial ao narconegócio, tanto pela ação dos agentes dos órgãos de contenção e repressão quanto pelos agentes do crime. Também vítima porque se encontra na condição de *exército social de reserva do ilícito* pronta a ser utilizada para todas as etapas do processo do narconegócio no campo: plantio-colheita-prensagem, que se dá nas áreas de plantio, segurança, transporte e distribuição. Na maior parte dos casos, pelas informações que obtivemos, o jovem camponês apenas não participa da etapa de comercialização. Ele é um subassalariado do *agronarcobusiness*.

Por outro lado, o *agronarcobusiness* não inventou nem o assalariamento, nem a contratação de mão-de-obra infanto-juvenil para as atividades produtivas. Isso é fruto da ausência de Estado de Direito e da consequente ausência do reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. Um país que desconhece os acordos firmados entre governo e trabalhadores rurais – como é o caso de Itaparica – não poderia mesmo respeitar os direitos de crianças e adolescentes. Essa juventude está vulnerável não apenas em face do narconegócio, mas, sobretudo, diante da ausência de uma política de desenvolvimento regional.

As consequências dessas práticas sociais são visíveis na falta de prioridade de políticas públicas voltadas para os jovens e o não-reconhecimento de sua cidadania. Apesar das mudanças legais em relação aos direitos de crianças, adolescentes e jovens, a crise nas formas tradicionais de organização do trabalho agrava a precariedade da inserção do jovem no mundo do trabalho, tanto em relação às atividades laborais no campo, quanto na cidade. Embora seja importante reconhecer o avanço na diminuição do trabalho infantil no Brasil, pelo menos em relação às atividades laborais lícitas, os jovens foram preteridos de tratamento prioritário em relação a melhor qualificação para sua entrada no mundo do trabalho, principalmente, a partir dos elementos baseados nos princípios da cidadania e não em uma formação baseada apenas nos interesses do mercado capitalista.

Duas realidades preocupantes: Floresta e Salgueiro

Floresta

O município de Floresta no Submédio São Francisco detém um triste recorde: a cidade nordestina com a maior taxa de homicídios e a segunda cidade brasileira em relação a esse índice. Entre os anos de 1980 a 1998,

Floresta aumentou em 4,6 vezes as suas taxas anuais de homicídios conforme podemos observar na Tabela 2.

O aumento da taxa nesse período é um dado preocupante, mas não é exclusividade do município. Não se pode omitir, que no período citado, houve um aumento das mortes por causas externas (homicídios, suicídios, acidentes) no Brasil em geral, passando de quarta causa de morte para a segunda. Segundo esta tendência, no estado de Pernambuco, as taxas cresceram significativamente, isto é, 3,6 vezes no período. A especificidade de Floresta, contudo, reside no fato do município ter aumentado suas taxas anuais em proporções bem superiores às do Estado e do País.

As rixas entre famílias sempre fomentaram a violência no município e foi um dispositivo largamente utilizado para a divisão do poder local. Segundo o Relatório Final da CPI do Narcotráfico (p. 148): “Ferraz x Novaes – O foco da luta entre estes clãs é o Município de Floresta, a motivação é a disputa pelo poder político; o conflito entre clãs acaba por envolver a tradicional família Carvalho que se associa aos Novaes.”

O mesmo documento aponta que em Floresta, assim como em outras cidades da Região do Moxotó-Pajeú, há indícios do envolvimento de membros dessas famílias no negócio das drogas. Este fato pode explicar em parte o aumento dos eventos violentos no município. Membros das famílias fariam parte dos bando e quadrilhas que se organizam na Região para compor a rede do negócio. Ainda segundo o relatório da CPI, referindo-se à Região do Moxotó-Pajeú:

Hoje, as “guerras familiares” funcionam apenas como pano de fundo para a sangrenta disputa pelas roças de maconha e pelo comando político na região, disputada palmo a palmo pelos bando ou quadrilhas, que se valem dos assaltos a agências bancárias, carros-fortes e caminhões de carga, e crimes de pistolegaria, para obter recursos que financiam o tráfico de drogas e campanhas políticas. Lamentavelmente, centenas de pessoas inocentes, inclusive membros das famílias que nunca cometem crimes, morreram em virtude dessas disputas” (p. 147)

Essa belicosidade entre as famílias levou a sociedade civil, mesmo a Igreja Católica Romana, a procurar construir uma *cultura da paz*. Em 1999, o bispo de Floresta identificava uma forte situação de violência na cidade, especialmente provocada pelo conflito aberto, gerando muitos assassinatos. No ano seguinte, houve um conjunto de esforços que redundou em acordos de paz selados entre famílias litigantes, tanto em Floresta como em Belém do São Francisco. Tais acordos permitiram em 2001 à CPI do Narcotráfico de Pernam-

buco, no Relatório Final, notar que os conflitos diminuíram. O próprio bispo de Floresta confirmava tal evidência. Entretanto, em julho de 2001, após a fuga de membros de uma das famílias do acordo entre Araquans e Benvindos o pacto ficou *sub judice*. Muito embora o mesmo bispo em declarações ao *Jornal do Comércio* (13/5/2001) as tendências são para a continuidade de uma situação de menor agressividade na região.

O histórico da situação pode ajudar a interpretar melhor o fenômeno. Segundo informações da Superintendência da Polícia Federal de Pernambuco a partir de 1996 intensificaram-se as apreensões de entorpecentes, indiciamento de pessoas por ligações com o narcotráfico e erradicação de pés de maconha no Estado de Pernambuco. A mera repressão, não acompanhada de outras medidas – financiamento de outras culturas para substituição do plantio, programas voltados para a melhoria das condições de vida e lazer dos jovens – leva à migração de bando e quadrilhas ligadas ao narcotráfico para outras atividades ilícitas, já que ao não desmantelar toda a rede as armas e parte dos recursos financeiros são utilizadas na promoção dessas novas atividades.

Floresta é vista como uma cidade importante na rede do narcotráfico da região, pois, além de abrigar plantações de maconha, é local estratégico de escoamento da produção, pois está localizada no entroncamento de duas importantes rodovias. Essas duas funções próprias da cidade representam um número significativo de atividades ligadas à rede do ilícito, e envolve quantidade significativa de pessoas. Esse fator pode explicar, além da violência histórica da cidade, o incremento dos homicídios nos últimos anos. Isso porque como observa Uprimny, o narcotráfico não inventou a violência, ele apenas a intensifica, a partir de uma estrutura existente de desigualdades, buscando nelas sua base de apoio.

Tabela 2 – TAXAS DE HOMICÍDIOS
EM FLORESTA 1980-1998

Anos	População	Homicídios	Taxas (por 100.000)
1980	32.228	8	24,82
1985	32.277	19	58,86
1990	32.325	14	43,31
1995	21.621	20	92,50
1996	22.551	24	106,42
1997	23.084	26	112,63
1998	23.533	27	114,73

Fonte: SUS/Koinonia

Os jovens entre 15 e 25 anos são as vítimas preferenciais dessa violência, mas também são apontados como os principais protagonistas. A maioria das vítimas de violência está compreendida entre 15 e 24 anos. No ano de 1998, dos 27 óbitos por violência, 20 estavam contidos nessa faixa etária. A violência que atinge os jovens na cidade pode ser associada às atividades do tráfico, pois durante a Operação Mandacaru, a maioria das pessoas presas eram jovens. Segundo declarações de um religioso da cidade, os jovens se envolvem nas atividades do narcotráfico motivados pela obtenção de um padrão de vida, que dificilmente teriam se não trabalhassem para a rede do ilícito:

É claro que para muitos deles chegar a plantar é um pouco um drama também porque se envolvendo com o plantio da maconha entra em um giro, de que, eles mesmos dizem, só se sai morto. É arriscado. Especialmente são aliciados os jovens. A geração que se criou agora de jovens, se criou com a televisão e o padrão de vida que a televisão apresenta aqui é alcançado unicamente através do narcotráfico, pois a grande maioria dos jovens não tem condições de alcançar isso. Tendo e vendo esse padrão de vida diante dos olhos, muitos querem tê-lo e não se importam mais. (...)

Salgueiro

Salgueiro se notabiliza na região do Submédio São Francisco por ser cortada por quatro importantes rodovias da região, acessando a cidade a capitais importantes do Nordeste como Fortaleza e Recife. A localização tornou a cidade importante ponto de escoamento da maconha produzida. Salgueiro também possui plantações de maconha em que jovens estão inseridos, mas o envolvimento com as atividades de escoamento é mais importante.

O envolvimento dos jovens com o plantio é descrito como bastante disseminado na cidade, mas a Operação Mandacaru fez com que os jovens temessem a ação da Polícia Federal, diminuindo a participação. Segundo declarações de um religioso do Município:

Era uma coisa um pouco normal por aqui. Era difícil encontrar um jovem que de fato não plantasse ou não se metesse com outro grupo. Era bastante normal esse plantio, que seria como uma solução. Porém daí veio o problema que sempre está ligado à droga: a morte.

A área do interior se encheu de motocicletas. Desapareceu o cavalo, o jumento e a bicicleta. De onde vinha isso? Vinha do plantio da maconha. Naturalmente nasceu também a cúpula da máfia da droga por aqui e que tinha

relações com outros estados. Um dos integrantes do Comando Vermelho foi preso aqui em Salgueiro, o "Fubá". Salgueiro começava a se expandir em centro de distribuição. Aqui, quem pagava como sempre, é o pequeno agricultor, que vivia disso. Os jovens viviam como os jovens das favelas: recebo 3.000 reais por mês, para que vou estudar? O jovem era atraído a isso. Hoje tem alguma coisa ainda, mas o jovem tem medo.

O mesmo informante acrescenta que acredita no aumento da violência no município devido à repressão, pois jovens inseridos no plantio passam a exercer outras atividades ilícitas como o assalto a pessoas e a veículos. A questão, adverte, é que na cidade o Governo Federal somente desenvolveu atividades repressivas, sem a contrapartida de ações sociais efetivas. Ou seja, retira-se o ganho com as atividades ilícitas produtivas, mas não há efetivas ações para a substituição do plantio.

Eu acho que o grande problema social é esse. A droga é droga, nem que seja a maconha que não é uma grande droga, mas a droga é um caminho para as piores. Mas aqui, a situação social é essa: Uma tarefa de droga você vive um ano plantando, três mil metros quadrados é o que se dá para viver tranquilamente por um ano. Uma tarefa de feijão você não vive uma semana. O plantio da maconha era a saída para essa juventude sobreviver. Isso foi cortado. É claro que não em sua totalidade. Mas não foi dado nada em troca. Criou-se um grave problema. Para a juventude, que não pode mais plantar, e aí não pode mais manter a família, manter a moto e vira um problema social para o comércio, para a cidade em geral. Caiu tremendamente e não rola mais dinheiro. E não se colocou nada que substituisse isso. O que os jovens vão fazer agora? A seca assola o sertão, água não tem para irrigação... é essa a situação. O que acontece? Assaltos. Quando antes plantavam e vendiam, era comércio. Agora o caminho é roubar ou ir embora daqui. Eu acho que a droga é um problema, sem dúvida e que tem que ser combatido, mas não se pode só arrasar sem substituir.

A ociosidade dos jovens também é citada como um elemento marcante, pois além de não contar com escolas profissionalizantes, o município não oferece oportunidades de emprego.

O jovem fica sem saber o que fazer e fica jogando dominó, na rua, fazer o quê? Qual a opção que se tem? Nenhuma. Falta uma escola profissionalizante que os prepare para ter uma chance na vida. Aqui está se pensando, a dona Creusa e a Prefeitura, em fazer uma escola profissionalizante em Salgueiro. É preciso tentar oferecer a essa juventude pelo menos um ideal, uma saída. O mercado de trabalho aqui é zero, mas pelo menos poderão apren-

der alguma coisa que poderá lhes servir aqui ou em outros lugares. Aqui em nossa cidade não há oferta de nada. Assim como o Governo Federal fez aqui a invasão do Exército, que façam a invasão de implantação de projetos concretos.

Tabela 3 – TAXAS DE HOMICÍDIOS
EM SALGUEIRO 1980-1998

Anos	População	Homicídios	Taxas (por 100.000)
1980	40.440	8	19,78
1985	43.515	10	22,98
1990	46.545	9	19,33
1995	49.136	14	28,49
1996	49.278	11	22,32
1997	49.737	21	42,22
1998	50.123	29	57,85

Esses elementos levam a cidade a ser uma das cidades em que a violência mais cresceu nos últimos anos. Como mostra a tabela 2, Salgueiro passou de 19,78/100.000 para 57,85/100.000. Embora, esteja ligeiramente abaixo da média do índice do Estado de Pernambuco, em três anos, de 1996 a 1998, a taxa cresceu 160%. Os jovens entre 15 e 25 anos compõem um dos grupos mais atingidos pela violência.

Considerações finais

Essa investigação nos permite tecer alguns comentários conclusivos. O primeiro deles é do caráter agrário e capitalista do narcotráfico, nessa sua face produtiva do narcotráfico. José de Souza Martins, em recente palestra, identificou que a questão agrária surge com o subassalariamento do camponês. A agricultura brasileira pós-abolição tornou-se um empreendimento capitalista latifundiário. O modelo agrário brasileiro foi a manutenção de um campesinato empobrecido e incapaz de obter seu quinhão de terra para a auto-sustentação. A economia agroexportadora impede o camponês de ser um pequeno produtor integrado ao processo de produção agrícola capitalista.

Todavia, nota o sociólogo, esse processo teve a inserção dos camponeses como pequenos proprietários após a grave crise da cafeicultura – especialmente no interior de São Paulo. Assim como no sul do Brasil essa inserção também se deu em função de crise econômica. O caráter excluente do capitalismo agrário brasileiro se fez notar a partir do início. Os imigrantes italianos no Brasil, por exemplo, sempre enviaram menos dinheiro para os familiares na Itália que os imigrantes

italianos que foram para outros países. Isso indica o baixo nível de assalariamento para os camponeses imigrantes que o capitalismo oferecia.

Esse caráter excluente sempre teve uma face cruel. Como nos indica a socióloga e historiadora Rizzini a agricultura brasileira sempre absorveu mão-de-obra infanto-juvenil. O papel das crianças na agricultura era, entre outras coisas, o de manter baixíssimos níveis salariais e longas jornadas de trabalho. A utilização das *mãozinhas* para o trabalho pesado sempre foi um ingrediente da questão agrária no País. As iniciativas em favor da erradicação do trabalho infantil são de caráter recente na história nacional. Segue-se daí a maior valorização do trabalho em relação à educação pelos adolescentes e seus familiares, especialmente nas áreas rurais.

O trabalho produtivo envolvido no narcotráfico – e na narcoprodução em geral – é *trabalho*. Isso qualifica a atividade de modo diferente. Não se trata de uma expropriação, como um assalto; ou uma agressão física. A criminalidade está vinculada à criminalização da droga. Os trabalhadores da agroindústria do tabaco e da cerveja, por exemplo, não são considerados criminosos. Essas drogas são ilícitas. Essa questão qualifica de modo diferente o pequeno produtor rural, o camponês, que se vê envolvido com o narcotráfico. Na verdade, a questão é identificar quem na rede é o *narcocapitalista*.

O narcotráfico, por conseguinte, não pode ser analisado senão como parte integrante da questão agrária. A premissa básica é a criação de condições para uma Reforma Agrária que, realmente, introduza para os pequenos produtores, para a agricultura familiar, condições de sustentabilidade e produção. Isso inclui créditos especiais, pesquisa e tecnologia voltada para a pequena produção familiar, construção de mecanismos de beneficiamento dos produtos, que implique maior lucratividade e competitividade do pequeno produtor, e incentivo ao modelo de organização cooperativista, que permita o rompimento com o isolamento e a subordinação exclusiva à *agroindústria* e ao *agronegócio*.

Entretanto, é muito difícil perceber que essa seja uma política agrária incentivada por governos que propõem como palavra-de-ordem: “exportação ou morte!” É nessas circunstâncias que o narcotráfico se expande no campo brasileiro. A situação do Submédio São Francisco não é outra senão de um modelo de *agronegócio*. O benefício imediato que traz aos camponeses precisa ser compensado com políticas públicas que incentivem a substituição de plantio. É absolutamente insuficiente a repressão. Nesse sentido, é muito com-

preensível que a CPI do Narcotráfico da Assembléia Legislativa de Pernambuco elogie o projeto da SENAD, *Moxotó-Pajeú*. Segundo o Relatório Final da CPI o projeto Moxotó-Pajeú visa a substituição de plantio. Operacionalizado pelo Banco do Nordeste, abrange 20 municípios (15 pernambucanos e 5 baianos). As linhas de crédito incluem o *Crediamigo*, espécie de microcrédito rápido concedido por meio da Central de Micr crédito do Nordeste. Conclui a CPI sobre o assunto:

Às escâncaras, conclui-se que a melhor tática de combate aos traficantes que atuam na “Região Moxotó-Pajeú” é o incentivo à produção agropecuária, para fortalecer a cadeia de produção agroalimentar da região, oferecendo aos pequenos e médios produtores o indispensável apoio social, técnico e econômico, a fim de que os agricultores possam produzir alimentos, livrando-se da dependência dos traficantes. (p.154)

Tal empreendimento precisa ser mais bem analisado. A ausência de maiores informações permite apenas notar que é uma iniciativa aparentemente importante para a construção de alternativas. Entretanto, é importante observar que as ofertas de crédito, anteriores a esse projeto, mediadas pelo Banco do Nordeste não significaram um incremento da agropecuária na região e que os principais beneficiários, em valores absolutos, nunca foram os pequenos produtores.

As ações repressivas entretanto custaram muitas vidas de jovens que não tinham envolvimento direto com o narcotráfico. Há uma coincidência entre os períodos de repressão e o aumento dos índices de homicídios. Isso pode indicar que a repressão é um estímulo à violência à pessoa. Após as operações o que se verifica é um aumento na taxa de roubos, especialmente de veículos. Como citamos anteriormente, a repressão provoca uma migração do crime. Isso pode indicar a existência de uma rede do crime, que tem alguma organização e planejamento.

A violência na região, além dos dados acima oferecidos, foi registrada, por meio de informações locais com os seguintes dados:

- Em Petrolândia 18 assassinatos no período de janeiro a agosto;
- Aumento do número de assaltos a veículos – durante o ano de 2001;
- Assaltos às pessoas nas Balsas em Barra do Tarrachil (Chorrochó) e Belém do São Francisco;
- Suicídio de jovens (um em Itacuruba).

Como identificamos o aliciamento dos jovens para o trabalho no narcotráfico se dá pela alternativa econômica que representa e pela inserção na estruturação e confirmação das malhas do poder local. O que se

espalha para os jovens, por conseguinte, pela ação do narcotráfico e da repressão exclusiva a ele é uma situação de insegurança pública. Os órgãos de repressão e contenção, sobretudo, deveriam estimular ações positivas entre os jovens que propiciem a prevenção ao consumo de drogas e ao trabalho infanto-juvenil agrícola – e novo agrícola – também no narcotráfico. É necessário perceber, entretanto, que o narcotráfico da maconha não é a única atividade do narcotráfico na região. Há também a circulação de outras drogas como a cocaína. Muito embora, a intensidade dessa circulação seja muito menor que a da maconha.

Nesse sentido, vale a pena destacar :

O Pólo Sindical do Submédio São Francisco, assessorado por KOINONIA, criou o Departamento de Jovens, vinculado à Secretaria da Mulher. Esse Departamento tem realizado ações culturais e socioeducativas com a juventude de catorze municípios da Bahia e de Pernambuco. São ações de formação e informação que estão procurando construir alternativas ao envolvimento econômico e afetivo com o narcotráfico. Estimulando a prática de esportes e a construção de uma cultura da legalidade e da paz, a partir de 1997 diversas atividades foram realizadas. Destaque-se a Primeira Olimpíada do Jovem Rural, de 1997, e a Gincana pela Paz, de 2001.

Outro movimento organizacional da juventude tem sido estimulado pelas igrejas. A Igreja Romano-Católica tem desenvolvido, por meio da Pastoral de Juventude e da Pastoral dos Reassentados, diversas ações socioeducativas com a juventude camponesa na região. Destaque especial merece a pesquisa participante realizada em 1999 que analisou a situação da juventude reassentada. Além disso, a Rede de Jovens do Nordeste, criada pela Escola Quilombo dos Palmares, de Recife, tem uma articulação dos jovens do sertão. Em outubro de 2001 realizará em Santa Maria da Boa Vista *Festival da Juventude*.

Existem também ações governamentais. O Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) possui um projeto de formação de agentes comunitários de saúde que tem, entre outros objetivos, a prevenção contra o uso de drogas. Desenvolvido por um consórcio de universidades federais, entre as quais a de Pernambuco (UFPE), há o projeto Xingó. Possui uma face pedagógica que desenvolve formação com a juventude. Essa formação entre outras coisas procura desenvolver a construção de alternativas econômicas para a juventude.

Essas e outras ações, entretanto, estão desarticuladas. Não se dá entre elas nenhuma sinergia. Em au-

diência com o General Cardoso um de nós observou esse fato e ficou de ser augurado algum seminário ou articulação entre essas atividades a fim de propiciar uma interação entre os públicos, agentes e metodologias utilizadas.

Estas reflexões levam a pensar em algumas poucas medidas que poderiam ser direcionadas para estimular a juventude a outras atividades camponesas. Entre elas gostaríamos de destacar:

- A conclusão do reassentamento de Itaparica com a revisão das compensações. Esse reassentamento é, segundo relatório governamental de 1997, o maior investimento do governo federal no interior do Nordeste.
- Incentivo e incremento às políticas de crédito para a substituição de plantio.
- Ação cultural e socioeducativa permanente, que articule o conjunto das ações já existentes e crie condições para o sistema de ensino público interagir com essas iniciativas.
- Incentivo fiscal para o cumprimento da lei do primeiro emprego, gerando condições para que a juventude com mais de dezesseis anos possa entrar dignamente no mercado de trabalho, construindo melhores expectativas de desenvolvimento regional.
- Criação de crédito especial aos jovens agricultores que queiram trabalhar na agropecuária a fim de adquirirem sua primeira propriedade.
- Reforma agrária, já.

BIBLIOGRAFIA

- BLOCH, D. *As frutas amargas do Velho Chico*. Recife. Oxfam & Livros da Terra: 1996.
- FALEIROS, V. "Infância e processo político no Brasil" In RIZZINI, I. & PILOTTI, F. (orgs.) *A arte de governar crianças*. RJ, Ed. USU / AMAID Livraria e Editora, 1995.
- FERREIRA DE SÁ, M. "Relações de poder e representações sociais" In CORRÉA DE ARAÚJO, M. L. et al (orgs.) *Sonhos submersos ou desenvolvimentos: impactos sociais da Barragem de Itaparica*. PE, Fund. Joaquim Nabuco, 200, pp.69-87.
- IULIANELLI, J.A.S. "Análise (curta) dos conflitos (recentes) do Pólo Sindical do Submédio São Francisco: quando o inimigo é difuso e criminoso". *Cadernos do CEAS* 185, Salvador, CEAS, jan./fev. 2000, pp. 37-57
- _____ & Motta Ribeiro, A.M. *Narcotráfico e violência no campo*. RJ, Dp&A: 2000.
- SANTOS, M. C. "Criança e criminalidade no início do século" In PRIORE, M. *História das crianças no Brasil*. SP. Editora Contexto: 99, pp. 210-231.
- RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O NARCOTRÁFICO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO, 2001.
- Jornal do Comércio*, Recife, Pernambuco.

Jorge Atilio Silva Iulianelli é assessor em KOINONIA, doutorando em Filosofia IFCS-UFRJ e professor de Filosofia da Educação na UNESA. **Paulo Cesar Pontes Fraga** é doutorando em Sociologia na USP.

POR UMA CULTURA DA PAZ VERSUS VIOLENCIA

**Entrevista com Dom Adriano Vasino, Bispo de Floresta/PE
por Paulo Cesar Pontes Fraga**

Bispo de uma diocese que vive as próprias preocupações em meio a miséria econômica, social e também moral. Este bate-papo está cheio de cuidados de um cura d'almas que precisa amar vítimas, os explorados, os excluídos e ainda os que se alimentam e fortalecem nos descaminhos ilícito. Ele, o bispo, tem por dever amá-los porque uns e outros estão entre o fogo cruzado do traficante, do aliciado, do repressor, de 'trabalhadores', de 'políticas', de 'policiais'. É palavra de denúncia, de compaixão, de sonho.

Operação Mandacaru, aliciamento, gozar a vida

TEMPO E PRESENÇA: *Na Região de Floresta, qual foi o impacto da Operação Mandacaru? Chegou a reduzir a violência?*

D. ADRIANO VASINO: A Operação Mandacaru, pareceu-nos centrada em Floresta, mas descobrimos que o ponto central mesmo era o município de Salgueiro e arredores. A Operação, aqui foi apenas de raspão, menos que outros municípios mais próximos a Salgueiro.

Houve por aqui certa diminuição da violência, a prisão de muitas pessoas, mas pelo que se constatou, a grande maioria – não a totalidade – são o que chamamos de "peixes pequenos". A cadeia daqui, construída para 35 presos, chegou a receber 104 de uma vez só na época da Operação. Desses a grande maioria ligada ao narcotráfico, mas nenhum deles de porte mesmo. Eram plantadores de maconha, pequenos distribuidores.

É importante a diminuição da criminalidade. A diminuição dos assaltos aconteceu foi mesmo com o acordo de paz entre os Benvindos e os Gonçalves, em outubro do ano passado. Houve uma estancada grande na violência, especialmente nas regiões Cabrobó, Belém,

e outras e diminuiu praticamente o número dos assaltos. Acontecem ainda hoje, mas não são mais tão numerosos quanto antes.

TEMPO E PRESENÇA: *Na sua perspectiva, como são aliciados os plantadores ou como eram aliciados?*

D. ADRIANO: O sertão do Baixo Pajeú é o pior sertão de Pernambuco. Pior no sentido de que não tem terra para a cultivar, só tem os rios Pajeú e Riacho do Navio, mas que também são temporários e a caatinga aqui é bem mais rasteira do que a do Alto do Pajeú, Arari. Nesta região inóspita, com a crise na agricultura, descobrimos uma situação de pobreza e de desespero, em que é fácil encontrar mão-de-obra. O motivo é a crise do sistema de sobrevivência que o povo tinha. Outro motivo é que a juventude, graças também à baixa escolaridade e aos meios de comunicação – televisão principalmente – desperta para um mundo que não é o deles. Esses jovens se encontrando, conversando, acabam percebendo claramente que são excluídos do mundo que lhes é proposto. Muitos dizem: "Se o mundo é isso, a vida é essa, eu quero tê-la ou por bem ou por mal". Aqui, de fato, eles estão excluídos de qualquer perspectiva de futuro. Entram no narcotráfico, mesmo com uma vida arriscada, e acabam tendo dinheiro à vontade, para experimentar gozar, do ponto de vista consumista, daquilo que é a vida que a mídia propõe.

TEMPO E PRESENÇA: *Os agricultores, geralmente são cooptados no sentido de trabalharem como assalariados ou ficarem na sua própria terra... Como é aqui em Floresta?*

D. ADRIANO: Tem várias formas... Às vezes as famílias são quase que coagidas. Os que estão envolvidos dizem: "Nós vamos plantar na sua terra". As pessoas, ou se calam e aceitam para evitar por retaliações, arriscam-se a ser presos ou se expõem às retaliações dos traficantes, ou abandonam a terra. Às vezes é como uma imposição. Outras vezes são os que se dispõem a aceitar para tentar melhorar um pouco o ganho. Muitas vezes são procuradas terras que são as mais 'frias' pos-

síveis, não têm um dono definido, podem pertencer ao governo e não têm documentação.

TEMPO E PRESENÇA: *Então, são várias as formas de acordo com maior ou menor resistência.*

D. ADRIANO: Em muitos casos são oferecidas ao plantador sementes e uma soma em dinheiro para tratarem a roça. Se estabelecem laços que depois são difíceis de desfazer. É a sensação do dinheiro fácil.

Mercado em expansão, jovens na cadeia, mais “prendeção” que prevenção

TEMPO E PRESENÇA: *Na sua opinião, quais são os principais agentes dessa rede que se forma?*

D. ADRIANO: O ponto de partida é com certeza o fato de que há consumidores. Se não houvesse uma busca tão grande pelo alucinógeno... Por ser um mercado em expansão e expansão, dada a crise de perspectiva de valores, as pessoas ficam fragilizadas e, principalmente os jovens, buscam não somente o álcool como um caminho de fuga, mas também a droga.

Claro está que temos aí toda uma faixa de pessoas inescrupulosas, com certeza têm até muitos recursos e uma certa influência do ponto de vista econômico como político o que lhes permite organizar, manter e acobertar toda uma rede que possibilita o plantio.

Nesta faixa estão, com certeza, os chefões, depois os responsáveis por áreas menores. Há todo um contraste entre grupos rivais que chegam até aos ajustes de contas. Temos ainda os pequenos, que, na grande maioria, são agricultores pobres e jovens, excluídos da sociedade e se deixam envolver. Esses talvez sejam o elo menos culpado. São mais vítimas do que culpados.

TEMPO E PRESENÇA: *O senhor acha que existe uma diferenciação, nos municípios nessa rede – um é mais de distribuição outro é mais de plantio?*

D. ADRIANO: Fica difícil dizer, mas tradicionalmente os municípios de Belém, Cabrobó, Floresta, Carnaubeira, são mais municípios de plantio. Salgueiro, Petrolina e Petrolândia eram mais centros de distribuição. Eram. Dizer que isso se conserva mesmo, não garanto.

TEMPO E PRESENÇA: *O movimento dos jovens também se dá desta forma: alguns estão no plantio, outros na distribuição?*

Ou existe alguma atividade em que o jovem é mais presente?

D. ADRIANO: Não sei dizer. De fato a grande maioria dos que estão presos, são jovens. Também, a grande maioria dos que se envolvem em atos de crime, são

A juventude, graças também à baixa escolaridade e aos meios de comunicação, desperta para um mundo que não é o deles. Esses jovens se encontrando, conversando, acabam percebendo claramente que são excluídos do mundo que lhes é proposto. Muitos dizem: “Se o mundo é isso, a vida é essa, eu quero tê-la ou por bem ou por mal”

jovens. Por isso é difícil dizer. Quem aparece mais, com certeza é a juventude. São a “bucha de canhão”. Os que têm mais idade, têm mais experiência e em vez de se exporem, sabem como não se expor, colocam outras pessoas para fazer o trabalho mais arriscado. Os jovens, por falta de experiência e pela “imprudência” da juventude, acabam sendo usados.

TEMPO E PRESENÇA: *Como é que os funcionários, das áreas de saúde, educação, de segurança pública trabalham a questão com os jovens? Existe um trabalho preventivo?*

D. ADRIANO: Depende muito de época, dos comandantes, do lugar onde atuam. Há muitas variantes. O que se percebe é que eles atuam mais na “prendeção” do que na prevenção. A tarefa da polícia deveria ser esta também. A prevenção serve na medida em que há uma presença ostensiva de policiais fazendo revista e ronda, isso serve também como prevenção, mas quanto ao trabalho de educação, houve e há algumas pessoas da polícia civil e também da polícia militar que se preocupam com isso. Eles porém, não têm nem tempo, nem força, nem recursos humanos para tanto. No entanto há sempre alguma pessoa de boa vontade que se dispõe a trabalhar nesse sentido. Quanto à ação oficial, depende muito dos lugares e de quem comanda no momento a área em que a população é potencialmente considerada toda como envolvida na maconha. Muitas vezes agem com brutalidade. Nós temos notícia de intervenções da brutalidade policial. Algumas não foram ainda comprovadas. Tem áreas em que o pessoal tem medo, desconfia da polícia tanto quanto dos maconheiros. Infelizmente. São as áreas consideradas de maior presença do tráfico, em que não se pode tratar todo mundo como maconheiro. Muitos não falam para preservar a própria segurança antes que por má

vontade ou porque têm lucro no negócio. Não tendo um amparo suficiente, a maioria das pessoas prefere calar-se e não se expor. Isso depende muito dos comandantes também. Há comandantes que são mais humanos e podem ter atitudes mais respeitosas. Entra aí o problema da formação e da remuneração da polícia. O policial vem para esta área é considerada de risco, percebendo um salário é um tanto baixo, sem o instrumental necessário, faz o quê? Vai recorrer a métodos mais “eficazes” ou mais rápidos para... Disso resulta mais ódio e mais revolta.

Igreja e prefeituras: conviver para ajudar a viver melhor

TEMPO E PRESENÇA: *E a Igreja? Qual tem sido o papel da Igreja?*

D. ADRIANO: O papel da Igreja tentar formar o jovem dentro da filosofia de vida cristã, que prevê o respeito à vida. Não pode apoiar qualquer coisa que atente contra o desenvolvimento e o crescimento da vida. E a droga é um atentado à vida. Na catequese mesmo há esse esforço. Há também um trabalho, principalmente aqui em Floresta (pretendemos espalhá-lo pela Diocese), envolvendo as escolas públicas, de educação para a paz tentando trabalhar o tema da violência, sob todas as formas. A droga entra como um tema transversal, conforme a reforma que houve na escola brasileira. É interessante, pois está produzindo alguma perspectiva, de uma esperança. No momento, com a campanha da fraternidade, muitas escolas têm recebido um apelo específico para trabalhar o assunto da droga, tentar esclarecer os efeitos, por que acontece e alertar os jovens. Não terminou com o fim da campanha, mas continua. Outra tentativa é apoiar tudo o que vem a calhar para o desenvolvimento da região que esteja sustentando, respeitando os moradores e suas necessidades. Tentamos apoiar, incentivar e ajudar um crescimento da região que seja saudável.

TEMPO E PRESENÇA: *Existiu nesse período conflito entre os que plantavam e os que não plantavam?*

D. ADRIANO: Eu não tenho notícia de conflitos abertos entre plantadores e não plantadores. É claro que atritos existem até nas famílias. Um filho entra na plantação da maconha e os pais se manifestam, ou conflitos de terras de famílias, isso houve e muito. Mas um conflito aberto, o posicionamento de um grupo social aberto contra ou de rejeição, não tenho informação. Agora, conflitos na base da família houve muitos.

Encaminhamos um projeto de educação para a Cultura de Paz. Trata-se de mudar mesmo a postura intelectual, emocional das pessoas. Há em nossa região uma cultura da violência e a região já foi palco no fim do século passado, da presença de coronéis. Depois, essa região de sertão mais pobre e menos habitado também, foi o lugar mais fácil para os fora-da-lei se esconderem

TEMPO E PRESENÇA: *Esses conflitos seriam entre jovens envolvidos e os pais que contrários? De um modo geral o plantador, os agricultores é rejeitam esse tipo de negócio.*

D. ADRIANO: Sim. A grande maioria não adere, porém se cala. Mesmo sabendo, não querem ter nada a ver com o negócio, mas se sabem de alguma coisa, se calam.

TEMPO E PRESENÇA: *É a “lei do silêncio”...*

D. ADRIANO: É a “lei da sobrevivência”. Não tem nenhuma garantia de escapar com vida uma pessoa que se dispõe a denunciar nomes e lugares. Nossos sistemas de segurança não dão essas condições.

TEMPO E PRESENÇA: *E no comércio, o senhor percebe que houve um impacto negativo?*

D. ADRIANO: Floresta já tem um comércio tão minguado que é difícil perceber impactos. Já houve uma retração do comércio aqui anos atrás, com a concentração na mão de poucas pessoas. Eu diria que, infelizmente, a cidade de Floresta perdeu quase que por completo a possibilidade de ser um centro aglutinador. Toda a nossa região tem essa característica curiosa, mas que cria muita dificuldade para o trabalho pastoral, pois o centro da diocese que é aqui, não é o centro de referência para os municípios.

A própria Floresta que é ponto de referência para quase tudo, tem municípios que estão fora dos confins da diocese. Só para saber: Jatobá e Petrolândia são áreas sul e o ponto referência delas é Paulo Afonso, que está mais perto; Cabrobó e Belém têm Salgueiro que para Cabrobó mais perto do que Alta Floresta; Orocó, Petrolina e Carnaubeira da Penha, um município no interior, e Floresta referencia-se a Serra Talhada; Custódia e Betânia (de Serra Talhada), Arcoverde e Ibi-

mirim, Manari e Irajá têm ponto de referência com Arcoverde. A cidade de Floresta não agrupa nada, é tudo para fora. E todas essas cidades como Arcoverde, Serra, Salgueiro e Paulo Afonso, estão fora dos limites da diocese.

Acho que o que tinha que encolher já encolheu. O comércio daqui não tem mais uma expressão regional. Muitas vezes a referência é Salgueiro, Cabrobó por causa da cebola e dos projetos de irrigação de Pedra Branca. Com certeza Belém e Cabrobó estão conhecendo uma retração visível no comércio.

TEMPO E PRESENÇA: *E o papel da Prefeitura, os programas para jovens, não só na área do Polígono, mas em outras também; o poder público em geral...*

D. ADRIANO: O poder público aqui se vê às voltas com a gestão de um território amplo, questão agravada ainda mais pelos problemas da seca e a distribuição de água. A rede escolar, apenas na área rural, tem 74 grupos escolares, só no município de Floresta. Tem ainda os problemas de uma população, na sua maioria pobre ou miserável, que vive tentando qualquer recurso. Pensar que uma prefeitura acossada desse jeito possa ter planos, só se houver uma mudança radical, não da gestão, mas também da mentalidade do povo, que fosse mais participativo e que tivesse mais condições também de participar, planejar e executar. É um conjunto de coisas que não ajuda a prefeitura e as prefeituras a desenvolverem o seu papel. Algumas fazem o que podem, se esforçam; outras, infelizmente continuam com uma estrutura bastante tradicional, de um poder controlado por poucos na tentativa de tirar o máximo proveito de alguns municípios. Não percebo, planos bem claros e definidos de ação. O único município que teve uma atividade nesse sentido, o que chegou ao meu conhecimento, foi Cabrobó, que realizou um Fórum contra a Violência promovido pela prefeitura. Os jovens participaram de uma forma efetiva e a prefeitura está envolvida nesse projeto de Cultura de Paz, aqui; apóia e ajuda.

TEMPO E PRESENÇA: *Então há algumas iniciativas de fato no sentido de promover atividades ou participar delas. A gente observa que geralmente a violência se surge onde já existem outras violências e desigualdades. No caso desta região, sabe-se que há toda uma violência antiga, de brigas de famílias, dos coronéis e da própria vida do povo. O poder público sempre foi descuidado no tratamento das questões da seca e da sobrevivência dos agricultores. O senhor acha que esse quadro tem sido fundamental para disseminar mais violência?*

D. ADRIANO: Com certeza. Por isso encaminhamos um projeto de educação para a Cultura de Paz. Trata-se de mudar mesmo a postura intelectual, emocional das pessoas. Há em nossa região uma cultura da violência e, como você assinalou, a região (norte da Bahia e a região de Pernambuco) já foi palco no fim do século passado, da presença de coronéis. Depois, essa região de sertão mais pobre e menos habitada também, foi o lugar mais fácil para os fora-da-lei se esconderem. A falta de uma lei que de fato punisse os desmandos, os crimes, em vista da presença muito pequena de homens da lei; uma independência das elites locais que usavam as forças da polícia de forma incorreta; fizaram com que surgisse aqui o “cangaceirismo”. Lampião é daqui de Floresta. O que se conta é que Lampião entrou no cangaço porque a família dele sofreu uma injustiça que não foi reparada pela lei. Vendo-se injustiçado foi buscar outra maneira de fazer justiça. Desse fato da ausência de uma organização legal, de uma sociedade dentro da lei, que respeitasse os direitos das pessoas, nasce a tentativa de buscar resolver as pendências com as próprias mãos. Isso não é de agora. Havendo tal predisposição, toda essa história, claro é mais fácil que as pessoas vão reproduzindo desse jeito, de não levar desafogo para casa. Quando alguém se sente agredido ou diminuído na sua honra, pensa logo no revide violento. Faz parte mesmo dessa cultura. Há lugares que são paupérrimos, mas não são violentos. Aqui há a pobreza e, ao mesmo tempo, toda essa violência.

FRACASSOS OFICIAIS CONVERTEM À DROGA E FORTALECEM O TRÁFICO

*Entrevista com o deputado federal Fernando Ferro (PT/PE)
por Paulo Cesar Pontes Fraga*

Basicamente duas estórias amargas envolve esta entrevista com o deputado federal Fernando Ferro: a estória maior de como uma região rica para produzir e rica até para o turismo é humilhada pelos poderes constituidos, aviltada e empurrada para o enriquecimento do narcotráfico; a outra estória é a de uma grande companhia, a Chesf que passa a ser manipulada para violentar homens de terra e abrir espaços a privatizações criminosas.

Engajamento no Pólo, reassentamentos e problemas

TEMPO E PRESENÇA: Qual a sua ligação com o pessoal do Pólo Sindical, na área do Submédio São Francisco?

DEPUTADO FERNANDO FERRO: Fui dirigente do movimento sindical, um dos fundadores da CUT no Estado, e acompanhei o conflito das áreas inundadas que resultou no deslocamento de 15.200 famílias da área do Submédio São Francisco. Esse processo mobilizou a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, entidades de direitos humanos, a Igreja Católica, uma intensa luta social para garantir o direito dos assentados. Foi conhecendo essa realidade que comecei a me envolver, a participar e a me engajar nesse projeto. Foi o setor que avançou mais politicamente nos debates, no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Eles compreenderam bem essa transformação que estava havendo no movimento sindical e na política brasileira, final da ditadura. Esse quadro da experiência do movimento sindical com uma forte presença da igreja, com a própria consolidação de um pólo mais avançado, mais combativo, de sindicatos rurais, é que constituiu o Pólo sindical do Submédio São Francisco (Bahia e Pernambuco). A partir daí, nós tivemos vários momentos de mobilização para ga-

rantir o reassentamento das famílias. Nesse processo tivemos o contato com a realidade do Submédio São Francisco e do sertão semi-árido, toda essa região que foi impactada por aquele projeto.

TEMPO E PRESENÇA: Houve um momento da construção das barragens de reassentar as famílias, mas hoje há outros problemas. Acompanhando todo esse movimento, o que o senhor acha, além do que já foi citado, ser o grande problema daquele região (área coberta pelo Pólo) hoje?

FERNANDO FERRO: A luta de implantação dos projetos de assentamento agora se defronta com uma realidade que é a consolidação do esquema de produção nas áreas e a finalização do Projeto de assentamento, ainda não concluído. O governo federal acelera o processo de assentamento que tem as sedes com responsabilidade pelas populações atingidas pela barragem de Itaparica; por outro lado, desenvolveu uma forma de indenização das áreas, resolvendo questões de assentamentos e criou o problema de uma parcela da população desassistida, à margem do processo de produção do que estava previsto e acordado com as entidades e com as famílias no processo de negociação.

Trata-se de um espaço marcado pelos conflitos entre famílias, vista ser uma área muito disputada em face da disponibilidade de água numa região com problemas de abastecimento de água. Há populações indígenas também nesse conflito. É uma disputa por um espaço de terra, que de certa maneira, acirrou o processo, principalmente quando muitas famílias que produziam agriculturas tradicionais, com essa remoção foram privadas desse direito, e ficaram um bom tempo sustentadas por uma verba paga pela Chesf, antes da conclusão do projeto, e essa verba acabou substituindo o cultivo. Uma parcela desses trabalhadores rurais não ficou nem na condição de trabalhadores rurais, nem de trabalhadores urbanos. Ficaram sustentados por essa verba. Tudo isso acabou criando problemas sociais de convivência e a de articulação de grupos na região. Esta se tornou um centro produtor de maconha, o que en-

volveu filhos de trabalhadores. Daí um momento de violência na região. A juventude não é a principal fonte da violência, mas há uma pressão expressiva para esses delinqüentes, jovens, atuarem nas áreas de assentamentos com o tráfico de drogas.

Violência entre famílias, plantio de maconha, dependência

TEMPO E PRESENÇA: *Aquela região é uma região que já convive com a violência, briga de famílias, etc. O senhor acha que esse novo elemento, o plantio de maconha, acirrou essa violência, que já existe mesmo na forma de brigas familiares?*

FERNANDO FERRO: Uma parcela da população encontrou aí uma saída para substituir os cultivos tradicionais, dada a rentabilidade do negócio. Isso de certa maneira gerou uma atividade econômica numa região inóspita, que não é restrita a grupos, envolve toda a região. Depois de um período de repressão por parte da polícia federal na região, pessoas da área reconhecem que houve uma decadência da atividade econômica regular na região; há uma menor circulação de dinheiro e retração no comércio local, impressionante que afeta a vida da região. Reconhecem que isso tem a ver com a saída do dinheiro ligado ao tráfico de drogas. É um elemento de preocupação. Significa que o negócio das drogas não envolve só marginais, mas está ligado à realidade econômica da região.

TEMPO E PRESENÇA: *Algumas cidades da região hoje vivem da dependência econômica...*

FERNANDO FERRO: Não diria que vivem, mas o dinheiro do tráfico de drogas é um componente expressivo na economia. Há uma atividade econômica visível. A polícia sabe, as autoridades sabem, até alguns políticos fazem vista grossa a essa realidade numa conivência silenciosa. Compreendem que isso faz parte do cotidiano das cidades. E esse é outro assunto.

TEMPO E PRESENÇA: *O senhor acredita que a repressão nessa área resultou na queda da atividade econômica na região... mas esse tipo de operação é suficiente para acabar com o plantio? E que impacto tem na atividade econômica?*

FERNANDO FERRO: A ação repressiva teve impacto no cultivo e na produção local e influenciou também no preço da maconha. O quilo da maconha está hoje a R\$ 400,00. No passado era quase dez vezes menor. Houve supervalorização. A região não é apenas uma área de cultivo, tráfico e comercialização da maconha, é também uma rota de distribuição de cocaína. Já exis-

te um mercado local e uma rota de abastecimento. nessa Salgueiro, é uma área de entroncamento de capitais. Tem estradas que dão acesso a cidades mais do litoral, como Natal, Maceió; ao norte, Fortaleza, Belém; e ao sul vai para Salvador.

TEMPO E PRESENÇA: *Há vários tipos de atividades: plantio, distribuição e até outras drogas que apareceram na região. O senhor consegue identificar o papel de cada cidade nessa rede, cidade de consumo, outra de plantio?*

FERNANDO FERRO: O consumo na região não é muito grande, é mais a produção e a comercialização. Salgueiro, por ser uma cidade maior e com infra-estrutura, provavelmente é a mais visada pelas articulações de criminosos de outras áreas da região e lá se instalaram para fazer seus negócios. Mas o chamado Polígono da Maconha, está em expansão. Não é mais restrito às cidades do Submédio, da beira do Rio. Hoje já está na região agreste. Por causa da repressão naquela área, alguns grupos se afastaram e foram atuar em outras áreas, não só em Pernambuco como no Piauí, no Maranhão, na Bahia... migraram para outros Estados. O Polígono é mais o núcleo historicamente reprimido. A questão diz respeito ao Nordeste. Há uma tendência de expansão da atividade, o que demonstra o poder de sobrevivência mesmo sob repressão.

TEMPO E PRESENÇA: *Essa expansão do Polígono tem a ver com a migração para outras áreas, devido à repressão?*

FERNANDO FERRO: Também. Há uma articulação regional. Há grupos criminosos que não atuam só em Pernambuco, atuam em diversos tipos de atividades no Estado e as estendem a outras áreas. Há uma diversificação de ação desses grupos. Agora que estão sofrendo uma repressão na área do tráfico de drogas, eles ampliam a ação para seqüestros, assaltos em estradas. É o crime organizado consolidando uma prática que se espalha na região.

TEMPO E PRESENÇA: *Alguns especialistas trabalham a questão das drogas, ligada ao plantio, afirmam que a Bolívia é a maior produtora de folha de coca, maior do que a Colômbia. Entretanto a violência na Bolívia não é tão grande quanto na Colômbia. A questão é que na Bolívia, apesar de a droga ser uma atividade ilícita, o caráter é mais distribuidor, enquanto que na Colômbia, há grandes cartéis, grandes latifúndios. Sem querer criar qualquer paralelo entre os países, o senhor acredita que, pelo menos nesta região, a tendência é reproduzir a estrutura agrária brasileira: maior concentradora de venda, no caso, ou as pessoas acabam se inserindo no "negócio" das drogas?*

O chamado Polígono da Maconha, está em expansão. Não é mais restrito às cidades do Submédio, da beira do Rio. Hoje já está na região agreste. Por causa da repressão naquela área, alguns grupos se afastaram e foram atuar em outras áreas, não só em Pernambuco como no Piauí, no Maranhão, na Bahia... migraram para outros estados.

O Polígono é mais o núcleo historicamente reprimido. A questão diz respeito ao Nordeste. Há uma tendência de expansão da atividade do narcotráfico

FERNANDO FERRO: Talvez porque, mesmo nos projetos de pequenas agrovilas, tem havido contaminação. No caso da Colômbia é região de conflito militar, de disputa de hegemonia política, que favorece a operação de refino e a grande comercialização. Na Bolívia existe uma certa presença do Estado, com seus equipamentos repressivos. Na Colômbia, há ainda a dubiedade de poder de quem manda no país. A região do Polígono é uma região sem lei, onde impera outro sistema de forças. A violência da região é muita, mesmo com a repressão, o tráfico consegue garantir algum controle das estradas. Há muito medo na população. Os grupos lá instalados sobrevivem mesmo com a repressão com a diversificação, criam outros focos. Além disso existem sinais de articulação de grupos daquela região com os de outras áreas. O crime não é isolado, restrito ao Polígono da Maconha. Há sinais de articulação mais orgânica do crime; não é uma coisa simples, mas é resultado de um processo político social dessa região.

Escândalos e fracassos oficiais convertem à droga e fortalecem o tráfico

TEMPO E PRESENÇA: *Por que naquela área e não noutras áreas do Brasil?*

FERNANDO FERRO: Aquela região foi uma grande produtora de cebola, arroz, milho e plantios tradicionais. Mas, a partir de meados da década de 1980, houve o

chamado escândalo da mandioca, com a denúncia no Ministério Público de desvio de dinheiro do Banco do Brasil que praticamente cancelou suas operações de incentivo na região. Caíram os créditos e houve um impacto muito sério entre os produtores e a redução da produção agrícola. Nesse vácuo do crédito oficial, surgiram as propostas de traficantes. O comércio de drogas começou a financiar a agricultura, com mais rentabilidade e menos burocracia; com segurança e com retorno. Era um negócio, econômica e financeiramente muito mais vantajoso. Além disso, sendo região tradicionalmente violenta, onde imperavam famílias, oligarquias, grupos controladores da política e da economia, algumas dessas famílias se envolveram em atividades ligadas ao tráfico de drogas. Além disso é uma região que tem terra apropriada, toda uma geografia e toda uma característica da caatinga, beira do rio e o cultivo já existia, feito pelos índios, embora com um aspecto cultural que veio a ser incorporado, pela delinquência.

TEMPO E PRESENÇA: *O senhor consegue identificar que espécie de violência é que está mais ligada ao plantio?*

FERNANDO FERRO: Há uma violência que decorre da repressão. Os grupos que tradicionalmente vivem do cultivo, quando reprimidos nos negócios com as drogas, partem para seqüestros, assaltos a bancos, a casas, para sustentar os que perderam o negócio. O crime torna-se meio de sobrevivência. A outra violência decorre do envolvimento de trabalhadores principalmente jovens e pobres, recrutados para o cultivo e para o negócio das drogas. A eles são oferecidas oportunidades de ascensão social. Querem uma moto, um salário, uma roupa, um porte de arma, segurança... É muito parecido com o que acontece nos morros. Quando algum deles descumpre alguma regra, são assassinados e facilmente substituídos.

TEMPO E PRESENÇA: *O senhor acredita que os jovens hoje são os mais atingidos?*

FERNANDO FERRO: Eu diria que são os mais vulneráveis. Não têm oportunidade de emprego. Fora ações localizadas de ONGs, Sindicatos, Igreja, não existe atividade permanente de trabalhar com população em situação de risco. São jovens expostos a essa possibilidade e às oportunidades que o crime organizado oferece. Mesmo para contatos fora da região, muitos são usados como "mulas". Um programa de reforço nos reassentamentos, uma ação do Estado consolidando, com as cooperativas, a produção, poderia produzir algum resultado. É uma ironia que o próprio governo ao

criar programas para os reassentados, dificulte a titulação das terras, a assistência técnica e crie outros de empecilhos. Com a política federal de privatizar o setor elétrico, a Chesf entra como solução final para regularizar a área dos assentados. Ou seja, desincumbir essa empresa da responsabilidade social com os atingidos pela barragem de Itaparica, para "limpar" a área e facilitar a privatização.

A Chesf está na fase de fazer a limpeza da área no sentido mais nazista da palavra: afastar essa população, se desincumbir da responsabilidade com eles, a fim de deixar o Estado livre para vender as hidrelétricas e privatizar o setor, sem encargos sociais, trabalhistas ou políticos na região. Foi um grupo colocado com essa missão. Não observou que havia potencioso social na área e que agravou o potencioso social ao atuar de forma burocrática e meramente policial no tratamento das questões dos assentados.

Juventude, prefeituras, desriminalização da droga

TEMPO E PRESENÇA: *Como o senhor vê os jovens nesse processo? Qual seria o principal papel deles? Como são aliciados para o plantio?*

FERNANDO FERRO: Os agricultores em geral são chamados para o cultivo, preparo e para tomar conta das roças de maconha. Posteriormente vem o pessoal que faz a contagem disso. Para o processo de distribuição é que há uma parcela da juventude, embora alguns se envolvam no cultivo, com os pais ou com outras pessoas que são agricultores e que sabem trabalhar a terra. Na distribuição é surgem os responsáveis pelo tráfico e pelo deslocamento para outras áreas. Nesse curso eles se envolvem com o próprio consumo.

TEMPO E PRESENÇA: *Os jovens também fazem a segurança? Parece que esse tipo de plantação precisa de segurança...*

FERNANDO FERRO: Precisa de toda uma infra-estrutura. Plantar nos lugares de difícil acesso. Ter o conhecimento da região. Há necessidade de pessoas que conheçam a área, que é imensa. Além disso há os olheiros que avisam, dão o alerta, conhecem quem circula na área. Participam de todas as etapas. Vem depois aquela fronteira entre o produtor e o comercializador; é a fase mais violenta. Nas cadeias da região estão presos muitos trabalhadores; são eles, cultivadores e agricultores, que são presos pela polícia nas roças. São trabalhadores que estão cultivando maconha como quem cultiva outra cultura. Há muita vista grossa sobre o plantio. Hoje

temos agrovilas controladas pelo tráfico. Lá moram pessoas responsáveis pela produção e comercialização e que são filhos de reassentados. Alguns parentes desses reassentados vieram também e criaram núcleos que são conhecidos pela própria polícia como núcleos participantes dessas atividades. Uma parcela da população foi envolvida em tudo isso. E há enraizamentos na região, de vereadores, prefeitos, políticos, empresários, envolvidos com essas atividades. Não é mais uma coisa isolada.

TEMPO E PRESENÇA: *Há alguma preocupação das prefeituras locais, de governo estadual, de fomentar políticas saltadas para os jovens, na área de saúde, de alternativas de renda?...*

FERNANDO FERRO: O que está acontecendo em algumas prefeituras, leva a dois caminhos: ou os agentes políticos atuam para enfrentar essa situação; ou acabam cooptados para conviver com o crime na região. Há disputas políticas em algumas prefeituras que querem agir. Quando criamos a primeira comissão para falar sobre o assunto, vimos vários prefeitos interessados em debater o assunto e tivemos uma suscetibilidade muito grande para debater o tema. Estranhei à época que certas lideranças políticas não tocavam nesse assunto, como Inocêncio Oliveira, e deputados que próximos a área também. Tenta-se omiti-lo, o que deixa sérias dúvidas. Parece que há um interesse em manter essa situação, essa violência e desordem asseguram a manutenção do "status quo". Se é tão ruim e tão violento e se mata tanta gente, por que não se faz nada? Depois eu fui vendo que além da violência própria da região, se pratica o silêncio, porque o crime organizado promove alguma estabilidade econômica para a região. Isso inclui o financiamento de campanhas e de outras coisas envolvidas que não se quer enfrentar.

Nós alertamos que a região é uma região explosiva a médio prazo. Não se compara a uma Colômbia, mas é uma situação de instabilidade social muito grande, de violência que se consolida. Isso termina por afetar totalmente as atividades da região, uma área de potencial turístico. Coisa semelhante eu vi na Itália, em Palermo com a máfia. Chegaram à conclusão de que combater o crime e restabelecer a ordem era uma maneira de você ganhar dinheiro e tirar o poder da máfia, o controle do lazer. Foi o que fizeram. Reconhecem que investir na educação, na informação, na ordem e na lei, é a maneira de investir na população. É o que de fato está acontecendo na Itália hoje, na região da Sicília.

TEMPO E PRESENÇA: *De fato já começa a haver discussões?*

FERNANDO FERRO: Em Salgueiro, estão tentando mon-

A partir de meados da década de 1980, houve o chamado escândalo da mandioca, com a denúncia no Ministério Público de desvio de dinheiro do Banco do Brasil, que praticamente cancelou suas operações de incentivo na região. Caíram os créditos e houve um impacto muito sério entre os produtores e a redução da produção agrícola. Nesse vácuo do crédito oficial, surgiram as propostas de traficantes

tar um consórcio de prefeituras para discutir várias ações e acho que vão tratar disso.

Como a questão da segurança deve partir do Estado e da Polícia Federal, as prefeituras podem atuar no campo da educação e das questões sociais. Aí eles podem desempenhar papel importante, associada a trabalhos de ONGs, de KOINONIA, de Centro de Direitos Humanos, das pastorais católicas, dos Sindicatos Rurais, do Pólo Sindical e da ação política de alguns da região, e poderão ampliar esse debate.

Eu mesmo propus discussão sobre o tema. Achava estranha a falta dessa discussão, mas como tinha vindo de sindicato rural e de entidades de Direitos Humanos da região, resolvi puxar o debate para chamar a atenção para o problema.

TEMPO E PRESENÇA: *A própria postura do Governo Federal hoje tem caminhado para dar outra solução ao problema, além da repressão?*

FERNANDO FERRO: Já anunciou alguns programas de pequena repercussão e de pequena incidência, na realidade. A gente está dizendo que tem que ter política de crédito na região a fim de tentar livrar uma parcela da população que hoje está vulnerável. O governo sabe disso.

TEMPO E PRESENÇA: *Como o senhor vê a questão da descriminalização das drogas?*

FERNANDO FERRO: Esse debate é inescotável. Não dá para ficar indiferente. Não consigo entender que esses

jovens dependentes sejam tratados como se fossem traficantes. Há que estabelecer oportunidades de recuperação de dependentes. Se nos centros urbanos não se consegue trabalhar isso, é evidente que os centros produtores estão permanentemente acessos. Existe um mercado e se não se atacarem as duas pontas do problema, não tem jeito. Esse debate pode contribuir para esclarecer o papel da droga na sociedade. Ouve-se falar em maconha, mas é apenas um dos componentes. Há o crescimento de outras drogas. A maconha poderá até ser colocada em segundo plano com o crescimento dessas outras drogas, até sintéticas. A maconha não deixa de ser uma porta de iniciação ao consumo de drogas.

TEMPO E PRESENÇA: *Todo mundo sabe que a dependência de drogas é de recuperação muito difícil. Há dados da OMS de que a eficiência de alguns tratamentos chega a 30%. Só. Mesmo assim, em cidades como no Rio de Janeiro, a droga faz muito mais vítimas, mesmo de morte, na comercialização do que no consumo propriamente. As pessoas morrem não pelo uso, mas pelo tráfico. Hoje o tráfico tem alto poderio de armas nas mãos... A dependência de uma droga ilícita é extremamente letal, mas a comercialização das drogas no Brasil, gera uma violência muito forte. Essa violência não está muito presente lá nessa região, muito mais pela comercialização, envolvimento com o processo produtivo, do que propriamente com o uso.*

FERNANDO FERRO: Lá existe a mística da violência. A população tem receio. Os que produzem sabem os riscos do uso, da dependência e por isso são mais previdos. A violência realmente está vinculada ao negócio. São interesses de poder político e econômico que envolvem o negócio. A ilicitude da prática também cria suas regras próprias de funcionamento.

TEMPO E PRESENÇA: *Ainda com relação aos produtores, existe algum conflito entre os produtores tradicionais e os que entraram no plantio da maconha? Como é, há o isolamento deles?*

FERNANDO FERRO: Isso é feito em lugares afastados e existe toda uma distância. Há mesmo pessoas que sabem, há uma convivência, mas há um pacto de silêncio. Quem sabe, se cala. Existe uma fronteira aí. Em geral há o medo. Até falar o nome maconha para eles, há um receio de falar. Falam “erva”, “essas coisas”, colocam outros nomes. Eles sabem o perigo que está associado a isso.

9^a JORNADA ECUMÊNICA



O sonho ecumênico Diversidade e comunhão – humanidade reconciliada

11 a 14 de julho de 2002
Mendes, RJ

Em 1994, quando se realizou a 1^a Jornada Ecumênica, grandes transformações já estavam ocorrendo no mundo, que aprofundavam o abismo entre ricos e pobres. Conflitos culturais, sociais, econômicos e religiosos colocavam novos desafios ao movimento ecumônico.

Passados sete anos, quais são as questões que permanecem?

Onde estão e como atuam pessoas e grupos das diversas igrejas preocupados em ampliar os espaços do diálogo ecumônico?

Será que esse diálogo tem ultrapassado os limites institucionais?

Como se pode dar nos dias de hoje a unidade dos cristãos e com aqueles que lutam pela justiça, pela paz e pela integridade da criação? Como possibilitar a unidade no diálogo inter-religioso?

INSCRIÇÕES ATÉ 30 DE ABRIL DE 2002
pelo telefone (21) 2224-6713 ou
pelo e-mail jornada@koinonia.org.br
pelo site www.koinonia.org.br/jornada



O visitante que em vão bateu
à minha porta, a noite inteira
o obscuro vagabundo
que expulsei da minha terra
o estranho que me esqueceu
– Ai! Piedade!
era eu.

Ordep Serra

Festas são marcas de dezembro, que
é palavra-chave de final de mil fes-
tas e projetos;
Janeiro é palavra-chave de vai-ser
bom, esperanças que se renovam.
KOINONIA deseja a todos que haja
descoberta que nem a do poemeto
e que – acima de tudo – nossa pa-
vra-chave para 2002 seja resistência.